

cadernos do

terceiro mundo

URUGUAI:
Não à ditadura

dez. '80/janeiro • 1981 • Esc. 60\$00 • MT 60,00 • PG 60\$00 • CV 60,00 • Cr\$ 100,00 • Ano III • nº 30

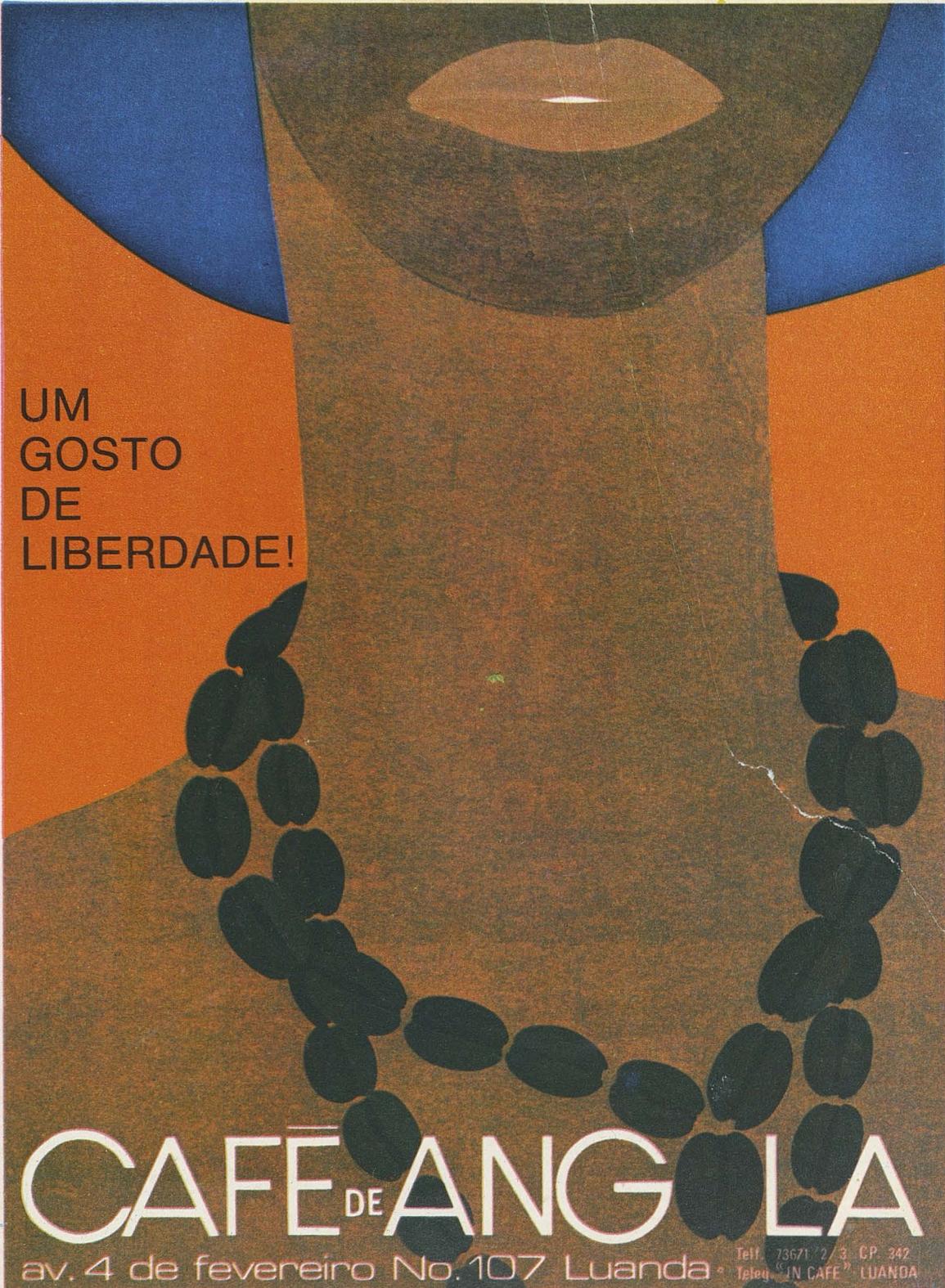
A batalha da África Austral

FAMIRA, BOA VISTA, MACAPÁ, PORTO VELHO 40 120,00

UPIN, US, SA



Coréia luta pela sua reunificação



UM
GOSTO
DE
LIBERDADE!

CAFÉ DE ANGOLA

av. 4 de fevereiro No. 107 Luanda

Tel. 73671 2 / 3 CP. 342
Telex IN CAFE LUANDA

África Austral e Uruguai, os destaques desta edição

Os problemas da África Austral são muitos. E as declarações de porta-vozes da nova administração norte-americana sugerem que esses problemas poderão se agravar ainda mais. Reagan, na sua campanha e na sua vitória exibiu um clima de conservadorismo e de apoio aos regimes que defendem os interesses norte-americanos, sejam eles de qualquer origem, mesmo discriminatório ou racista, como é o caso da África do Sul.

No entanto, a situação política da África Austral é bem mais complexa do que uma simples decisão de se combater abertamente os países independentes e progressistas que tentem construir uma sociedade mais igualitária e menos repressora. E os Estados Unidos sabem disso. Há uma diferença muito grande entre as palavras e a ação. Angola não está só. Moçambique, Namíbia e Zimbábwe também não estão sós. Já existe hoje uma consciência, uma solidariedade na África e nos organismos internacionais impossível de ser ignorada.

A entrevista exclusiva que nos foi dada pelo chanceler angolano, Paulo Jorge, dá uma visão abrangente de Angola e da África no Mundo. E mais: uma matéria que analisa a questão da Namíbia e o enigma — não muito difícil de ser decifrado — da explosão nuclear no Atlântico Sul formam um quadro do que é o nosso principal assunto deste número.

Uma outra cobertura que aguardávamos um tanto ansiosos e que criou uma certa expectativa na nossa redação foi o plebiscito no Uruguai. Compartilhamos da alegria do líder do Partido Blanco e candidato mais votado nas eleições presidenciais de 1971, Wilson Ferreira Aldunate, de passagem pelo Brasil na época do referendo. Nas 14 páginas dedicada à ex-“Suíça da América”, o clima em que vive o povo uruguaio hoje.

A luta pela reunificação da Coreia, com ênfase para os sucessos obtidos pela economia da parte norte do país.

Finalmente, uma ressalva: nos cadernos nº 28, um erro de paginação tornou praticamente impossível a leitura das 11 páginas dedicadas à Guatemala. Procuramos, a pedidos, reparar essa falha, republicando a matéria neste número e pedindo, de público, desculpas aos leitores.

Editor Geral
Neiva Moreira

Editores Associados
Pablo Piacentini e Beatriz Bissio

Conselho Editorial Internacional
Darcy Ribeiro • Juan Somavia • Henry Pease Garcia
Aquino de Bragança • Wilfred Burchett

• **Edições em português**

N.º 30

▲ **BRASIL**

Diretor e Editor
Neiva Moreira

Diretor Administrativo
Altair Campos

Secretário de Redação
Nilton Caparelli

Representantes

Clovis Sena (Brasília)
Paulo Cannabrava Filho (São Paulo)
Caixa Postal 60.086 - CEP 05.033

Arte

David Gomes Araújo (Editor)
Maria Nakano

Revisão

José Gondim

Publicidade

Jesus Antunes

Circulação

Mauro Fernandes de Souza

Documentação e Arquivo

Cláudia Guimarães

editora terceiro mundo ltda.

Rua da Lapa, 180
(sobreloja "A") Tel. 242-1957

CEP 20.021 — Rio de Janeiro (RJ) —
Registro na Junta Comercial do Estado
do Rio de Janeiro n.º 33.200.306.291 —
C.G.C. (MF) n.º 30.876.783/0001-32 —
Inscrição Estadual n.º 81.341.400

Registro no INPI: Protocolo n.º 013.539
Registro no SCDP/SR/DPF
Protocolo n.º 008915

Composição: SERTHEL Editora Ltda.
Rua da Lapa, 180 — 506/507
Impressão: Brasgraf Ltda.

▲ **ANGOLA • CABO VERDE •
GUINÉ BISSAU • MOÇAMBIQUE •
PORTUGAL e SÃO TOMÉ e PRÍNCIPE**

Editor

A. L. Campos

Administração

Ernesto Padua

Redação

Baptista da Silva
Carlos Pinto Santos
João Escadinha

tricontinental editora ltda.

Calçada do Combro, 10/1.º
telefone 32 06 50. — Lisboa • 1200

Representações

Angola

Luis Henriques — Caixa Postal 3593 — Luanda

Moçambique

Etevaldo Hipólito
Rua da Kongwa, 153 — Maputo

• **Edições em espanhol**

N.º 41

Editor

Roberto Remo

▲ **MÉXICO • AMÉRICA CENTRAL •
AMÉRICA DO NORTE e CARIBE**

Gerente Geral

Gerónimo Cardoso

editora periodistas del tercer mundo a.c. —

calle California, 98A - Coyoacán
México, 21 DF - Teléfono 689-1740

Correspondência: Apartado Postal, 20 572 —
México, 20. DF.

▲ **BOLÍVIA • CHILE • COLÔMBIA •
EQUADOR • PERU e VENEZUELA**

(Edição Andina)

Publicada por DESCO: Centro de Estudios y
Promoción del Desarrollo
Avenida Salaverry, 1945
Lima, 14 Peru — Teléfono 724-712

• **Edições em inglês**

N.º 7

▲ **ESTADOS UNIDOS • CANADÁ •
EUROPA e PAÍSES DE LÍNGUA
INGLESA NO TERCEIRO MUNDO**

Editor

Federando Molina

Editor Consultivo

Cedric Befrage

Apartado Postal, 20.572 — México, DF.

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das
seguintes agências: **ANGOP** (Angola),

AIM (Moçambique), **INA** (Iraque), **IPS** (Inter
Press Service), **SHIHATA** (Tanzânia), **WAFa**
(Palestina), e do pool de agências dos Países Não
Alinhados. Mantém um intercâmbio editorial com
as revistas **Nueva** (Equador), **Novembro**
(Angola), **Tempo** (Moçambique) e com o jornal
Daily News, de Dar-Es-Salaam
(Tanzânia).

Circulação em 68 países

Alemanha Ocidental — Angola — Argélia — Argen-
tina — Austrália — Áustria — Bangladesh — Belize
— Bélgica — Bolívia — Brasil — Cabo Verde — Can-
adá — Checoslováquia — Chile — Colômbia —
Costa Rica — Cuba — Dinamarca — El Salvador —
Equador — Espanha — Estados Unidos — Etiópia —
Finlândia — França — Granada — Guiana — Guiné-
Bissau — Honduras — Iémen Democrático — Índia
— Indonésia — Irã — Iraque — Iugoslávia — Jamaica
— Japão — Kuwait — Líbano — México — Moçambi-
que — Nicarágua — Nigéria — Panamá — Paraguai
— Peru — Portugal — Porto Rico — Quênia — Repu-
blica Dominicana — Saara — São Tomé e Príncipe
— Seychelles — Sri Lanka — Suécia — Suíça — Sur-
iname — Santa Luzia — Tailândia — Trindade To-
bago — Uruguai — União Soviética — Venezuela —
Vietnam — Zâmbia — Zimbábue.

*Publicações destinadas a in-
formações e análise das realida-
des, aspirações e lutas dos paí-
ses emergentes, e a consolidar
uma Nova Ordem Informativa
Internacional.*

DISTRIBUIDORES

ANGOLA: EDIL — Empresa Distribuidora Livreira UEE, Avenida Luis de Camões, 111, Luanda. **BELÍZ:** Cathedral Book Center, Belize City. **BOLÍVIA:** Tecnolibros S.R.L., Casilla de Correo 20288, La Paz. **BRASIL:** Fernando Chinaglia Distribuidora S.A., Rua Teodoro da Silva, 907 - Rio de Janeiro. **CANADÁ:** Third World Books and Crafts, 748 Bay St. Ontario, Toronto — The Bob Miller Book Room, 180 Bloor St. West, Toronto. **COLÔMBIA:** Ediciones Suramérica Ltda., Carrera 30 No. 23-13, Bogotá. **COSTA RICA:** Semanario Nuevo Pueblo, Av. 8 Calles 11 y 13 No. 1157, San José. **CHILE:** Distribuidora Sur, Dardignac 306, Santiago. **EQUADOR:** Ediciones Sociales, Córdova 601 y Menduburo, Guayaquil — RAYD de Publicaciones, Av. Colombia 248, of. 205. Quito Ed. Jaramillo Arteaga, Tel. 517-590, Reg. Sendip Pex 1258. **EL SALVADOR:** Librería Tercer Mundo, Primera Calle Poniente 1030, San Salvador — El Quijote, Calle Arce 708, San Salvador. **ESTADOS UNIDOS:** Guild News Agency, 1118 W. Armitage Ave., Chicago, Illinois — New World Resource Center, 1476 W. Irving Pl., Chicago, Illinois — Librería Las Américas, 152 East 23rd. Street, New York, N.Y. 10010 — Third World Books, 100 Worcester St., Boston, Mass 02118 — Librería del Pueblo, 2121 St., New Orleans, LA 70130 — Papyrus Booksellers, 2915 Broadway at 114th St. New York, N.Y. 10025 — Tom Mooney Books-
tore, 2595 Folsom Street, San Francisco, CA 94110 — Book Center, 518 Valencia St., San Francisco, CA — Red and Black, 4736 University Way, Seattle — Groundwork Bookstore, U.C.S.D. Student Center B-023, La Jolla, CA. **FRANÇA:** Centre des Pays de Langue Espagnole et Portugaise, 16 Rue des Ecoles, 75005 Paris. **GRÁ BRETA-NHA:** Latin American Book Shop, 29 Islington Park Street, London. **GUINÉ-BISSAU:** Departamento de Edição-Difusão do Livro e Disco, Conselho Nacional da Cultura. **HOLANDA:** Athenaeum Boekhandel, Spui 14-16, Amsterdam. **HONDURAS:** Librería Universitaria "José Trinidad Reyes", Universidad Autónoma de Honduras, Tegucigalpa. **ITALIA:** Paesi Nuovi, Piazza di Montecitorio 59/60, Roma — Feltrinelli, Via de Babuino, 41 Roma — Alma Roma, Piazza P. Paoli, 4-A, Roma — Spagnola, Via Monserrato, 35/6, Roma — Uscita, Bianchi Vecchi, 45 Roma. **MÉXICO:** Unión de Expendedores y Vendedores de Periódico, Humbolt No. 47, México 1, D.F. — Distribuidora Sayrols de Publicaciones, S.A., Mier y Pesado No. 130, México 12, D.F. — Librerías México Cultural, Mier y Pesado No. 128, México 12, D.F. — Metropolitana de Publicaciones, Librería de Cristal e 100 librerías em todo o país. **MOÇAMBIQUE:** Instituto do Livro e do Disco, Ave. Ho Chi Minh 103, Maputo. **NICARÁGUA:** Ignacio Briones Torres, Reparto Jardines de Santa Clara, Calle Oscar Pérez Casas No. 80, Quinta Soledad, Manágua, Nicarágua. **PANAMÁ:** Librería Cultural Paramañá, S.A., Ave Española 16, Panamá. **PERU:** Distribuidora Runamarca, Camaná 878, Lima 1. **PORTUGAL:** Djornal, Rua Joaquim António de Aguiar 66, Lisboa. **PORTO RICO:** Librerías La Tertulia, Amalia Marín Esq. Ave González, Río Piedras — Pensamiento Crítico, P.O. Box 29918, 65th inf. Station, Río Piedras, P.R. 00929. **REPÚBLICA DOMINICANA:** Centro de Estudios de la Educación, Juan Sánchez Ramírez 41, Santo Domingo — DESVIGNE, S.A., Ave. Bolívar 354, Santo Domingo. **REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA:** Gunther Hopfenmüller, Jeringstr 155, 2102 Hamburg. **S. TOMÉ e PRÍNCIPE:** Ministério de Informação e Cultura Popular. **SUECIA:** Wenggren-Williams AB, S-10425, Stockholm. **VENEZUELA:** Publicaciones Españolas, S.A., Ave México Lechosa a Pte. Brion, Caracas.

Nesta edição

4 Cartas

6 **Editorial** — África Austral, os avanços são irreversíveis

Matéria de Capa: África Austral

- 10 Paulo Jorge: “os povos estão cansados da exploração imperialista”, *Luís Henrique*
19 1981, ano decisivo para a Namíbia, *Beatriz Bissio*
24 A misteriosa explosão no Atlântico Sul, *Stephen Talbot e Robert Manning*
29 A união faz a força, *Etevaldo Hipólito*

América Latina

- 36 **Uruguai:** Ferreira Aldunate: “diálogo só com os militares”, *Juan Alvarez*
45 Por trás do não, uma ampla mobilização popular, *(dos nossos enviados especiais)*
50 **Guatemala:** Uma guerra prolongada, *Roberto Remo*
54 Uma história de violência, *Carlos Cáceres*
58 O exército nativo

Ásia

- 62 **Coréia:** A luta pela reunificação, *Wilfred Burchett*
66 Uma economia em ascensão

Ciência e Tecnologia

- 69 Indústria farmacêutica, um privilégio das transnacionais
71 Um cubano no espaço

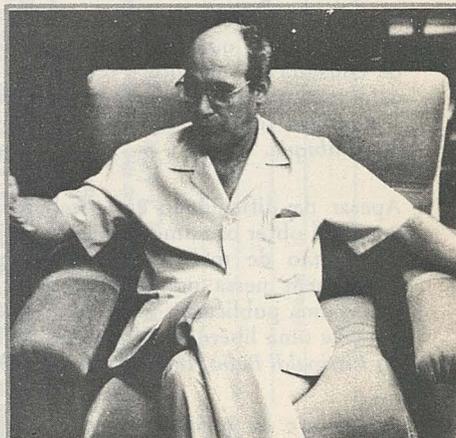
Comunicação

- 73 Discos, a invasão cultural

76 **Panorama Tricontinental**

Cultura

- 86 Gloria Guardia, uma cronista da história, *Beatriz Carnabrava*



Angola

(..) É importante que os **cadernos** denunciem a farsa do plebiscito, que nada mais é do que uma tentativa de lavar a cara da ditadura militar. *L.T.T., Montevidéo, Uruguai.*

(..) A luta aqui será dura e a violência já está nas ruas. O imperialismo norte-americano age abertamente e tem influência direta, pelo terror e pelo medo, na opinião do povo jamaicano. *D.D. Crowley, Kingstown, Jamaica.*

(..) Os conservadores vieram ao de cima. Podemos dizer que esta má fase da política mundial começou com a vitória de Margaret Thatcher na Inglaterra. (..) A social-democracia européia está a cumprir o seu papel de desacreditar o progresso por ser realmente a última etapa do capitalismo. *D. Silva, Luanda, Angola.*

(..) Com todas as pretensões belicistas do *cow-boy* Reagan, a Civilização correria o risco de desaparecer numa hecatombe atômica. A verdade é que o sistema tem condições de travar qualquer ato de loucura que possa levar os Estados Unidos à sua última e definitiva guerra e à conseqüente destruição do Mundo. *João Carlos Medeiros, Lisboa, Portugal.*

(..) Nosso grupo apresentou o melhor trabalho sobre o Brasil, que foi feito tendo como fontes de consulta os **cadernos** e o **guia 80**. Poucos são os alunos que conseguiram comprar o *guia*, pois acabou em todas as livrarias. *T.C. Costa, Beira, Moçambique.*

Apesar da dificuldade em receber os **cadernos**, consegui obter os números 25, 26 e 27. Então vai a sugestão de melhor distribuí-los pelo Brasil. Continuem nessa empreitada, pois, parece-me que é uma publicação séria, democrática, emanadora de uma liberdade ainda que tardia. *Leonardo Fittipaldi Babo, Belo Horizonte, Brasil.*

O enfoque da revista é bom e político. Mas é pouco analítico do ponto de vista econômico. Por que não abrir espaço ao debate econômico

para o desenvolvimento (Samir Amin, Celso Furtado, Cepal, etc.), não focalizar a importância de projetos econômicos tais como os da mineração, transportes (e está aí o protocolo Zâmbia-Zimbábue-Moçambique-Angola, etc., sobre transporte ferroviário, que me parece ser importantíssimo para o futuro econômico dessas nações)? *Marco Antonio Furtado, Itabira, Brasil.*

(..) Penso que o quinto aniversário da independência angolana justificaria um número especial da revista. Angola, sem desmerecer o valor de outros países, por sua riqueza, é até hoje vítima e objeto de ataques e da cobiça imperialista. *Romeu H. Pereira, Rio de Janeiro, Brasil.*

(..) Existe um grande equívoco, na maior parte das pessoas, na interpretação da Trilateral. Tudo o que de ruim acontece no Terceiro Mundo é de sua responsabilidade, quase sempre utilizando os meios do FMI. David Rockefeller é o seu ideólogo. *Cláudio Cunha, Ribeirão Preto, Brasil.*

(..) Gostei muito do novo formato (já era assustante quando a revista era feita em Portugal), mas a qualidade da impressão deixa muito a desejar. Melhorem a nossa revista. *Cirilo Domenico, São Paulo, Brasil.*

(..) Embora todos esperassem o contrário, o conflito Irã-Iraque permaneceu localizado naquela área conturbada, sem maiores conseqüências para o resto do Mundo. Quem ganha com essa guerra é o imperialismo e o mercado *spot* de Amsterdam. *J. Serra, Praia, Cabo Verde.*

Pela presente, cumprimento vocês (como já fiz pessoalmente) pelo lançamento da edição brasileira dos **cadernos do terceiro mundo**. Essa importantíssima janela que se abre no Brasil aproxima-nos mais da parte do Mundo à qual estamos mais unidos, esse Mundo de dois mil milhões de esquecidos pelos meios de comunicação e agências noticiosas que, ainda e por enquanto, dominam a difusão dos fatos contemporâneos. *Juan José V. Bentancourt, São José dos Campos, Brasil.*

SAIU! AFRICA ARDE



CARLOS COMITINI

Lutas
dos povos
africanos
pela Liberdade

- Formato: 14 x 21cm
- 360 páginas com dezenas de fotos, diagramas, gráficos e mapas.
- Belíssima e sugestiva capa impressa em 3 cores e plastificada.
- Tipologia de fácil leitura

Um completo levantamento jornalístico de Carlos Comitini. Leitura indispensável para quem deseja estar em dia com a realidade política e social da África de hoje. Mais um volume da "COLEÇÃO TERCEIRO MUNDO".

- Tudo sobre os movimentos revolucionários na África • As atrocidades do imperialismo colonialista • O Apartheid • As guerras de libertação • Os líderes populares • O poder popular nas regiões libertadas.



CERTIFICADO DE RESERVA

À EDITORA CODECRI — Serviço de Reembolso Postal
Rua Saint Roman, 142 — Copacabana
22.071 — Rio de Janeiro — RJ



SIM, queiram enviar-me o seguinte livro :
REF. 02 ÁFRICA ARDE

NOME _____

ENDEREÇO _____

PROFISSÃO _____ IDADE _____

CEP _____ CIDADE _____ EST. _____

ASSINATURA _____

somente
Cr\$ 300,00.

África Austral, os avanços são irreversíveis

Depois da designação de Ronald Reagan como presidente dos Estados Unidos, os analistas concentraram seus esforços em perguntar, tendo em vista as suas conhecidas intenções, sobre as possibilidades que ele terá de traduzi-las em programas de ação política. Tais interrogações se referem particularmente às áreas quentes do cenário internacional, por serem elas suscetíveis de provocar confrontações globais e, portanto, ameaçar a segurança mundial.

Nesse sentido, uma preocupação especial dirige-se à África Austral. A postura do novo presidente foi favorável ao regime de minoria branca de Pretória e hostil aos movimentos de libertação. Durante a campanha eleitoral, Reagan enviou emissários a Pretória, o que lhe custou uma unânime reação adversa na África. Aliás, depois da vitória de Reagan, Henry Kissinger, o ex-secretário de Estado do governo republicano de Richard Nixon, teve contato com Jonas Savimbi, chefe da Unita, a organização anti-revolucionária

que luta contra Angola, auxiliada pela África do Sul a partir do seu território.

Kissinger foi o promotor da frustrada "Operação Angola", realizada em 1975 contra a nascente república e sua vanguarda, o MPLA. A operação foi executada com o apoio da CIA e das Forças Armadas sul-africanas. Tais antecedentes causam o temor de que a administração republicana pretenda associar-se estreitamente a Pretória e adotar uma linha dura frente aos povos que, na África Austral, lutam contra o racismo e o colonialismo, aumentando gravemente a tensão na área.

São preocupações compreensíveis, mas é necessário uma análise global do problema. Não há dúvida de que o *establishment* norte-americano não acompanhou o avanço dos movimentos de libertação nessa área crítica do planeta, e precisamente no bloco social que colocou Reagan no governo se encontram os núcleos de poder mais

desejosos de uma revanche que devolva as posições perdidas e a hegemonia ocidental.

Mas se nessa conjuntura prevaleceram dentro dos Estados Unidos as camadas mais conservadoras e mais nostálgicas, isso se deve, entre outros motivos, pela alteração, a nível mundial, da correlação de forças, reduzindo o alcance da hegemonia norte-americana. E essa realidade não é suscetível de ser modificada por uma mudança interna nos Estados Unidos.

Se em algum lugar essas relações tiveram modificações substanciais, uma delas ocorreu justamente na África Austral. Em 1975, quando se tentou a "Operação Angola", a situação era muito diferente da atual. Moçambique havia conquistado recentemente sua independência e Angola estava prestes a assumi-la. Na Rodésia, a luta contra o racismo não havia ainda alcançado seu auge e a ex-colônia foi, juntamente com a África do Sul, uma base para lançar ataques contra a Frelimo e o MPLA. E vindo do norte, o regime do Zaire se associou à agressão contra Angola.

Apesar de tamanho cerco bélico, o projeto de arrasar com o movimento de libertação angolano foi derrotado. Se algo semelhante fosse tentado em 1981, que perspectivas teria de alcançar êxito?

Moçambique já tem cinco anos de consolidação incessante, de organização do povo e de construção do Estado. Nesse período, da mesma forma que os países que estão numa situação semelhante à sua, enfrentou dificuldades econômicas, assim como problemas derivados da fuga de técnicos e dirigentes de empresas que se seguiu à queda do colonialismo. Mas, esses inconvenientes foram enfrentados através do planejamento e da formação de quadros, ao mesmo tempo que foi

realizada uma harmônica distribuição da renda nacional e dos serviços públicos. Assim, Moçambique é hoje incomparavelmente mais unido e mais forte — inclusive militarmente — do que em 1975.

O mesmo vale para Angola. As duas guerras de libertação e o êxodo de portugueses atingiram-na com severidade. Mas, apesar do breve período transcorrido, o país está organizando as bases da reconstrução econômica, na medida em que avança a organização estatal e popular. Um exemplo disso foi a celebração do Primeiro Congresso Extraordinário do MPLA em dezembro deste ano. Mas, para efeito desta análise, convém destacar o aspecto bélico. A tensa situação nas suas fronteiras fez com que os dirigentes do país dedicassem esforços preferenciais ao setor defensivo. Assim, foi possível desenvolver nesses anos um exército moderno, eficiente e em constante aperfeiçoamento qualitativo.

Quando, em junho de 1980, os sul-africanos invadiram o país, encontraram um adversário muito mais poderoso do que tinham previsto. Somente com suas forças, o exército nacional impôs a retirada aos seus oponentes. Outra mudança substancial registrou-se a partir de um acordo de coexistência entre Angola e Zaire, desaparecendo os perigos de confrontação latentes na fronteira norte do país. E é significativo que depois do triunfo de Reagan, Mobutu tenha declarado que não está disposto a pagar com sangue zairense a possibilidade de uma aventura norte-americana.

A independência do Zimbábue e a eleição de Robert Mugabe como primeiro-ministro implicou uma outra mudança substancial. A outrora colônia dominada por uma minoria branca empregava a sua força militar contra os países da Linha da Frente e os movimentos de libertação. O eixo

Pretória-Salisbury já não existe, com o consequente isolamento da África do Sul. E o fato de ter um aliado fraternal em vez de um inimigo em sua fronteira norte, permite a Moçambique dedicar ao desenvolvimento econômico uma boa parte dos quadros e recursos que antes eram absorvidos na frente militar.

A mutação do quadro na África Austral é, portanto, quantitativa e qualitativa e se projeta em todos os planos, modelando uma situação irreversível. Isso não significa que os adversários da libertação africana não farão o possível para impedir que ela se consolide e se expanda. As invasões militares sul-africanas ao sul de Angola têm como objetivo deslocar a estrutura produtiva do país e criar problemas sócio-econômicos de tal magnitude que o obriguem a concentrar-se em si mesmo, aceitando o plano colonialista que Pretória idealizou para a Namíbia.

Mas Luanda respondeu no campo militar e também no político. Exige que se aplique efetivamente a resolução 435 das Nações Unidas, que estabelece uma zona desmilitarizada entre Angola e Namíbia. E reiterou que não aceitará nenhuma solução sobre a Namíbia que não passe pela ruptura clara dos laços de dependência com o regime de Pretória e que não garanta a plena participação da Swapo.

Nessa linha, o governo do MPLA continuará a contar com ampla solidariedade internacional, especialmente da África — e esse é um fator que ninguém pode desconhecer. O ataque efetuado em junho de 1980 pela África do Sul provocou um duro pronunciamento por parte da conferência de cúpula da Organização da Unidade Africana (OUA), em Freetown, e uma resolução condenatória por parte do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Essa última foi apro-

vada por doze votos a favor e três abstenções (Estados Unidos, Grã-Bretanha e França).

Por último, uma identificação muito clara de Reagan com os racistas sul-africanos causar-lhe-ia problemas e dificuldades muito sérias em seu próprio país. Existem grandes setores da população norte-americana sensibilizados com o racismo, estando em primeiro lugar a numerosa população negra. O novo presidente pode ver-se afetado diretamente se der passos em falso nesse terreno, já que sua vitória foi possível graças a uma modificação das tendências eleitorais, desiludidas pelas contradições e os desacertos do presidente Carter. Muitos eleitores habituais dos candidatos democratas, entre eles uma parte (difícil de calcular mas, em todo o caso, consistente) do eleitorado negro, inclinou-se agora pelo republicano Reagan.

A perda de votos negros e um rápido processo de recuperação do Partido Democrata, é algo que a nova administração tratará de evitar a todo custo, e uma atuação inadequada na África Austral agiria precisamente nesse sentido. Tudo indica, portanto, que Reagan não estaria com capacidade de patrocinar uma política que tivesse como objetivo uma alteração do quadro regional. É, no entanto, previsível, que a atitude de seu governo consista em procurar que o isolamento sul-africano não derive para uma situação que possa fazer perigar os imensos investimentos norte-americanos na África do Sul. Esse, aliás, tem sido o sentido de suas últimas declarações.

Mas, se em vez de optar pelo realismo, o novo Presidente se deixar levar pelo extremismo reacionário que caracteriza o seu passado político e sua recente campanha eleitoral, ele estará exposto a um revés de grandes proporções, causando um grave e imponderável ascenso da tensão mundial.



África Austral

A África Austral, junto com o Oriente Médio e a América Central, é um dos pontos de tensão no mundo de hoje. A cada dia, a África do Sul desponta como potência nuclear, aliada a Israel e aos interesses contrários aos movimentos de libertação, apesar dos esforços da ONU no sentido de isolar em todos os níveis o regime de apartheid, principalmente em relação ao desenvolvimento de armas atômicas.

cadernos do terceiro mundo, nesta edição, procurou fazer uma avaliação do problema, analisando a questão da Namíbia, as constantes agressões sofridas por Angola e a radicalização do regime racista da África do Sul no contexto da África Austral.

Paulo Jorge: “os povos estão cansados da exploração imperialista”

O chanceler angolano define as linhas gerais da diplomacia de seu país e analisa os grandes temas da conjuntura africana

Luis Henrique



A entrevista exclusiva dada pelo ministro Paulo Jorge aos cadernos deixa bem clara a posição do governo de Angola quanto ao seu entendimento do que representa a independência africana dentro do contexto neocolonialista que os países imperialistas ainda tentam impor àquele continente



Quais os princípios que orientam a diplomacia angolana?

— A diplomacia angolana está baseada em princípios e critérios bem definidos. Devemos estabelecer e manter relações com todos os países do mundo, na base dos princípios universais que regem as relações internacionais: o respeito mútuo pela soberania nacional e integridade territorial, a não-utilização do recurso da força para a solução das rivalidades e o estabelecimento de relações baseadas no critério de reciprocidade de vantagens.

Esses fatores estarão integrados a outros princípios, entre os quais a política de não-alinhamento, que pressupõe um posicionamento claramente antiimperialista, antineocolonialista, anticolonialista, anti-sionista, anti-apartheid e a oposição à instalação de bases militares estrangeiras no território da República Popular de Angola, bem como não pertencer a pactos e alianças militares.

É evidente que, no decurso do desenvolvimento das relações diplomáticas com outros países do mundo, temos que levar em conta a diversidade das relações e a mútua cooperação político-econômica, assim como a permanente manifestação de solidariedade com os movimentos de libertação nacional, ou seja, solidariedade para com todos os países em luta contra a opressão e a dominação colonial, para a conquista da liberdade e a independência dos povos. Isto pressupõe igualmente o princípio do internacionalismo proletário e o apoio e solidariedade à luta dos trabalhadores em todo o mundo. Para complemento dessa política, preconizamos também o princípio da boa vizinhança com os países limítrofes da RPA.

Quais os principais problemas enfrentados pelo seu país no relacionamento internacional nestes 5 anos de independência?

— Vale recordar, para melhor compreensão dos 5 anos de diplomacia, que do final de 75 até fins de 76 (ano da realização do 1º Congresso do MPLA, no qual nosso partido foi constituído), a diplomacia angolana era dirigida pelo atual Chefe de Estado, camarada José Eduardo dos Santos. Foi um período de grandes esforços, caracterizados por três fases. A *primeira* em que se desenvolveu uma intensa atividade diplomática no sentido de se obter o reconhecimento *de jure* do novo Estado que acabava de nascer, a RPA, no momento em que o povo angolano enfrentava conflitos

internos e externos (a dupla invasão dos exércitos regulares da África do Sul e do Zaire). A ação diplomática partia praticamente da estaca zero, pois não existiam estrutura e infra-estrutura anteriores à proclamação da Independência da RPA, a 11 de novembro de 1975, que pudessem se transformar no embrião do Ministério das Relações Exteriores.

Uma *segunda* fase, que se caracterizou também por uma intensa atividade para a admissão da RPA em organismos internacionais, como a Organização da Unidade Africana (OUA), Nações Unidas, Movimento dos Países Não-Alinhados, etc., ao mesmo tempo em que se desencadeava no quadro diplomático uma importante ação para desmistificar a existência de movimentos-fantoches em Angola. Esses movimentos contavam com o apoio de potências imperialistas do Ocidente, visando impedir que o governo tomasse realmente o poder.

E uma *terceira* fase, decorrente dessas duas, que se caracterizou pelo início do estabelecimen-



José Eduardo dos Santos, presidente de Angola

to de relações diplomáticas com inúmeros países e pela ação que a RPA desenvolveu no contexto internacional de apoio aos movimentos de libertação em várias partes do mundo, além da sua inserção no contexto africano, como país africano que é.

Crescimento diplomático

Como se desenvolveu nesse período a ação diplomática de Angola?

— Uma vez ultrapassada esta fase em que estávamos voltados fundamentalmente para questões internas, pois o país nascia com problemas graves resultantes das ações militares nos anos 75 e 76, o governo angolano, através do Ministério das Relações Exteriores, pôde voltar-se mais para o exterior. E se, por exemplo, entre 76 e 77, tínhamos cerca de uma vintena de países acreditados em Angola, hoje esse número é de aproximadamente 50. O acréscimo de 30 países, entre 77 e 80, significa, portanto, um salto importante. Hoje, a RPA está seguramente acreditada em 18 países e dentro em breve estará em mais três.

Só em países socialistas?

— Socialistas e capitalistas. Entendemos que as relações diplomáticas devem ser desenvolvidas com todos os países do mundo, independente das opções políticas ou ideológicas de cada um. A *coexistência pacífica* é um dos princípios básicos do nosso relacionamento internacional.

Nos primeiros tempos, tínhamos poucas embaixadas no exterior, por carência de pessoal ou quadros formados. Atualmente ainda não temos quadros suficientes para nossas obrigações no contexto internacional. Por outro lado, nós hoje participamos de cerca de trinta organizações internacionais. A RPA procura aumentar progressivamente sua responsabilidade e participação no conjunto das Nações. Hoje, é evidente que a RPA se firmou no contexto internacional, participando praticamente dos mais importantes acontecimentos, que ocorrem nesse âmbito.

E as relações com os demais países africanos?

— A RPA tem desempenhado um importante papel entre os países da Linha da Frente (Angola, Moçambique, Tanzânia, Zâmbia, Botswana e Zimbábue). Principalmente arquitetou o engajamento dos demais países africanos, visando à implementação de um dos princípios fundamentais da OUA: o da libertação total do continente, ca-

racterizado igualmente pelo apoio político, diplomático e material que o nosso governo dá aos movimentos de libertação da Swapo (Namíbia), *African National Congress* — ANC (África do Sul) e à Frente Patriótica, antes da independência do Zimbábue.

Essa posição de solidariedade ou de intervenção permanente nos organismos internacionais a favor dos movimentos de libertação nacional se estende à luta do povo árabe da Palestina, do Timor-Leste e de outros povos que, de uma maneira ou de outra, estão empenhados na luta armada ou política por sua autodeterminação e independência em qualquer continente. Apoiamos a luta do povo vietnamita, do Kampuchea popular, do Laos.

Como se desenvolve o relacionamento de Angola com a América Latina?

— Mantemos relações bilaterais bastante sólidas com a Revolução Cubana e, atualmente, com o povo da Nicarágua. Expressamos nossa solidariedade ao povo de El Salvador, que está travando uma luta heróica, bem como mantemos relações bilaterais com regimes como o da Jamaica, Granada e Guiana.

É certo que também desenvolvemos relações bilaterais, benéficas, com outros países latino-americanos, com quem não temos tantas afinidades ideológicas. Nesse caso se enquadram o Brasil, México e Panamá. A nossa orientação diplomática se estende a todo o mundo. Não temos preconceito em estabelecer relações com qualquer país.

Como o senhor analisa a onda de autoritarismo que assola o continente latino-americano?

— Tanto na África, na Ásia como na América Latina, verificamos que certos povos continuam submetidos a regimes fascistas, subordinados às potências imperialistas, sobretudo os Estados Unidos. Nesse caso se enquadram, entre outros, o Uruguai, Argentina, Chile, Bolívia, Paraguai, Guatemala e Honduras. Os Estados Unidos entendem que a América Latina é uma espécie de “reserva de caça” dos seus interesses econômicos fundamentais, em detrimento dos seus povos.

Como esse fenômeno se repete na África e Ásia, podemos prever que nos próximos anos haverá reações a essa política neocolonialista. Sem dúvida, aumentará o número de regimes progressistas que, no futuro, poderão optar pelo socialismo. Os povos estão cansados da dominação e da exploração imperialistas.



Cooperação entre as ex-colônias

O senhor acha que está havendo um avanço na cooperação entre os países que se tornaram independentes do colonialismo português?

— No tempo da luta armada, existia um organismo denominado Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas (Concp), que cumpria um papel unitário e permitia reunir os dirigentes do Movimento Popular para Libertação de Angola (MPLA), do Partido Africano para Independência de Guiné e Cabo Verde (PAIGC), da Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo) e do Movimento Popular pela Libertação de São Tomé e Príncipe (MPLSTP) para uma troca de experiências do desenvolvimento da luta armada e, sobretudo, para podermos ter posições comuns nos organismos internacionais.

Esse princípio de unidade e ação gerou um princípio também de unidade e ação entre os novos Estados independentes que surgiram sob o comando desses movimentos de libertação. É lógico, portanto, que Estados independentes com estreita afinidade política e ideológica, desenvol-

vam uma estreita cooperação no campo econômico e político.

Não podemos esquecer que essa cooperação tende a ser gradual, pois se trata de novos Estados que surgiram com a conquista da independência, encontrando situações extremamente difíceis resultantes da própria guerra.

Cada um desses países, suponho, ainda não teve a oportunidade de conhecer todas as suas potencialidades econômicas necessárias para um intercâmbio entre si. Nas reuniões a nível ministerial e de chefes de Estado, estabeleceu-se um certo número de princípios ou normas que conduzem a um progressivo estreitamento da cooperação entre esses Estados. Estou convencido que essa cooperação é benéfica para os nossos povos, porque ela se efetua em bases e objetivos honestos.

O senhor acredita que a ofensiva sul-africana esteja voltada apenas contra a Namíbia ou também se destina à desestabilização da economia angolana?

— Creio que a ofensiva da África do Sul visa principalmente desestabilizar a República Popular de Angola que, como a República Popular de Moçambique, optou por uma sociedade socia-



As manifestações da juventude estão sempre ligadas a um sentimento internacionalista

lista baseada nos princípios do marxismo-leninismo, o que se constitui em mau exemplo para as potências ocidentais imperialistas e seus agentes na África. Convém ao imperialismo impedir que a Namíbia, Zimbabwe e até a África do Sul façam a mesma opção político-ideológica.

Antes da independência do Zimbabwe, o imperialismo agia de várias formas. A África do Sul investia contra a República Popular de Moçambique, contra Zâmbia e Botswana. Essa ação visava impedir o apoio material desses países aos movimentos de libertação no Zimbabwe, Namíbia e África do Sul. No entanto, a Frente Patriótica, pela guerra e eleições, possibilitou a independência do Zimbabwe. Com o fim da ofensiva no Zimbabwe, na Zâmbia e em Moçambique, Pretória incursiona agora contra a RPA.

Dever internacionalista

O regime de Pretória e as potências ocidentais pretendem com essa ofensiva militar impedir que a RPA ajude a Swapo, uma vez que esse movimento de libertação possui bases logísticas e de operação em território angolano. Esse regime e as potências ocidentais se enganam ao imaginarem que os bombardeios e consequentes prejuízos materiais ou perdas humanas possam influenciar o nosso Partido e governo no sentido de abandonar a Swapo. Isso não acontecerá. O apoio à Swapo é um dever internacionalista, independente das consequências e do preço que o nosso povo tenha que pagar.

Diga-se de passagem, que as destruições que os sul-africanos têm feito em Angola não atingem a Swapo, mas sim as populações das aldeias angolanas. A invasão de Angola, entre 75 e 76, pela África do Sul e pelo exército do Zaire, provocou danos materiais orçados em 6 bilhões e 700 milhões de dólares. Entre maio de 78 e fins de 79, os prejuízos com as destruições provocadas pelos sul-africanos chegaram a 200 milhões de dólares.

A ofensiva da África do Sul contra a RPA também objetiva perpetuar a ocupação ilegal da Namíbia. Uma coisa precisa ficar clara: a RPA não tem fronteiras com a África do Sul, mas sim com a Namíbia. A criação de um governo-fantoches de obediência ao regime de Pretória permite, de forma camuflada, à África do Sul estender as suas fronteiras até Angola.

Caso o conflito se internacionalize, o senhor vê a possibilidade da RPA recorrer à solidarieda-

de militante de países amigos, particularmente Cuba?

— Considero remota essa possibilidade. Não há dúvida que existe um estado de guerra não-declarado entre Angola e África do Sul. Se, efetivamente, Pretória optar por uma escalada na guerra e colocar em perigo a soberania nacional e a integridade territorial da RPA, independente de toda a atividade diplomática que se possa desencadear para limitar o conflito, o governo angolano terá o direito de recorrer a quem quer que seja.

Aliás, o Artigo 51 da *Carta das Nações Unidas* nos dá o direito de recorrer aos países amigos, com quem temos relações e Tratados de Amizade e Cooperação, para enfrentarmos as agressões que coloquem em risco a própria existência de Angola. Se no passado, quando da dupla invasão, não hesitamos em apelar à comunidade internacional para nos beneficiar da ajuda internacionalista de Cuba, Urss, Argélia, Moçambique, Nigéria, Iugoslávia, Guiné, etc., evidentemente que, numa situação de perigo ainda maior, estará legitimado o recurso à ajuda desses países.

Qual a possibilidade concreta da formação de uma comunidade econômica da África Austral baseada fundamentalmente nos países da Linha da Frente?

— O guia imortal da revolução angolana, camarada presidente Agostinho Neto, tinha como preocupação dominante o desenvolvimento econômico e social do nosso país, preocupação essa que é a mesma do camarada presidente José Eduardo dos Santos. Acharmos que o desenvolvimento econômico e social da RPA não pode ser visto de maneira isolada. Tem que estar interligado com os países da chamada África Austral.

Creio que os problemas de desenvolvimento e cooperação bilaterais são mais ou menos comuns. Por isso, em várias ocasiões, temos agido no sentido do estabelecimento de uma cooperação econômica não só a nível regional como continental. Se encarmos em conjunto o desenvolvimento econômico e social da África Austral, poderemos inclusive prever um incremento nas relações comerciais e uma gradual transformação industrial, em conformidade com os recursos naturais de que cada país dispõe. É importante assinalar que essa cooperação permitirá que certos países da área se libertem da dependência da África do Sul e das potências ocidentais. Através da combinação de interesses econômicos e do desenvolvimento de relações comerciais —



na base de produtos agrícolas, industriais e recursos minerais — poderemos chegar a uma ação comum.

A ofensiva sul-africana

Onde está localizado o epicentro da ofensiva contra Angola? Na África do Sul? Nos Estados Unidos?

— É evidente que a ofensiva sul-africana, os atentados à bomba e certas dificuldades no abastecimento às populações estão inteiramente vinculados. Vale assinalar que as potências imperialistas já devem ter chegado à conclusão que é praticamente impossível dominar militarmente a RPA, porque as Forças Armadas angolanas estão melhor organizadas, maiores e com equipamentos sofisticados.

Agora, o objetivo é debilitar economicamente a RPA, visando a nossa capitulação e impedir que aliemos a independência política à econômica. A ofensiva sul-africana se vale das organizações-fantoches, infiltrando grupos armados para

atacar populações e centros econômicos. Daí os atentados, que inclusive dificultam a circulação de mercadorias para as províncias, visando provocar descontentamento. Tudo está vinculado. O epicentro dessas ações está nos Estados Unidos, embora a África do Sul constitua a base fundamental.

Muitos governos, sobretudo latino-americanos, fizeram declarações contra o apartheid e as reiteradas agressões a Angola. O que pode ser feito mais objetivamente para deter a agressão sul-africana?

— Queremos expressar inicialmente o nosso apreço e reconhecimento por essas declarações, porque elas estimulam nosso povo e nosso governo. É necessário fazer algo mais concreto como, por exemplo, expressar uma solidariedade concreta e dar ajuda material. Uma ajuda financeira será de utilidade não só no plano econômico como para enfrentar as situações criadas com as perdas de vidas. Esse apoio ajudaria também a melhor contribuirmos para a libertação da Namíbia.

Outra contribuição dos governos latino-americanos, à medida que têm relações bilaterais com as potências ocidentais, seria pressionar os Estados Unidos, a Grã-Bretanha, a França, o Canadá e a República Federal da Alemanha no sentido de que cessem o apoio ao regime de Pretória e encontrem uma solução negociada para o problema da Namíbia. Enfim, que as potências ocidentais aceitem a aplicação de sanções econômicas estabelecidas pelas Nações Unidas, realizem o embargo petrolífero, deixem de vender armas e de auxiliar a África do Sul na questão da energia nuclear.

Marrocos e os fantoches

Nos últimos tempos circula a informação segundo a qual a base operacional de Savimbi estaria no Marrocos. O senhor tem alguma informação concreta nesse sentido?

— Creio que se trata efetivamente de uma especulação. A base operacional desse fantoche está na Namíbia. O maior apoio fornecido às organizações-fantoches que operam contra a RPA vem da África do Sul. Sem dúvida, parte dos traidores da Unita está sendo treinada e recebe ajuda do Marrocos. Isso pode ser confirmado pelos próprios dirigentes das organizações-fantoches, inclusive pelas confissões feitas por traidores capturados em nosso território. Apesar desses fatos, não se pode concluir que a base operacional da Unita esteja no Marrocos.



Jonas Savimbi, da Unita: recebendo ajuda e treinamento do Marrocos contra a RPA

O que o senhor acha da atuação da OUA no sentido de libertar o continente africano?

— Reputamos de fundamental importância a independência total da África. Não há dúvida que o conjunto dos países africanos tem contribuído não só para o desenvolvimento das relações entre os países independentes, como também para solucionar os conflitos resultantes de manobras das potências ocidentais, desejosas de recuperar os interesses perdidos, embora salvaguardadas ainda com a existência do neocolonialismo na região. Por isso, a OUA tem recorrido aos países socialistas na ajuda aos movimentos de libertação. Vários países africanos que se libertaram pelo processo da luta armada receberam o apoio dos países socialistas.

A OUA terá que desempenhar um papel importante na questão do desenvolvimento econômico dos países africanos. Essa preocupação começou a ser esboçada em 79, na reunião na Libéria e ganhou impulso na sessão extraordinária realizada em Lagos. Uma vez conseguida a libertação total do continente, a OUA terá que impulsionar as relações econômicas entre os seus membros e defendê-los.

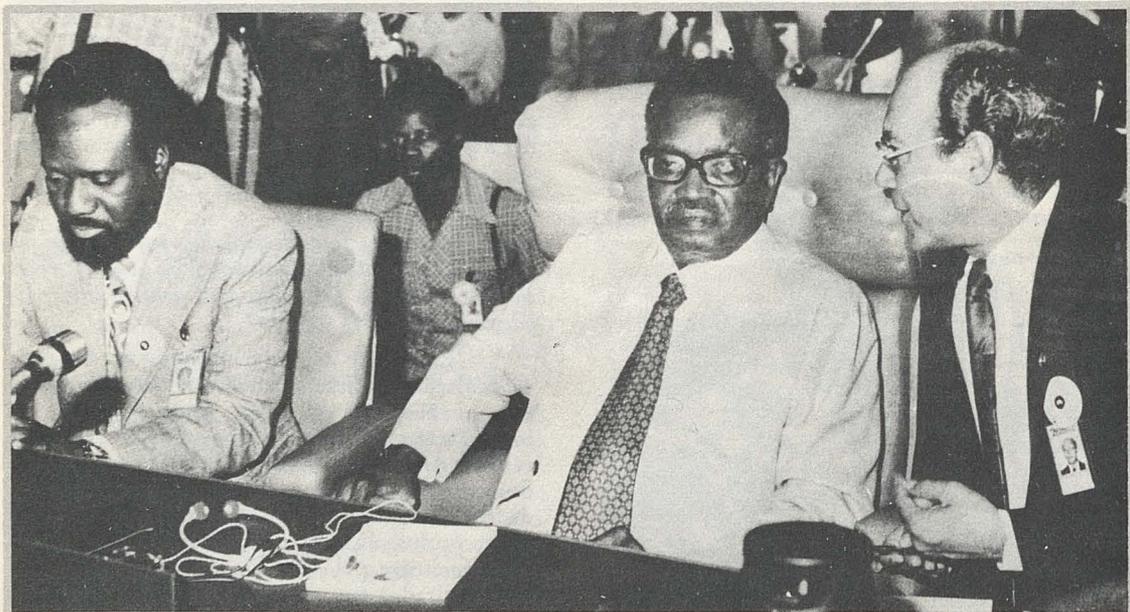
Qual a posição da RPA em relação ao conflito Irã-Iraque?

— O conflito entre o Iraque e o Irã nos causou inquietações. Tivemos a oportunidade de fazer saber, tanto ao Iraque quanto ao Irã, pela via diplomática, que tínhamos essa inquietação e desejávamos que esse conflito entre duas nações não-alinhadas fosse resolvido pela via de negociações e pelos princípios vigentes no seio dos países não-alinhados.

Tivemos a oportunidade de manifestar essa nossa posição, uma vez mais, durante a nossa estada nas Nações Unidas, através de contato direto, e pudemos inclusive sublinhar que esse conflito de maneira nenhuma serviria aos interesses quer do povo iraquiano, quer do povo iraniano. Pelas implicações e consequências dessa guerra, seriam as potências imperialistas as únicas beneficiadas.

Creio tratar-se de uma reivindicação por parte do Iraque, ao que parece baseada em legítimas posições, reivindicações de caráter territorial, especificamente no que se refere ao Shatt-El-Arab. Creio também que o conflito resultou do fato das diligências do Iraque não terem sido correspondidas pelo Irã. Em qualquer circunstância, repito, as divergências precisam ser solucionadas por meio de negociações.

E essa posição efetivamente se tem verificado, tanto no seio do nosso Conselho da Revolu-



Agostinho Neto e Paulo Jorge: fazendo valer o desejo do ex-chefe de Estado de ver constituída a Assembléia do Povo



ção, como através da iniciativa do Presidente em exercício dos Países Não-Alinhados, pela constituição de uma comissão que engloba vários países para o encontro dessa solução negociada. No entanto, é difícil analisar mais a fundo as origens do conflito, porque não dispomos de todos os dados necessários para melhor avaliá-los, assim como suas consequências.

A guerra Iraque-Irã relegou a plano secundário, nas discussões da Assembléia Geral da ONU, vários problemas importantes, como a independência da Namíbia, a questão do povo palestino, a situação do Oriente Médio, a libertação do Saara Ocidental e do Timor Leste.

Como membro do Comitê Central do MPLA-Partido do Trabalho, como o senhor vê a realização da Assembléia do Povo e do próximo Congresso Extraordinário do Partido?

— No decurso do 1º Congresso do MPLA ficou determinado que, em 1980, haveria um Congresso Extraordinário. Em 1979, como consequência da mobilização pela instituição dos órgãos do Poder Popular, o saudoso guia da Revolução angolana exprimiu o desejo de ver constituída a Assembléia do Povo em 1980. Fiéis, portanto, à decisão do 1º Congresso do MPLA, ao desejo do camarada Agostinho Neto e também ao juramento feito pelo Comitê Central nos funerais, impôs-se-nos ensejar todos os esforços para a concretização desses objetivos.

Foram, então, dados os passos necessários através dos organismos competentes do Partido, pelos departamentos existentes no Secretariado do Comitê Central, para a sensibilização do povo angolano à idéia da constituição da Assembléia do Povo. Simultaneamente, em diversos centros de trabalho e em todas as províncias do país, foram surgindo alguns possíveis candidatos e delegados. De acordo com o estabelecido, seria necessária a constituição das Assembléias Populares Provinciais e daí saírem os candidatos a deputados para a Assembléia do Povo.

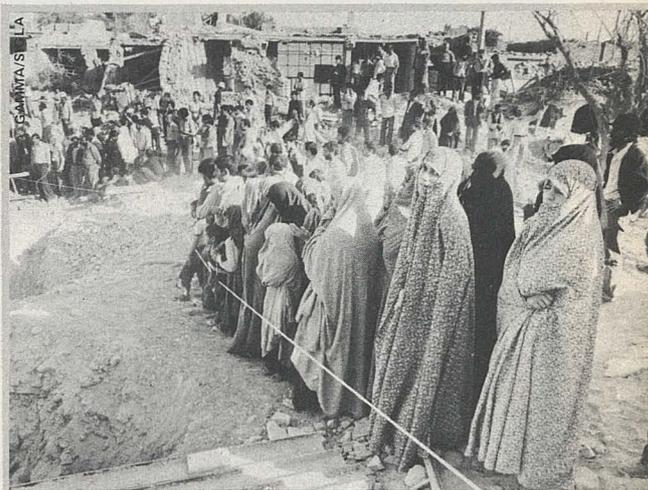
Como se processa a escolha dos delegados?

— Na base de todo esse trabalho feito pelas instâncias competentes do Partido, foram estabelecidos os critérios para a escolha dos delegados às Assembléias Provinciais. Foram feitas inúmeras reuniões, em todos os níveis, para a escolha desses delegados que deviam participar das chamadas Conferências Eleitorais em cada Província. Os membros do Comitê Central foram designados

para irem a todas as províncias do Estado onde tiveram lugar essas reuniões. Foram selecionados, inicialmente, os delegados que iriam participar das Conferências Eleitorais para a constituição das Assembléias Populares Provinciais.

Já foi feita essa seleção?

— Esse processo ocorreu no mês de outubro, em todas as províncias, e levando-se em conta inclusive a própria densidade populacional, foram definidos os critérios do número de delegados que deveriam participar das Assembléias Provinciais. Através dessas Conferências Eleitorais, os delegados elegeram os deputados das Assembléias Populares Provinciais. Agora, com base nos deputados eleitos para cada uma das Assembléias Populares Provinciais serão eleitos 229 deputados à Assembléia do Povo.



"No conflito Irã-Iraque seriam as potências imperialistas as únicas beneficiadas"

Por que 229 e não 230?

— Esse número está dividido entre as 18 províncias, de acordo com critérios previamente estabelecidos para perfazerem o seu total. Na primeira semana de novembro, o mesmo processo foi apresentado entre os deputados das Assembléias Populares Provinciais para a eleição dos deputados da Assembléia do Povo. Quisemos que a constituição da Assembléia do Povo coincidissem com o 5º aniversário de Angola, ou seja, a 11 de novembro de 1980.

Creio ter havido realmente grande entusiasmo e adesão a esse processo que nos parece bastante democrático, para que o povo possa, através

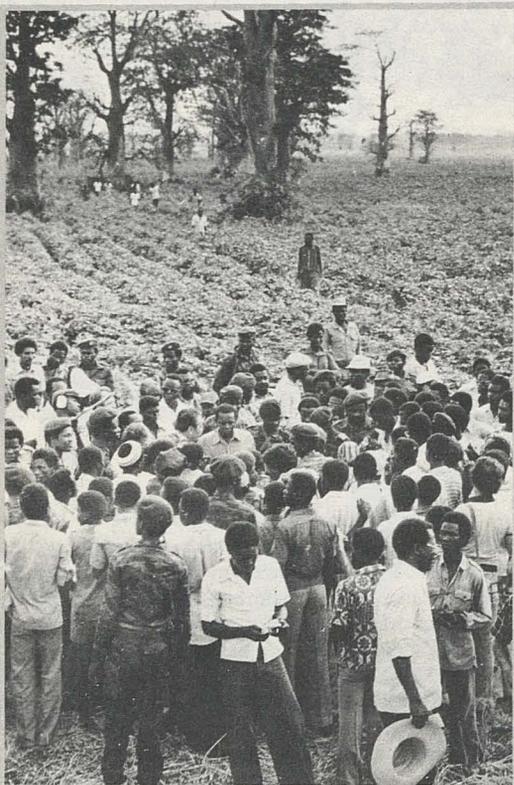
desse órgão supremo do Estado, participar e contribuir para a solução de todos os seus problemas.

Qual seria a função da Assembléia do Povo?

— Será através dessa instância superior do Estado que o povo, por seus representantes eleitos, terá a possibilidade de fazer prevalecer a existência dos diversos problemas comuns que existem em todas as províncias e de contribuir para a sua solução.

Voltando às razões do Congresso Extraordinário, quais os seus objetivos?

— O Congresso Extraordinário do nosso partido tem objetivos definidos. Um deles é o de fazer um balanço sobre o cumprimento das diretrizes e metas definidas no 1º Congresso até hoje, além de ver em que medida foram ou não cumpridas essas diretrizes e quais as causas. Será necessário o aumento do número de membros do Comitê Central, estipulado em 55 no 1º Congresso e



"Vários grupos de trabalho estão fazendo um estudo crítico e profundo da situação econômica e social do país"

que passará a 75, de acordo com proposta apresentada. Há, é evidente, um processo em marcha associado a critérios bem definidos nos estatutos do Partido para o preenchimento dos 20 novos lugares no Comitê Central.

Qual o objetivo que o senhor considera principal?

— O estabelecimento das prioridades em relação ao desenvolvimento econômico e social do nosso país, sobretudo das bases preliminares e diretrizes essenciais do Primeiro Plano Quinquenal. Isso demonstra a preocupação da direção do Partido de se debruçar prioritariamente sobre o desenvolvimento econômico e social do nosso país.

Há meses, vários grupos de trabalho fazem um estudo crítico e profundo da situação econômica e social do país, analisando seriamente o nível de produção e as dificuldades que têm surgido para se encarar as perspectivas de desenvolvimento, de maneira a superar essa situação e a preconizar metas importantes para o aumento da produção, tanto agrícola como industrial, objetivando responder efetivamente às enormes carências do povo angolano.

Creio que com base nesses estudos e, sobretudo, pela manipulação dos dados estatísticos que estamos conseguindo (embora com grandes dificuldades, porque não dispúnhamos de elementos anteriores para um estudo mais concreto), o Congresso poderá determinar, de forma clara e realista, as perspectivas do desenvolvimento econômico e social do nosso país.

Algumas palavras para finalizar.

— Gostaria de exprimir o nosso grande apreço pelo trabalho desenvolvido pelos **cadernos do terceiro mundo**, que permite aprimorar o conhecimento entre os povos. Por isso, não só lemos com muito interesse cada número dos **cadernos**, que faz um trabalho sério de análises da situação internacional como, fundamentalmente, pela possibilidade de aproximar os países do chamado Terceiro Mundo.

cadernos do terceiro mundo, por conseguinte, facilita o relacionamento entre os países subdesenvolvidos que, ao se conhecerem, podem encarar o desenvolvimento das suas relações. Gostáramos de encorajar os responsáveis pela revista no sentido de prosseguirem essa importante tarefa de ligação entre os povos. □



1981, ano decisivo para a Namíbia

As Nações Unidas, através de seu Comitê Especial, e a Swapo redobram seus esforços para conseguir a independência dessa rica nação do sul do continente

Beatriz Bissio



Sam Nujoma, líder da Swapo

Após um ano da libertação do Zimbábue, os esforços internacionais e africanos concentram-se na libertação da Namíbia. Desde 1966, quando as Nações Unidas terminaram com o mandato da África do Sul sobre o território namibiano, criando-se o Conselho da ONU para a Namíbia, 60 mil soldados do exército sul-africano continuam ocupando ilegalmente aquela rica ex-colônia alemã.

Como em qualquer exemplo de colonialismo, as razões devem

ser buscadas no campo econômico. Efetivamente, a África do Sul não acatou a resolução das Nações Unidas por vários motivos, entre eles a localização estratégica da Namíbia, ao sul de Angola, como um estado-tampão entre a África do Sul e a ex-colônia portuguesa. Mas, principalmente, ela não retirou as suas tropas do país por causa das riquezas namibianas, que despertaram desde muito cedo a cobiça das empresas transnacionais que operavam na África do Sul e a do próprio regime do *apartheid*.

Como a Namíbia é o único território do mundo sob a soberania do ONU (apesar da ocupação ilegal sul-africana), foi esse organismo que ditou as normas para sua administração. Já o Decreto número Um (aprovado em 1974) refere-se à proteção dos recursos naturais: por essa disposição, torna-se ilegal a extração e exportação das riquezas do território namibiano sem o consentimento das Nações Unidas.

Esse decreto não impediu que a África do Sul continuasse a extrair minerais e que desse tam-

bém um incentivo muito especial à atividade mineira no território, em aliança com várias conhecidas transnacionais.

Urânio a granel

De tudo isso, as Nações Unidas têm provas irrefutáveis. O Conselho para a Namíbia promoveu, em julho passado, um seminário de especialistas nessa questão. Foram chamados mais de vinte *experts* e testemunhas que durante uma semana fizeram exposições com dados concretos sobre a situação na Namíbia e, particularmente, com informações sobre a violação do decreto nº 1 da ONU. Todos eles afirmaram categoricamente que o regime de Pretória se coloca como uma ameaça nuclear cada dia mais perigosa para seus vizinhos da África Austral e também para países mais distantes. Vários deles denunciaram ainda a aliança do regime da África do Sul com Israel, desenvolvendo projetos comuns no campo nuclear.

Donato Morton, por exemplo, de nacionalidade sul-africana, demonstrou que os avanços da África do Sul nessa área não eram para fins exatamente pacíficos. Sean McBride, por sua vez — prêmio Nobel da Paz e ex-comissionado da ONU para a Namíbia —, enumerou quem é quem na lista dos que saqueiam os recursos namibianos. Entre eles, citou quase todos os países mais desenvolvidos do Ocidente, particularmente Estados Unidos e Japão. “Os governos desses países — afirmou McBride — têm que ser considerados totalmente responsáveis pelos problemas que figuram neste painel”.

E quando no caso da Namíbia falamos de atividades mineiras, referimo-nos quase que exclusivamente à extração de urânio.

Calcula-se que foi explorada ilegalmente até hoje uma quantidade de urânio avaliada em 600 milhões de dólares. A Namíbia é o terceiro produtor do mundo ocidental, representando 16,6% da produção mundial. Só a mina *Rossing* — a maior a céu aberto do mundo — é responsável por sete a dez por cento da produção mundial total. A *Rossing* começou a sua produção em 1977, produziu 14 mil toneladas de urânio em 1979, exportadas ilegalmente para os Estados Unidos, Japão e Europa Ocidental. A África do Sul possui 28% das ações da mina *Rossing*, o que lhe permite assegurar o controle da votação das novas políticas de exploração.

Com o urânio da Namíbia, a África do Sul se coloca em terceiro lugar na produção mundial total desse mineral estratégico.

Um importantíssimo contrato foi assinado com a entidade britânica responsável pela energia atômica, a Autoridade de Energia Atômica do Reino Unido (*Ukaea*), por 72 milhões de dólares, o que representou entre 1976 e 1980, 7.500 toneladas de óxido de urânio.

A *Rio Tinto Zinc* (RTZ), com sede em Londres, controla mais da metade do comércio mundial de urânio e é dona de 48% das ações da *Rossing*. Por sua vez, a *Rio Algom*, subsidiária da *Rio Tinto Zinc*, possui dez por cento das ações da *Rossing* e a francesa *Minatome* controla outros dez por cento. A *Rossing Uranium Ltda.*, de firmas mineiras transnacionais da Alemanha Federal, África do Sul e Canadá, tem a maior parte das ações daquela empresa.

A *Consolidated Diamond Mines*, dominada pela África do Sul e por uma transnacional dos Es-

tados Unidos, é a primeira companhia mineira da Namíbia. Resalte-se que só a mina *Rossing* é responsável por sete a dez por cento da produção total mundial de urânio.

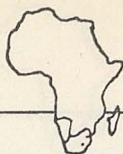
Uma ex-funcionária do *Foreign Office* britânico, Barbara Rogers — que atualmente trabalha numa firma que se opõe a esse tipo de contrato ilegal com a Namíbia — foi outra das testemunhas do seminário das Nações Unidas. Ela afirmou que o urânio proveniente da Namíbia (43% do total) não é usado pela Grã-Bretanha em projetos decisivos para sua indústria e sim reexportado para terceiros países ou utilizado em “aspectos supérfluos” do programa nuclear britânico.

Segundo os especialistas, há indícios de que a Grã-Bretanha usaria o urânio da Namíbia para fins militares, já que por ser ilegalmente explorado não está sujeito às normas da Agência Internacional de Energia Atômica e constitui uma mercadoria facilmente vendável para os países que a utilizam para fins militares.

Corrida do Ouro

Roger Murray, consultor do Comissionado da ONU para a Namíbia e economista de renome, afirmou que “a descoberta de 300 mil toneladas de urânio estimulou a bonança na Namíbia e fez nascer uma verdadeira ‘corrida do ouro’ em direção ao território”. Ele disse no seminário das Nações Unidas que todos os impostos derivados do urânio da *Rossing* são pagos ao governo da África do Sul e que até um terço do Produto Nacional Bruto da Namíbia é perdido para a economia daquele território devido à evasão dos lucros das corporações transnacionais.

Em resumo: o papel da África do Sul é atrair o capital transna-



cional à Namíbia para importantes investimentos na mineração de urânio, usinas de enriquecimento e de produção de energia nuclear. Assim, com a conivência, principalmente da França, Grã-Bretanha, Estados Unidos, Alemanha Federal, Japão e Israel, e apesar de todas as sanções econômicas decretadas contra o regime racista da África do Sul, Pretória avança implacavelmente na sua decisão de converter-se em potência nuclear de primeira ordem.

Em geral, as testemunhas que se pronunciaram na ONU coincidiram em destacar que, dada a forte participação de firmas norte-americanas no desenvolvimento da tecnologia sul-africana do urânio e na expansão da energia atômica, é inegável que os Estados Unidos apadrinham o surgimento na África Austral de uma potência bélica nuclear, apesar das perigosas implicações para a segurança do continente.

Essas testemunhas disseram que as Nações Unidas devem se

declarar pelo término imediato de qualquer cooperação com a África do Sul no campo nuclear e também se pronunciaram enfaticamente por medidas que incluam pressões contra o regime de Pretória para que se consiga uma compensação econômica adequada para o futuro governo da Namíbia independente, devido à longa exploração ilegal de suas riquezas naturais.

A situação política

Ante as pressões internacionais e o seu crescente isolamento no continente africano, o governo racista de Pretória decidiu promover algumas medidas liberalizantes no plano político em relação à Namíbia. Nesse sentido, em 1978 "transferiu" parcialmente o poder a um Conselho de Ministros de 12 membros, todos eles da Aliança Democrática Turnhalle (presidida por Dirk Mudge), um grupo político da minoria branca namibiana. Todos os doze são elementos intima-

mente vinculados ao ocupante sul-africano.

Porém, ainda que se tratando de elementos fantoches, o governo sul-africano não estava disposto a ceder uma quota demasiado grande do poder, assegurando-se o direito de veto em matéria constitucional, de política externa e em alguns aspectos da defesa.

O Conselho da ONU para a Namíbia condenou essa decisão considerando-a uma "manobra da África do Sul destinada a transferir o poder a grupos ilegítimos, subordinados a seus interesses, para manter sua política de discriminação e exploração do povo namibiano e seus recursos naturais."

E a Swapo, *South West African People's Organization* (Organização do Povo do Sudoeste Africano, antigo nome da Namíbia) condenou a Aliança Democrática de Turnhalle como um "órgão tributário da África do Sul". Denunciou também a recente reunião de Kissinger com o chanceler sul-africano Roelof

Um vasto e rico território

□ A Namíbia é um árido país de 824.269 km². Sua população era de 1.200 mil habitantes em 1974, dos quais 60 mil viviam na capital Windhoek.

Durante a I Guerra Mundial, os britânicos invadem a Namíbia (já colônia alemã) através da África do Sul. Terminada a guerra, o território fica sob a administração da Liga das Nações, que atribui a sua administração à União Sul-Africana. Após o fim da II Guerra, a África do Sul manifesta formalmente às Nações Unidas sua intenção de anexar o território. A ONU — que herdou da Liga das Nações a responsabilidade das colônias em "fideicomisso" — nega energeticamente o seu apoio e tenta, de 1961 a 1968, anular o mandato fiduciário e estabelecer a independência do país. Tendo seus esforços jurídicos sido em vão, em 1968

a ONU proclama finalmente a ilegalidade da ocupação sul-africana do país, que passa a chamar-se Namíbia para a comunidade internacional.

A fim de alcançar a real independência do país, o povo namibiano resolve iniciar a luta armada de libertação, criando uma organização, a Swapo (*South West African People's Organization*), em 1966, que atualmente já é reconhecida pela ONU, OUA e pelo Movimento dos Países Não-Alinhados como único legítimo representante do povo namibiano.

As ricas jazidas de ferro, chumbo, zinco, cobre, diamante, manganês, tungstênio, cádmio e, particularmente urânio, a principal matéria-prima da energia nuclear, tornaram o país alvo da cobiça das potências ocidentais.

Botha. Segundo a interpretação do movimento patriota, Kissinger e Botha estariam procurando uma saída para "tentar frustrar o projeto da ONU para a independência da Namíbia".

Em sua sessão de fins do mês de novembro, o Conselho da Namíbia voltou a ratificar seu projeto para assegurar o acesso à independência e reiterou que a Swapo é o único representante legítimo do povo namibiano.

A Swapo foi reconhecida pelas Nações Unidas pela primeira vez em 1973 e, desde então, participa em todas as instâncias de trabalho do organismo internacional. Também foi reconhecida pelo Movimento dos Países Não-Alinhados e pela Organização da Unidade Africana (OAU).

A Conferência de Freetown (Serra Leoa) da OUA, realizada em julho de 1980, também condenou a Aliança Democrática Turnhalle e a Assembléia de Windhoek. Ela denunciou que a pseudo-transferência do poder na Namíbia era um recurso da África do Sul para evitar a independência total do território. De regresso da reunião de Freetown, Sam Nujoma, presidente da Swapo afirmou: "Só a intensificação da luta armada poderá assegurar a nossa independência, se o regime racista não aceitar o diálogo real". A Swapo tem vários milhares de combatentes armados operando em território namibiano.

O papel da Europa Ocidental

Sam Nujoma, por diversas vezes, denunciou a conivência da Europa Ocidental com o regime racista. Recentemente, em uma entrevista à revista *Der Spiegel*, da Alemanha Federal, afirmou que esse país "entrega armas a Pretória assim como tecnologia

e equipamentos" (1). Durante a sua visita à Europa, Nujoma também esteve em Copenhague, de onde denunciou que "a Europa Ocidental viola as resoluções da ONU, recebendo urânio namibiano".

Ele lembrou que todo esse esquema foi descoberto quando um avião que levava contrabando teve um pequeno acidente num aeroporto francês, tendo que ser revistado. Ele também denunciou que as companhias aéreas UTA (francesa) e a *South African Airways* (sul-africana) são também utilizadas para contrabandear o urânio namibiano.

O dirigente da Swapo admitiu que a África do Sul nunca se viu seriamente pressionada a abandonar sua política racista nem a retirar-se do território que ocupa ilegalmente porque, "no fundo, os Estados Unidos a vêem como um baluarte de resistência ao avanço dos movimentos de libertação e das forças progressistas na África Austral".

Assinale-se que Carter não respondeu a uma carta que lhe

(1) Sam Nujoma esteve na Alemanha Federal em visita oficial pela primeira vez no mês de novembro e entrevistou-se com o chanceler Hans Dietrich Genscher assim como com partidos políticos e organizações de massa. Sintomaticamente, em meados de dezembro, o presidente da Aliança Democrática Turnhalle, Dirk Mudge, deslocou-se para Bonn com a esperança de receber tratamento semelhante — ou ainda melhor — que Nujoma. Porém os seus planos viram-se de certa forma frustrados pelo cancelamento no último momento, da entrevista marcada com Genscher. A razão apresentada por Bonn para não realizar o encontro foi que a entrevista fora apresentada por Mudge como solicitada pelo governo alemão. Nas suas declarações à imprensa, Mudge justificou as agressões sul-africanas ao território angolano dizendo que eram destinadas a "destruir as bases dos terroristas da Swapo".

enviou o primeiro-ministro do Zimbabwe, Robert Mugabe, sugerindo-lhe que organizasse uma conferência para a Namíbia semelhante à que a Grã-Bretanha celebrou em *Lancaster House* no ano passado para negociar a independência do seu país.

Os interesses em jogo são tantos que a solução do problema namibiano não é fácil. Recentemente foi divulgado um documento do Centro Nacional de Informação Estratégica dos Estados Unidos intitulado "Guerra de Recursos". Nele, os autores exortam o governo dos Estados Unidos a assinar "acordos cooperativos" com a África do Sul e Israel e "outras nações amigas" para proteger a livre circulação marítima daquelas matérias-primas consideradas "críticas". A África do Sul cumpriria, neste sentido, um papel estratégico pelo seu domínio na produção de urânio e porque seu litoral acompanha a rota dos grandes petroleiros provenientes do Golfo e do mar Vermelho.

Uma intensa campanha informativa

Em resposta a esses recursos interpostos por Pretória, o Conselho para a Namíbia adotou um programa no qual se exigem sanções obrigatórias contra o regime sul-africano, condena-se os países ocidentais e todos os outros que ajudam Pretória no campo nuclear e tecnológico e exorta-se que se inicie uma intensa campanha informativa sobre a situação da Namíbia.

A Namíbia foi o centro dos debates da 35ª Assembléia Geral da ONU no ano passado, tanto nas sessões plenárias como nas comissões, particularmente no Comitê contra o *apartheid* e na Comissão de Descolonização.

A proposta das Nações Unidas

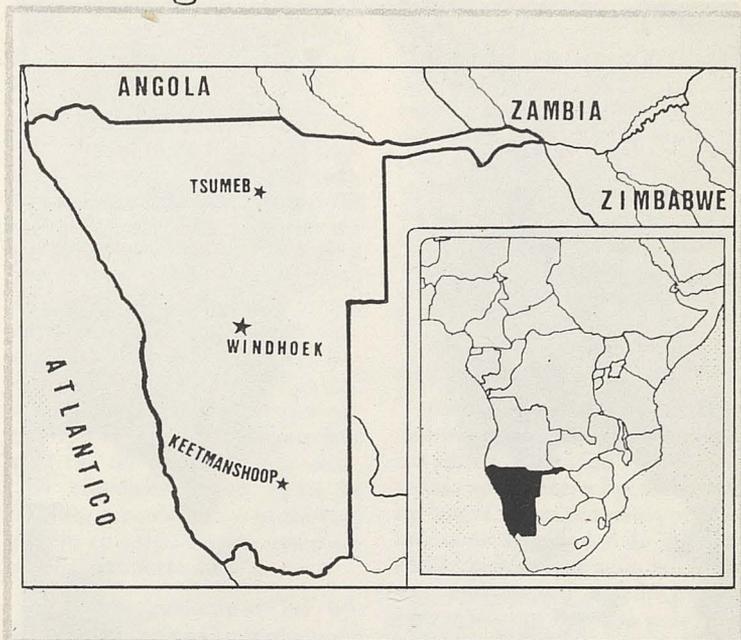
A ONU tem trabalhado intensamente numa proposta viável para a independência da Namíbia. Nesse sentido, chegou-se a elaborar um plano de paz concreto, de cuja redação participaram quatro potências ocidentais e cinco países africanos (os países da Linha da Frente: Angola, Moçambique, Tanzânia, Zâmbia e Botswana), junto com representantes da ONU. Os pontos do plano são:

- 1) cessar-fogo imediato em uma zona de 31 milhas de cada lado da linha fronteira norte do território (fronteira com Angola);
- 2) uma força da ONU patrulharia a zona e supervisionaria as eleições para uma nova Assembleia Constituinte para a Namíbia independente.

Resta ver como será aceito esse plano que inclui resoluções anteriores da ONU no sentido de exigir a libertação de todos os prisioneiros políticos, o embargo de armas, a retirada do investimento estrangeiro e a exigência da aceitação da Swapo como interlocutora do lado namibiano.

A fim de analisar as repercussões do plano proposto, a ONU decidiu realizar, em meados deste mês de janeiro de 1981, uma reunião sobre a Namíbia na sede de Nova Iorque. "Essa reunião preparatória submeterá a uma prova final a sinceridade e a seriedade da África do Sul para concretizar as resoluções do organismo máximo, no quadro da data estabelecida para a independência da Namíbia", assinala um comunicado de imprensa da Organização da Unidade Africana divulgado na Sede da ONU.

As Nações Unidas estabeleceram que as conversações entre a África do Sul e a Swapo têm que ser diretas, a fim de encon-



trar a forma de concretizar a retirada das forças sul-africanas ocupantes.

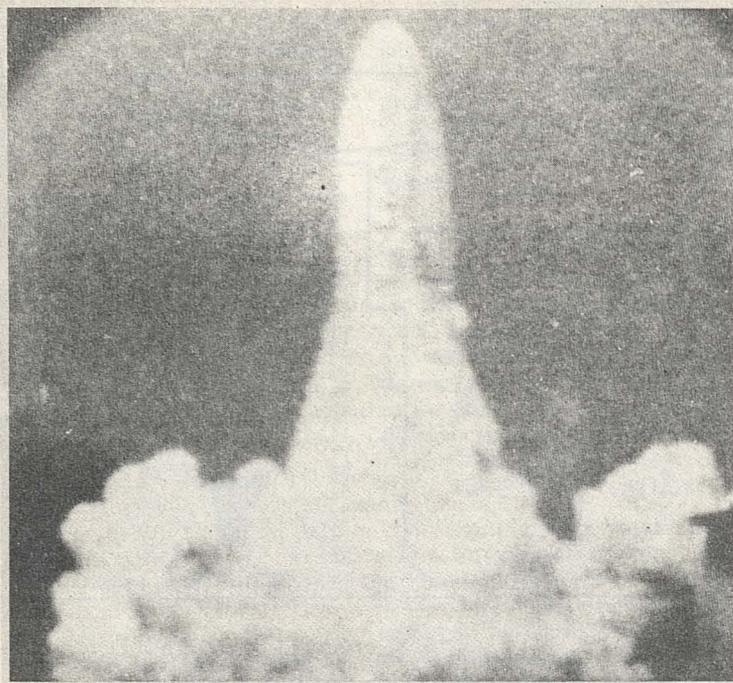
Porém, a Swapo já antecipou o seu ceticismo a respeito da atitude a ser adotada por Pretória, que "poderá tentar frustrar os esforços da comunidade internacional".

Porém hoje há formas de contrabalançar uma atitude como essa. Importantes matérias-primas (inclusive algumas das consideradas altamente estratégicas) estão controladas por governos do Terceiro Mundo comprometidos com a luta contra o *apartheid* ou com a linha de conduta traçada pelas Nações Unidas e — muito especialmente — pelo Movimento dos Países Não-Alinhados.

Um exemplo claro do que pode acontecer se as grandes potências se aliam à África do Sul para evitar a independência da Namíbia, foi a posição adotada pela Nigéria. Recentemente, o

presidente Shehu Shargari afirmou que o petróleo de seu país não será vendido a nenhuma nação que mantenha relações econômicas e diplomáticas com a África do Sul.

A Swapo anunciou que 1981 poderá ser o ano da independência da Namíbia. E os movimentos de libertação em geral, evitam fazer prognósticos excessivamente otimistas, que podem deixar um sentimento de frustração em seus militantes e combatentes. Apesar do empenho da África do Sul e seus aliados ocidentais, o papel decisivo da ONU no campo internacional e a luta da Swapo no plano interno poderiam arrancar de Pretória, em curto prazo, uma independência negociada para a Namíbia. Desse modo, um passo fundamental será cumprido na descolonização da África. Permanecerá, como último baluarte, a própria África do Sul, cujo movimento de libertação também tem lançado importantes ofensivas. □



A misteriosa explosão no Atlântico Sul

Um satélite detecta um sinal não identificado numa remota região do globo: seria um teste atômico conjunto entre o regime racista de Pretória e os israelenses?

Stephen Talbot e
Robert Manning

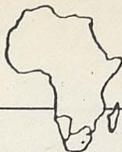
Eram três da manhã de 23 de setembro de 1979 na África do Sul (22 de setembro nos Estados Unidos). A 70 mil milhas de distância, no espaço, o satélite norte-americano *Vela* contornava a vasta e remota região onde se juntam o Atlântico Sul e o Oceano Índico, entre os territórios da África do Sul e da Antártida. O *Vela* tinha sido desenhado para detetar explosões nucleares e ele ostentava um recorde perfeito, tendo identificado todas as 41 explosões atômicas em torno do mundo.

De repente, os sensores do satélite espião registraram dois intensos raios de luz, o sinal característico das explosões nucleares. As informações foram enviadas a uma estação encarregada de decodificar esses sinais, pertencente à Força Aérea dos Estados Unidos, próxima a Cabo Canaveral, na Flórida. Em poucas horas, o ministro da Defesa, Harold Brown, e o presidente Carter tinham sido alertados.

Porém, a opinião pública norte-americana só soube da explosão mais de um mês depois, e isso porque alguém passou a informação a um membro da equipe da cadeia ABC de televisão, John Scali, antigo membro do Departamento de Estado.

Era esse um teste nuclear sul-africano? (Os sul-africanos tinham sido descobertos por um satélite soviético em agosto de 1977, aparentemente em preparações para uma experiência nuclear no deserto de Kalahari). Ou teria sido um teste dos israelenses, realizado com assistência da África do Sul, como fora informado pela CBS? Israel e África do Sul negaram as informações. Ou será que o satélite funcionou mal?

O presidente Carter ordenou ao seu conselheiro científico, Dr.



Frank Press, a realização de um debate de especialistas, conduzido pelo Dr. Jack Ruina, para investigar o que poderia ser “o caso da explosão misteriosa”. O grupo de nove cientistas preparou um informe preliminar em janeiro deste ano, mas até hoje ele não foi revelado. Em abril, já estava nas mãos dos homens da Casa Branca o informe definitivo; assistentes nervosos discutiram a oportunidade ou não da sua divulgação.

Foi o Pentágono que lhes tirou a dúvida. Em meados de julho, oficiais do Pentágono liberaram as conclusões da sua própria Agência de Defesa e Inteligência: efetivamente, tratava-se de uma experiência de armas nucleares nas costas da África do Sul. A Casa Branca, diante dessa situação embaraçosa, promoveu um encontro com a imprensa e anunciou uma conclusão diametralmente oposta: “não, não teria sido uma explosão nuclear.” E os especialistas teorizaram que um meteorito — do tamanho de uma partícula de pó — teria se chocado com o satélite, imitando o *flash* da explosão nuclear.

Quais seriam as chances estatísticas de uma coincidência desse tipo? Não maiores do que uma vez em uma década, segundo os conhecimentos da própria Casa Branca. Os fabricantes do satélite em Los Alamos não estão convencidos nem da veracidade da explicação da CIA nem da do Pentágono.

“Algumas coisas simplesmente nem sempre conduzem a respostas iguais”, afirmou Thomas Halsted, um porta-voz da Agência para o Controle de Armas e Desarmamento, quando lhe perguntamos como explicaria as divergências entre os informes da Casa Branca e do Pentágono. “Mas, certamente, essa confusão

está questionando a nossa habilidade para monitorar e verificar testes ao redor do mundo”, admitiu ele.

O tenente-coronel Mark Foutch, porta-voz do Pentágono, sugeriu que os informes contraditórios refletiriam diferentes orientações das duas equipes de pesquisadores. Ele disse que a Agência de Defesa e Inteligência se pergunta o que faria se ela fosse um governo tentando ocultar uma explosão nuclear. Enquanto isso, acrescenta Foutch, a Casa Branca quer saber que outro tipo de fenômeno não-nuclear poderia ter causado esse sinal. “Os especialistas não estão de acordo, acrescentou o porta-voz, porém eu estou seguro que o caso não está fechado”.

O *flash* misterioso foi objeto de análise na Conferência de Genebra sobre o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares. Oficiais norte-americanos estão preocupados com a eventual reação das nações do Terceiro Mundo, que poderão não ficar satisfeitas com o informe incompleto, podendo chegar à conclusão de que os Estados Unidos estão dando cobertura a uma explosão nuclear secreta com o objetivo de proteger Israel e a África do Sul.

A confirmação de um teste nuclear desse tipo teria, no momento, afetado seriamente a proclamada intenção de Carter de pôr fim à proliferação de armas nucleares, ainda que a sua dubiedade nessa questão estivesse ficando clara em muitas áreas sem que fosse necessário acontecer o caso do misterioso *flash*.

Pior ainda, poderia deixar claro o papel desempenhado pelos Estados Unidos no desenvolvimento nuclear sul-africano das últimas décadas.

Estreita cooperação

O poder nuclear de Pretória é produto de mais de 20 anos de estreita cooperação com os Estados Unidos e mais recentemente, com a Alemanha Federal e com Israel. A partir de 1953, a África do Sul recebeu dos Estados Unidos uma importante quantidade de urânio. Nessa altura, os Estados Unidos estavam engajados de forma muito agressiva na Guerra Fria e na corrida armamentista do pós-guerra.

Os Estados Unidos também desenvolveram a mineração de urânio na África do Sul dando, assim, ao regime a oportunidade de lançar o seu programa de pesquisas nucleares. A 8 de julho de 1957, a administração Eisenhower assinou um acordo de cooperação com Pretória pelo qual garantia-se à África do Sul uma vasta ajuda técnica norte-americana, urânio enriquecido e informação nuclear classificada. O



Raízes comuns: racismo (charge publicada na revista *New Outlook*, da Tanzânia)

pacto, que foi renovado em 1974, vigorará até o ano 2007. O reator sul-africano Safari I, usado para pesquisas, foi construído nos Estados Unidos.

É necessário também não esquecer a até pouco tempo desconhecida cooperação nuclear israelense — norte-americana. Um agente da CIA aposentado, que trabalhou no Oriente Médio, Wilbur Eveland, que escrevera um livro de memórias intitulado *Corda de areia*, nos disse: “Eu acho que os Estados Unidos estão dando assistência a Israel para desenvolver a sua tecnologia atômica”. Ele disse ainda que “depois da crise do Canal de Suez em 1956 (no período de Nasser) foi assinado um acordo secreto entre Washington e Telavive, segundo o qual nós (os norte-americanos) iríamos dar assessoramento ou, pelo menos, não iríamos interferir no desenvolvimento da capacidade nuclear deles (os israelenses)”.

Da mesma forma, soubemos que um especialista dos Estados Unidos em questões nucleares, Alvin Radkowski, que durante algum tempo foi ajudante do almirante Hyman Rickover, está desenvolvendo experimentações nucleares decisivas em Israel, na universidade de Negev.

Alguns anos atrás foi noticiado que Israel tinha obtido urânio enriquecido para um reator super-secreto no deserto de Negev, fornecido pela Corporação de Materiais e Equipamentos Nucleares (Numec), da Pennsylvania. O Dr. Zalman Shapire — o antigo dono da Numec e um ardente militante pró-israelense — negou ter fornecido esse material nuclear a Telavive; mas, em 1967, ele teve que pagar ao governo dos Estados Unidos um milhão de dólares de multa por não poder responder por pelo menos 200 li-

bras de urânio enriquecido que tinham desaparecido da sua fábrica.

Segundo algumas fontes dos serviços de inteligência norte-americanos, o serviço secreto de Israel, o Mossad, passou a roubar urânio enriquecido na França e na Grã-Bretanha quando o fornecimento da Numec foi cortado. Porém, agora parece que Israel tem um fornecedor bem mais seguro: a África do Sul.

Muitos cidadãos israelenses estão desgostosos com as crescentes relações entre o regime do *apartheid* e Telavive. Depois da visita do então primeiro-ministro John Vorster a Israel, em 1976, o comércio — em especial de diamantes e armamento — assim como a cooperação científica entre os dois Estados, tem aumentado consideravelmente. Rumores insistentes falam de um intercâmbio de tecnologia de urânio entre Pretória e Telavive.

Uma corrida que ninguém pára

Um conhecido especialista norte-americano em urânio afirmou que durante a sua recente visita ao centro de pesquisas nucleares de Prelindaba, na África do Sul, ele encontrou um elevado número de cientistas israelenses em pleno trabalho. A censura militar de Telavive proibiu a publicação do livro *“Ninguém sobreviverá: a história da bomba ‘A’ israelense”*, dos veteranos jornalistas judeus Eli Teicher e Ami Doron, no qual eles falam várias vezes das ofertas de um lugar para experiências nucleares perto da região do Atlântico Sul feitas pela África do Sul ao regime de Telavive.

A grande preocupação é a possibilidade da confirmação dessas informações comprovar que a corrida das armas nuclea-

res pode ser, na década dos 80, o fator mais perigoso da política do Oriente Médio e da África Austral. Os israelenses se justificam sempre, afirmando que tanto a Líbia quanto o Iraque estão avançando no campo nuclear e poderão, em breve, desenvolver sua próprias armas atômicas.

Aliás, as medidas adotadas por Israel para impedir o avanço do Iraque no campo nuclear foram sempre muito drásticas. Em junho passado, o cientista Yihya al Meshad, de nacionalidade iraquiana e formado na União Soviética, chefe do programa nuclear de seus país, foi encontrado morto no quarto de seu hotel em Paris. As especulações sobre os possíveis criminosos sempre estiveram apontadas para o serviço secreto israelense, o Mossad. Não era a primeira vez que o Mossad atuava contra o Iraque em território francês. A revista *Stern* (Alemanha Federal) identificava, em abril deste ano, como membros do Mossad, os sabotadores do reator nuclear *Osiris* que os franceses estavam aprontando para enviar para o Iraque. A França reconstruiu o reator.

O Iraque, ao contrário de Israel, assinou o acordo de não-proliferação de armas nucleares e tem afirmado que o reator só será utilizado para fins pacíficos. Um funcionário de Washington, encarregado do controle de armamento, conhecedor do assunto, nos disse: “os israelenses não vão deixar que o Iraque se converta numa potência nuclear”.

Uma versão contraditória

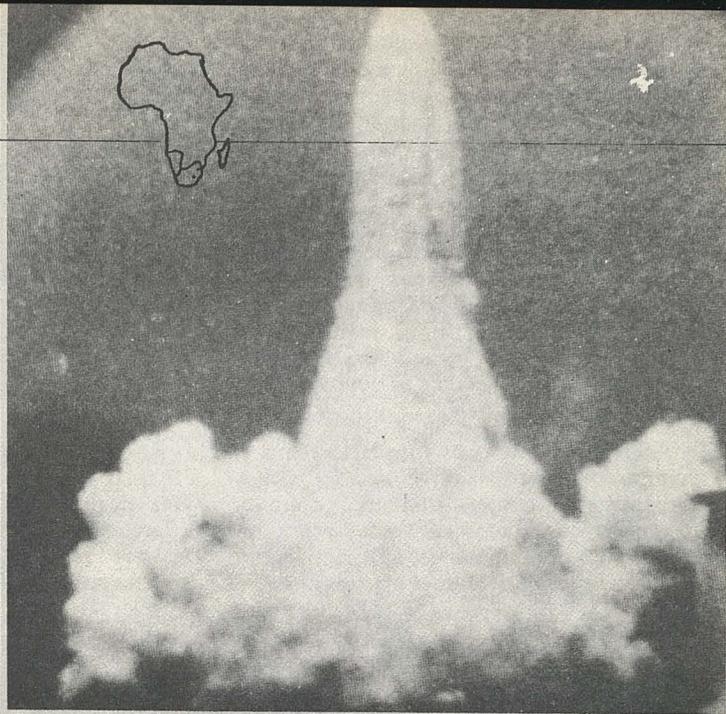
O problema imediato que se apresenta para a Casa Branca é que um dos seus funcionários (do Escritório para Ciência e Tecnologia) admitiu que “não

pode descartar a possibilidade de que o sinal tivesse uma origem nuclear". E que ele não podia oferecer uma explicação alternativa aceitável sobre as causas do sinal. "Há muita gente que continua convencida de que foi uma explosão nuclear", admitiu um porta-voz da Casa Branca que pediu para seu nome não ser divulgado.

Os que defendem a tese do meteorito tiveram que admitir que um fenômeno como esse nunca tinha sido registrado antes e que as características do sinal muito se assemelhavam a outras, anteriores, recebidas pelo satélite, ainda que com "algumas pequenas diferenças".

A Casa Branca afirmou que o Laboratório Naval de Pesquisas norte-americano ainda está desenvolvendo um trabalho de investigação a respeito do fenômeno. Reconheceu, porém, que o fato de não ter colhido o "lixo" radiativo, de maneira alguma pode ser interpretado como uma evidência definitiva de que não ocorreria uma explosão nuclear. O sinal era fraco (264 quilotons) e a precipitação radiativa poderia ter sido dissipada pela chuva e pelos ventos.

Os repórteres da Casa Branca mencionaram mas não deram a merecida importância a uma outra evidência de que efetivamente houve explosão: "um sinal hidracústico que veio de uma fonte perto da ilha de Prince Edward". Isso é particularmente interessante pois coincide completamente com dados do Movimento anti-apartheid da Alemanha Federal — cujas denúncias alguns anos atrás causaram sensação quando foram reveladas as vinculações nucleares entre Bonn e Pretória — no sentido de que no dia 22 de setembro houve uma



explosão a 8km da costa no Oceano Atlântico, 46 graus de latitude sul e 40 graus longitude leste, perto das ilhas que pertencem à África do Sul. Essa região — conhecida como a Anomalia Sul-Africana — é um local ideal para explosões nucleares, pois a área tem um baixo nível de radiação natural. Nessa área, em 1958, os Estados Unidos fizeram testes de armas nucleares de baixo poder, com a cooperação do regime sul-africano.

Recentemente, o Subcomitê de Não-Proliferação de Armas Nucleares soube que o adido militar da embaixada da África do Sul em Washington estava recolhendo os últimos documentos do Serviço de Informação Técnica norte-americano a respeito do problema das explosões nucleares e particularmente sobre a forma de como evitar que elas sejam detetadas. Mais ainda: em junho deste ano, o regime sul-africano condenou um cientista nuclear educado na Universidade de Oxford, Dr. Renfrew Christie, acusado de passar segredos nucleares

ao *African National Congress* (ANC, movimento de libertação da África do Sul). Alegava-se que o cientista teria denunciado os lugares nos quais o regime de Pretória, através do Escritório Sul-Africano de Energia Atômica, achava que era possível realizar testes atômicos sem serem detetados.

Mais coincidências

Ainda há mais alguns elementos que fazem acreditar que houve a explosão. O sinal foi detetado às 3 da manhã do dia 22 de setembro e a CIA tinha advertido a determinados membros do Congresso que, naquela mesma noite, uma força expedicionária da Marinha sul-africana iria realizar exercícios secretos no mar, praticamente nas mesmas latitude e longitude onde a explosão parece ter ocorrido.

Por outro lado, o Instituto de Ciências Nucleares de Wellington na Nova Zelândia, teve leituras de radiação diferentes em duas

oportunidades. O Instituto explicou o fato assinalando que os aparelhos deviam estar contaminados por radiatividade.

Outro dado alarmante é que o satélite *Vela* estava naquela noite fora de sua rota. Foi por essa razão que ele pode registrar o misterioso fenômeno. "Temos muita sorte", reconheceu um membro da equipe do Pentágono; "se o *Vela* tivesse continuado no seu percurso normal, teríamos perdido por completo todo o registro".

Fontes vinculadas às investigações da Casa Branca sugerem que quem quer que seja que haja efetuado a explosão tinha conhecimento do curso e horário do satélite *Vela* e, portanto, atuou na expectativa da bomba não ser detetada. Como a explosão ocorreu num dos lugares mais afastados do globo, no meio da noite e sob pesadas nuvens, temos que admitir que houve a intenção do fato passar despercebido. Os estreitos laços entre os serviços de inteligência de Israel, África do Sul e Estados Unidos fazem com que qualquer dos dois países suspeitos da operação estivessem por dentro de toda essa informação.

Apesar da Cia continuar a negar de forma definitiva, que houve a explosão perante algumas membros do Congresso, ela reconheceu que no caso da bomba ter de forma definitiva, que houve a explosão perante alguns membros do Congresso, ela reconheceu que no caso da bomba ter explodido, as suspeitas recaem sobre a África do Sul e Israel. Algumas fontes próximas à Casa Branca confirmaram que uma possibilidade discutida pelos cientistas foi a de que a explosão correspondesse a uma bomba de nêutrons, uma arma de baixo teor, cuja chuva radiativa não avança muito na atmosfera.

Do ponto de vista logístico e militar, a controvertida bomba de nêutrons pode servir aos propósitos da África do Sul e de Israel. Essa bomba foi projetada para ser utilizada em lugares próximos e para causar danos mínimos às propriedades. Assim, ela poderia ser adaptada para ser jogada num bantustão ou numa capital africana não muito distante, como por exemplo Maputo ou Salisbury. Ou, no caso de Israel, em Gaza ou na Cisjordânia, Damasco ou Bagdá.

Mas os cientistas de Arecibo, em particular Lewis Duncan, defenderam os aparelhos e os registros. Ele disse que se os interesses fossem outros, a leitura dos aparelhos teria sido aceita.

Finalmente, a Casa Branca não deu importância às evidências reunidas pelos cientistas que trabalham com o sensível radar norte-americano em Arecibo, Porto Rico, ao acusarem uma onda na ionosfera que poderia ter sido causada pela explosão de 22 de setembro. Os *experts* da Casa Branca sugeriram que os equipamentos eram ainda novos demais e, portanto, pouco testados para confirmar a veracidade dos seus registros.

Duncan se queixou de que a informação de Arecibo foi posta de lado sem uma análise adequada por parte dos membros da equipe de pesquisa da Casa Branca. "Tudo isso me frustrou muito", disse-nos ele. "Nunca mais fomos chamados para testemunhar na Casa Branca depois que alguns membros questionaram os nossos dados. Eu acho que eles poderiam ter esclarecido muitas dúvidas se tivessem me dado a oportunidade de fazer uma nova exposição perante o Comitê".

O antigo chefe de Inteligência da Força Aérea, major-general George Keegan — um direitoista pró-Israel — declarou à rede BBC

de televisão: "Na minha opinião, o que realmente ocorreu foi uma explosão nuclear na alta atmosfera, provavelmente lançada por um míssil localizado num navio-de-guerra da Marinha sul-africana, e poderia ter sido uma operação conjunta com os israelenses".

Dentre as perguntas sem respostas, ainda fica esta: foi uma companhia norte-americana que forneceu o sistema que os israelenses e sul-africanos usaram para explodir a sua arma nuclear?

Um veículo adequado para se usar num teste nuclear marítimo é o míssil *Gabriel* ou o *Jericho*, que podem carregar armas nucleares. Mas as armas táticas, como também a bomba de nêutrons, podem ser explodidas também por um *howitzer*, de 155 metros, e é exatamente esse aparelho que clandestinamente foi fornecido à África do Sul pelo *Space Research Corp. of Vermont* (Corporação de Pesquisas do Espaço de Vermont) conhecida como *Sabre Industries*, juntamente com 50 mil projéteis de artilharia, numa violação ao embargo de armas dos Estados Unidos contra o regime do *apartheid*. Essa firma tem um longo e obscuro relacionamento com a África do Sul, com Israel e com a CIA. Dois dos seus mais altos funcionários, Gerald V. Bull e Rodgers Gregory, foram inculpadados e sentenciados a seis meses de prisão.

São poucos os que duvidam de que a África do Sul e Israel vêm desenvolvendo verdadeiros arsenais de armas nucleares, entrando assim no "clube nuclear". Falta ver se a nova administração norte-americana, que tem todos os elementos para verificar testes nucleares, admite que eles realmente acontecem ou se continuará a encobri-los. □

O SADCC-2 em Maputo



A união faz a força

Os países da Linha da Frente se reúnem e decidem resolver seus problemas econômicos e sociais através de um esforço conjunto

Etevaldo Hipólito

A Segunda Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral, ou SADCC-2, foi realizada nos dias 27 e 28 de novembro em Maputo, Moçambique. O encontro reuniu delegações de vinte e nove nações e representantes de dezessete organismos internacionais especializados. O objetivo dos debates foi encontrar uma linha comum de aplicação de recursos provenientes de diferentes fontes, segundo um projeto que viesse atender às necessidades de âmbito regional.

A realização do encontro veio coroar uma série de esforços fei-

tos no sentido de aprofundar as relações estabelecidas entre os países da Região, particularmente os integrantes da Linha da Frente, ao longo dos últimos anos. À medida que o Zimbabwe marchava a caminho da libertação, os dirigentes políticos locais perceberam a necessidade de se dar um novo passo na luta pela independência — na maioria dos casos, muito recente — conferindo-lhe um novo conteúdo. Esta não é apenas compreendida como um rompimento político formal com a potência colonizadora, e sim equivale a uma completa re-colocação de questões direta-

te relacionadas com o desenvolvimento do país.

No caso de Moçambique, Angola e Zimbabwe, além de escapar a uma nova forma de controle, tanto da parte de Londres como de Lisboa, colocava-se a necessidade de desarticular o esquema de dominação montado pela África do Sul.

Desde o seu princípio, a SADCC representou uma nova estratégia de desenvolvimento para a África Austral, contrapondo-se dessa forma, aos planos de Pretória, que queria implantar na região uma constelação de Es-

tados dependentes. Os planos sul-africanos foram vistos como uma tentativa de colocar os países da zona em uma situação de irreversível dependência, "transformando os Estados livres da África Austral em algo pouco mais que bantustões. A constelação é simplesmente o *apartheid* como forma de política externa".

Apoio solidário

No seio da Linha da Frente — Angola, Botswana, Moçambique, Tanzânia e Zâmbia — a cooperação regional é esboçada a partir do apoio solidário e militante aos povos em luta contra a presença colonial. A nova etapa que se vislumbra será a de conjugação de esforços no campo econômico.

Cronologicamente esta coordenação regional tem início em

maio de 1979, quando os ministros das Relações Exteriores dos países da Linha da Frente se reúnem em Botswana para procederem a uma análise das importantes modificações de cunho político que vinham se operando na região. O encontro concluiu que para o desenvolvimento harmonioso da África Austral era necessário uma integração em diferentes níveis, devendo concretizar-se de forma rigorosamente pragmática. Ao mesmo tempo em que se valorizava a prioridade dos projetos de vantagens mútuas, os participantes da Conferência opuseram-se à criação de numerosas e inviáveis instituições regionais.

Em julho do mesmo ano realizou-se a SADCC-1, desta vez na cidade de Arusha, na Tanzânia. Ao encontro compareceram representantes de numerosos paí-

ses, que tomaram conhecimento das áreas passíveis de cooperação no âmbito regional: transportes e comunicações, agricultura, florestas e pesca, energia, águas e minerais, comércio e indústria, empregos e capacitação.

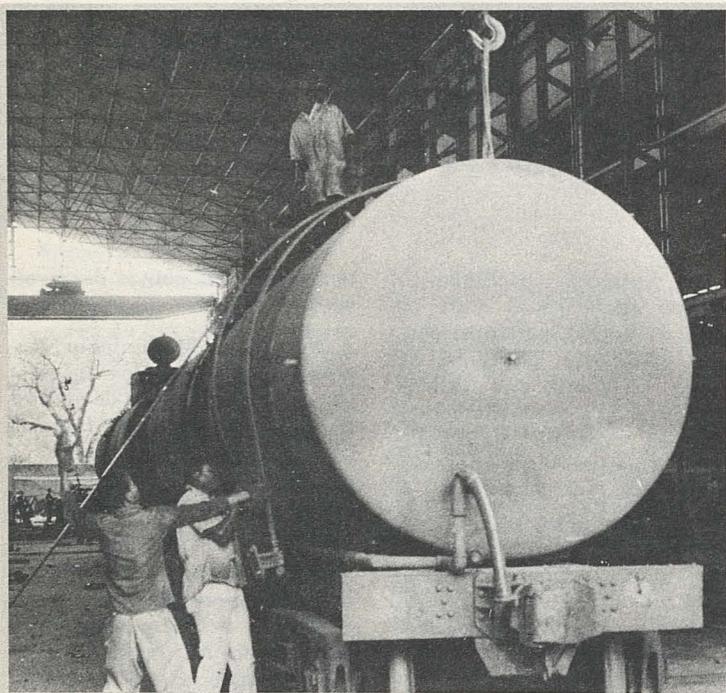
No mês de abril de 1980 os chefes de governo e Estado dos países membros da Linha da Frente reuniram-se em Lusaka, na Zâmbia, para firmarem a declaração intitulada "África Austral: rumo à libertação econômica".

Dois fatos importantes marcaram o encontro: a adesão do Lesoto, Malawi e Swazilândia, países marcados por uma forte dependência da África do Sul, e a presença de Robert Mugabe, quando o Zimbabwe ainda não era independente. Ao rubricar o documento, o dirigente zimbabweano manifestou claramente o seu apoio à SADCC.

A etapa seguinte que precede a realização da conferência em Maputo foi realizada em Salisbury, constituindo-se no primeiro encontro de governos africanos no Zimbabwe recém-libertado. É no dia 11 de setembro que vinte e um ministros dos novos países membros desse organismo regional concluem os trabalhos preparatórios da Segunda Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral. O comunicado emitido no final dos debates indica as linhas básicas que norteiam a iniciativa e dá uma visão panorâmica dos estudos que estão sendo feitos com vistas à captação de recursos para diferentes áreas.

A declaração de Lusaka

De uma maneira geral, os discursos pronunciados durante a SADCC-2 tomaram como marco de referência a Declaração de

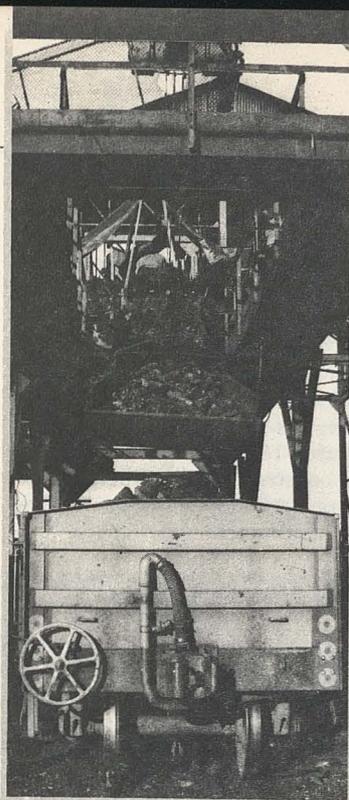


Desde o SADCC-1 discutem-se as possibilidades de cooperação na área dos transportes

Lusaka. A mensagem contida nesse documento coloca que o interesse dos povos da África Austral impõe a eliminação dos vínculos de dependência com relação a Pretória, rompendo com os perigos de uma fragmentação econômica através da coordenação das políticas de desenvolvimento a nível nacional e regional. Essa atuação conjunta, ao mesmo tempo que fortalece as nações signatárias, deverá conformar uma base de apoio mais sólida para a Namíbia.

Um aspecto importante da declaração é que, embora dedicada em grande parte a analisar a forte presença sul-africana nessa parte do continente, estende o repúdio a novas formas de dominação, venham elas de um país ou de um grupo de países. Ficou ainda assinalado que a modalidade de cooperação que se pretende estabelecer não se fechará em torno das nações diretamente envolvidas mas, pelo contrário, estará aberta a "todos os Estados genuinamente independentes da África Austral.

Uma vez definida a libertação econômica como parte integrante de um programa de tarefas prioritárias, foram retomados quatro pontos básicos estabelecidos pela SADCC-1, em Arusha, a partir dos quais será orientada a cooperação internacional: 1 — reduzir a dependência econômica, particularmente, mas não apenas em relação à África do Sul; 2 — forjar os laços necessários para criar uma verdadeira e justa integração regional; 3 — mobilizar recursos para promover a implantação de políticas a nível nacional, entre Estados e Regiões, e 4 — atuar de forma coordenada, visando assegurar a cooperação internacional no quadro de uma estratégia de libertação econômica.



Minerais: intercâmbio indispensável

A conclusão da conferência de Maputo foi a de que, do ponto de vista econômico, as condições para a libertação e desenvolvimento poderão ser criadas a partir do momento em que se consiga eliminar pontos de estrangulamento perfeitamente identificados. Em relação à África Austral, eles são detetados, em primeiro lugar, nas distorções verificadas nos sistemas de transportes e comunicações. Duas situações bastante ilustrativas passaram a ser citadas com frequência. Em Moçambique, como consequência da política conjunta entre o governo colonial português e os dirigentes de Pretória e Londres, nenhuma via férrea de importância une o país do norte ao sul (a parte mais extensa do território), mas, pelo contrário, corta a nação ao meio, dirigindo-se para a África do Sul ou para a ex-Rodésia. Outro exemplo refere-se a Angola. Para se telefonar de Luanda para Salisbury, situada a apenas 1.800 quilômetros,

deve-se recorrer a um circuito que conduz primeiro à Europa.

Infra-estruturas

Ao todo, foram discutidos pelos membros da SADCC, 97 projetos sobre recuperação e instalação de rodovias, ferrovias, portos e transporte marítimo, aeroportos e transporte aéreo e telecomunicações. O custo dos empreendimentos alcança, em números redondos, a casa dos dois bilhões de dólares. Oito desses estudos referem-se a programas regionais e incidem, em parte, sobre a formação profissional.

O maior volume, no entanto, será aplicado nos setores ferroviário e marítimo, que consumirão aproximadamente 950 milhões de dólares. No primeiro caso, os trabalhos prioritários deverão concentrar-se na recuperação da linha férrea que une Nacala, em Moçambique, à fronteira do Malawi; de todo o sistema ferroviário de Botswana; da linha entre Moçambique e a Swazilândia; e ainda de outros trechos que saem do território moçambicano e estabelecem ligação com o Zimbabwe. Prevê-se também obras de recuperação da ferrovia de Benguela, em Angola, e ainda investimentos da linha férrea Tanzam (Tanzânia e Zâmbia). Esta última ferrovia será dotada de 25 novas locomotivas diesel elétricas.

A modernização e a reorganização do sistema de transporte por via férrea virá alterar enormemente a situação até agora existente. Porém, o fator fundamental em tudo isso foi a independência do Zimbabwe. Para o intercâmbio com o exterior, tanto a ex-colônia da Rodésia do Sul como a Zâmbia dependiam do Botswana para alcançar os portos sul-africanos. Em menor escala, recorria-se ao complexo

portuário de Moçambique. Antecipando-se à instalação de um governo revolucionário em Maputo e como forma mais viável para furar o bloqueio decretado pelas Nações Unidas, os dirigentes racistas rodesianos instalaram, em 1974, uma linha ferroviária que tornava possível o contato direto com a África do Sul. No entanto, em consequência da posição geográfica que ocupa na região — maior proximidade dos portos de Maputo e Beira com o Zimbábue, a Zâmbia, o Malawi e o norte de Botswana —, Moçambique permaneceu sempre como reserva, tendo nos seus terminais marítimos uma espécie de capital imobilizado.

Hoje, com o quadro político da região bastante alterado, torna-se compreensível a importância do papel reconhecido a Moçambique no tocante aos portos, e a evidente convergência, para o seu território, de grandes projetos de transporte marítimo. Somente na capital, prevê-se a realização de obras no canal de acesso ao porto para permitir o atracamento de navios de até

100 mil toneladas, além da implantação de um moderno setor de *containers*. Na Matola, subúrbio de Maputo, será construído um terminal para embarque de carvão.

No total, o orçamento elaborado prevê investimentos da ordem dos 183 milhões de dólares. Outros 185 milhões serão gastos na construção ou recuperação de infra-estruturas nos portos de Beira e Nacala.

Romper com a dependência

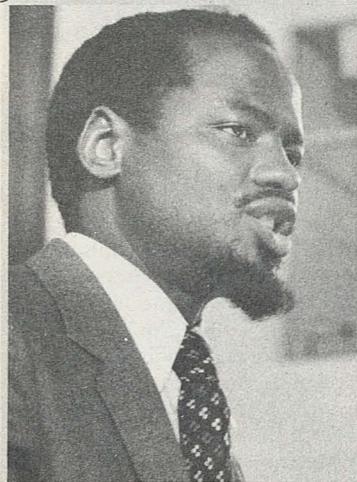
No caso das telecomunicações, a SADCC-2 estudou 21 projetos, avaliados em 120 milhões de dólares. Como resultados desse investimento, a África Austral deverá contar com um moderno sistema que romperá com a dependência dos países da região com relação à Europa. Ligações telefônicas ou via telex, para o próprio continente e outras áreas, já não terão que passar prioritariamente por centros situados fora do continente. O que se procura é determinar que a conexão com um sistema internacional

passasse antes pela integração a nível nacional e regional.

Um número apreciável de planos estudados referem-se à utilização de microondas. A maior parte deles se concentra em Moçambique. Eles possibilitarão o estreitamento de contatos com a Zâmbia, Zimbábue, Malawi e Tanzânia. Exceto a Zâmbia, que planeja ampliar sua estação terrestre, Angola, Moçambique, Swazilândia e Zimbábue colocaram a necessidade de instalação de unidades voltadas para a comunicação via satélite.

Botswana, por sua vez, e em parte para resolver problemas de comunicação dentro do seu próprio território — um dos mais extensos e menos povoados da região — propôs a montagem de um complexo que permitirá cobrir de forma permanente as pequenas comunidades rurais disseminadas pelo país. O projeto apresentado pelo governo de Gaborone (capital de Botswana) prevê a utilização de satélite, sob a administração da União Pan-africana de Telecomunicações.

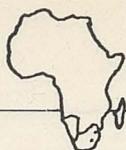
O comunicado emitido no final da conferência de Maputo indicava que um total de 650 milhões de dólares tinha sido aprovado por diferentes governos e agências internacionais. Essa cifra refere-se ao período compreendido pelos próximos cinco anos, que poderá vir a ser reforçada com a concessão de novos investimentos. O grosso dessa quantia será utilizado prioritariamente nos setores de transportes e comunicações, reconhecidos pelas delegações como pré-requisito necessário para o incremento da produção e do comércio na região. De início, os programas estudados deverão concentrar-se na reabilitação e reconstrução da infra-estrutura existente.



Joaquim Chissano,
ministro dos Negócios
Estrangeiros de Moçambique



Peter Mmusi, ministro das Finanças
e Desenvolvimento do Botswana
e presidente do SADCC-2



Outros projetos

Foi ainda, em princípio, aprovado um projeto de assistência técnica e financeira, que inclui consultoria de serviços, a ser aplicado na Comissão de Transportes e Comunicações da África Austral. Nos mesmos moldes, os participantes da conferência prometeram apoiar o programa regional para Segurança Alimentar e de Planificação da Energia.

Ao intervir em uma das sessões da SADCC-2, o senador Bernard Chidzero, ministro zimbabweano do Planejamento e Desenvolvimento Econômico, fez uma sucinta exposição sobre algumas áreas que futuramente exigirão a canalização de recursos internacionais. Segundo declarou, o Comércio e a Indústria oferecem um bom exemplo de como a cooperação poderá conduzir a novas oportunidades para

investimentos através do estabelecimento de novos empreendimentos baseados em mercados mais amplos. A implantação de tais zonas de intercâmbio poderia fazer surgir a criação de indústrias comuns, pela remoção de barreiras alfandegárias ou através da promoção de oportunidades de comércio.

O ministro zimbabweano enfocou ainda a questão do apro-

Vantagens da cooperação regional

Na abertura da II Conferência para a Coordenação do Desenvolvimento na África Austral, o presidente Samora Machel analisou as dificuldades dos países da área em concretizarem sua integração econômica, condição vital para pôr fim à dependência em relação à África do Sul. Eis alguns trechos de seu discurso:

"A luta que travamos pela redução da dependência, em particular em relação à África do Sul, é parte integrante e essencial da luta pelo direito dos nossos Povos ao desenvolvimento que lhe permita usufruir dos frutos do seu trabalho.

"Por outro lado, a dependência dos nossos países em relação à África do Sul foi concebida como um instrumento para o fortalecimento e defesa do regime do *apartheid*, condenado por toda a comunidade internacional.

"A luta pela real independência econômica dos nove países da região não é um processo fechado. Ela insere-se na luta geral da humanidade, pela libertação política, pela emancipação econômica e social dos Povos. Consolidar a independência dos países livres da região significa enfraquecer o regime racista e criar as condições para que os povos ainda dominados possam participar plenamente neste nosso grandioso projeto.

"Logo que a Namíbia seja independente e o *apartheid* seja liquidado na África do Sul, estes países poderão com pleno direito beneficiar-se das vantagens da cooperação regional que estamos a estabelecer.

"A luta pelo aproveitamento dos recursos naturais da nossa zona em benefício dos nossos povos não é dirigida contra qualquer país ou grupo de países. Ela não entra em conflito com qualquer das demais instituições regionais e inter-regionais existentes. O subdesenvolvimento em que se encontra a África Austral é o inimigo comum.

"Para o nosso desenvolvimento devemos contar, em primeiro lugar, com as nossas próprias capacidades e experiência. É indispensável, para isso, fazermos a inventariação da capacidade e experiência de cada um dos nossos nove países em todos os setores de atividade, para poder-mos beneficiar-nos delas na nossa cooperação."

veitamento do potencial energético da África Austral, tanto na sua utilização local como fonte de divisas. As reservas de carvão existentes poderiam, com base em um projeto de desenvolvimento de uma tecnologia apropriada, ser utilizadas para a obtenção de derivados do petróleo. Caso essa perspectiva não se concretize, os depósitos existentes constituem por si mesmos uma importante alternativa para um mundo cuja demanda no campo energético se torna cada vez mais premente. Para os países da zona austral, o potencial hidrelétrico dos seus territórios oferece um conjunto de oportunidades para a cooperação regional, particularmente no caso dos rios de fronteira comum.

Por outro lado, em atenção ao volume de exigências passíveis de serem equacionadas em projetos, já se delineia a necessidade de uma instituição financeira para captar fundos de desenvolvimento. De início, o conveniente seria a utilização das instituições existentes, menos naqueles casos em que projetos interestatais de grande envergadura venham a exigir a implantação de mecanismos especiais. As formas de captação de recursos e administração de fundos encontram-se neste momento em fase de estudo.

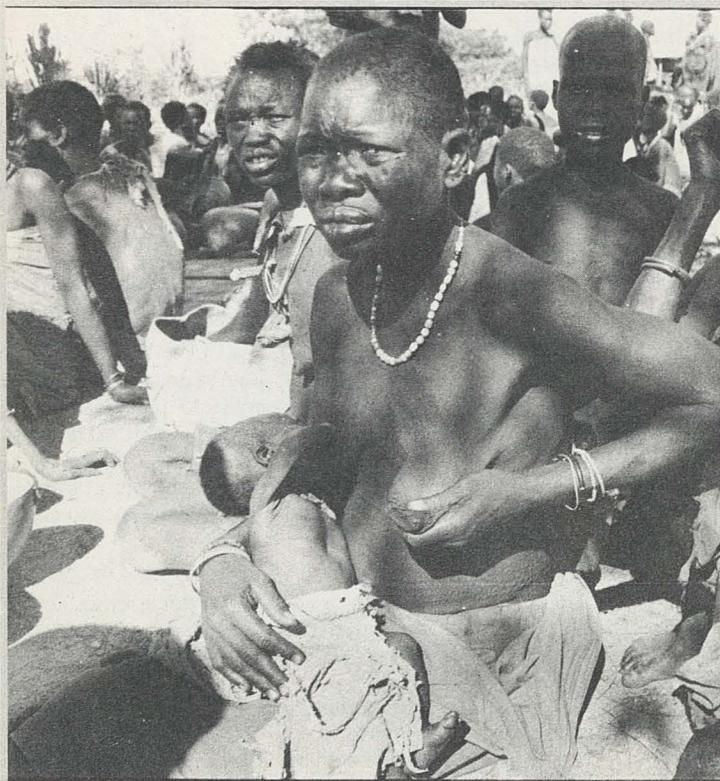
Evitar duplicação de esforços

A formação de mão-de-obra para suprir as demandas prove-

nientes de diferentes campos é um dos principais problemas para se alcançar a independência política. Além da educação, a capacitação também faz parte das suas prioridades. E este é um esforço que, através da cooperação a nível regional, poderá ser recompensado ao se recorrer à especialização já existente, evitando a duplicação de esforços. Um estudo neste sentido também já se encontra em fase de elaboração.

No entanto, o setor que afeta a maioria da população na Região é a agricultura. São muitos os problemas. Eles abrangem o controle de epidemias e pragas que afetam rebanhos e colheitas. Por outro lado, uma grande parte da região é semi-árida, o que confere grande importância para milhões de pessoas às pesquisas em torno de melhores técnicas de cultura, a fim de se enfrentar tais condições climáticas. O planejamento conjunto de uma série de medidas a serem seguidas para se enfrentar estes e outros problemas conduzirá à formulação de uma estratégia de segurança alimentar. Isso equivale a intensificar o intercâmbio de opiniões e experiências entre os países interessados, ao desenvolvimento de um banco de dados e de um pronto sistema de segurança.

A população da área da SADCC conta, neste momento, com aproximadamente 60 milhões de pessoas. Apesar de a importação de grãos chegar à casa de 1,5 milhão de toneladas, o que equivale a 20% da demanda, a disponibilidade de alimentos na região é estimada em 10% abaixo das necessidades básicas de nutrição. Em 1990 esses países contarão com 80 milhões de habitantes, exigindo, por sua vez, acima de 20 milhões de toneladas anuais de alimentos, a maior



Na Reunião, o combate à fome e à miséria na África Austral



parte dos quais em forma de grãos. Em boas condições climáticas, a produção atual de cereais coloca-se bem abaixo dos 10 milhões de toneladas, sendo que dentro de uma década as necessidades se elevarão a 15 milhões de toneladas. Isso quer dizer que nesse mesmo período será necessário fazer a produção de cereais aumentar em mais 50%.

Um problema que se coloca quando se analisa a produção animal é o da enfermidade que com frequência compromete o desenvolvimento dos rebanhos. Febres e epidemias chegaram já a causar a morte de até 40% do gado nascido em alguns países da zona da SADCC. Por sua vez, a mosca *tsé-tsé* reduziu à metade as condições de certas áreas para a exploração de rebanhos. Os prejuízos não se referem apenas

às cabeças de gado, mas também à queda verificada na elaboração e no comércio de produtos de origem animal.

Chidzero, depois de constatar a existência de recursos físicos de base suficientes para produzir alimentos acima das necessidades atuais, resume as questões mais relevantes que a situação coloca:

1 — necessidade de uma tecnologia apropriada e sua aplicação efetiva a nível da produção;

2 — exploração de recursos naturais sem a sua destruição;

3 — aplicação de tecnologia e financiamento na preservação, processamento e armazenagem de alimentos produzidos na área;

4 — cooperação a nível de Estados para a obtenção de um equilíbrio alimentar no conjunto da região.

Em seu discurso de encerramento, o ministro das Relações Exteriores de Moçambique, Joaquim Chissano, declarou que o fator de união que animou o encontro baseava-se na elevação do bem-estar material e que o sucesso na consecução dos objetivos de cooperação regional só serão alcançados na unidade, no contexto da cooperação global. "Independentemente da diversidade dos nossos sistemas políticos e econômicos, saberemos sempre encontrar o caminho correto para que nos nossos países se consolide a paz, floresça o progresso e cresça constantemente o bem-estar material e social dos nossos povos. Nesta marcha, liquidaremos definitivamente a fome, a nudez, a miséria desta zona do nosso continente e contribuiremos para o progresso da humanidade." □

Combater a dependência da África do Sul

Em seu discurso, durante a última reunião de Ntapotu, o ministro das Finanças e do Desenvolvimento de Botswana, P.S. Mmusi, falou dos problemas que enfrentam os países da África Austral para romperem os laços de dependência com a África do Sul:

"As circunstâncias específicas da África Austral dão significado especial a esta demonstração de interdependência global. A vitalidade própria dos nossos povos foi, por longo tempo, sabotada pelo histórico processo do subdesenvolvimento. E hoje, embora os países da África Austral aqui representados tenham visto o fim da dominação colonial, os modelos do subdesenvolvimento e da dependência estabelecidos num período anterior, ainda persistem.

"Persistem, acima de tudo, por causa da dominação da República da África do Sul em muitos setores da atividade econômica na nossa região.

Em variados graus todos nós estamos, adversamente afastados pelos injustos elos que atam os Países Membros da SADCC à África do Sul nos transportes e comunicações, nos investimentos, no comércio, no tráfego de mão-de-obra.

"Por isso a luta pela paz e pelo progresso para os nossos povos não pode ser separada da luta para reduzir a nossa dependência, e, em especial, a nossa dependência do poderoso vizinho cuja política racista é inaceitável não apenas para a África, mas também para toda a comunidade internacional."

Quando os militares uruguaios anunciaram o plebiscito, as forças progressistas internacionais e os governos democráticos condenaram essa falsa saída para os sete anos de ditadura. A falta de liberdade, a censura total aos meios de comunicação e a violação sistemática dos direitos humanos não criavam um clima propício ao debate de um projeto para uma nova Constituição, o qual, aliás, tinha sido elaborado a portas fechadas pelo regime. Mas o povo sempre encontra formas para se exprimir. O exemplo uruguaio é claro. Utilizando as pequenas brechas

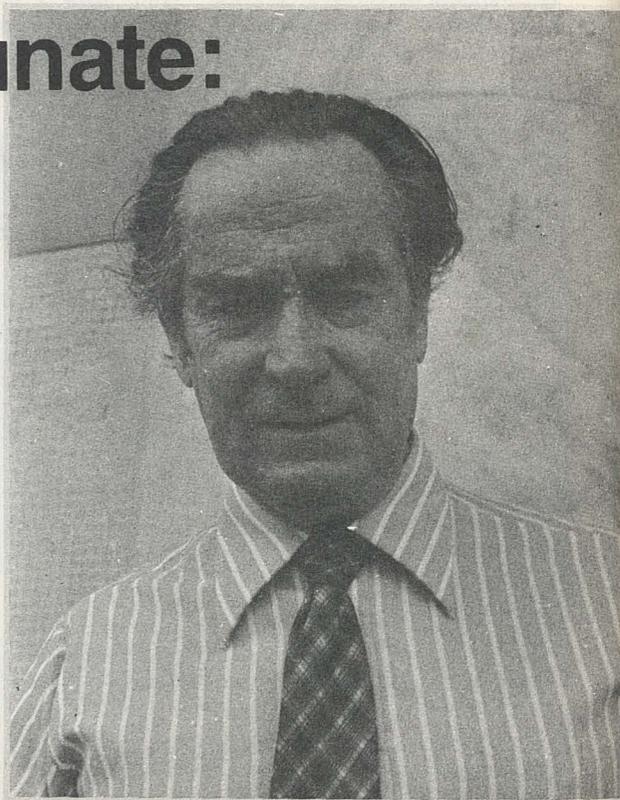
que o clima do plebiscito criou no país e mobilizando todas as suas potencialidades, na clandestinidade ou na limitada área legal que lhes sobrou, os uruguaios se organizaram para derrotar o regime militar no seu próprio campo. A vitória do não foi, sem dúvida, uma conquista do povo.

Nesta edição, dedicamos duas matérias ao plebiscito do Uruguai, que, pelo fato inédito de ter derrotado o projeto de auto-institucionalização dos militares, poderá repercutir além das fronteiras do próprio país.

Ferreira Aldunate: “diálogo só com os militares”

O líder do Partido Nacional e ex-candidato à presidência da República afirma que diante da sua derrota no plebiscito, as Forças Armadas devem abrir o diálogo político para redemocratizar a Nação

Juan Álvarez



Wilson Ferreira Aldunate, 60 anos, líder do Partido Blanco, foi o candidato mais votado nas eleições presidenciais de 1971 no Uruguai. Hoje, há sete anos no exílio, desenvolve uma campanha para desmoralizar e enfraquecer o regime com o objetivo de devolver ao país os princípios de legalidade e democracia que sempre o caracterizaram.

Algumas semanas antes do plebiscito, Aldunate deixou Londres, onde vive, para visitar diversos países a fim de alertar governos, partidos e forças democráticas para o verdadeiro sentido do referendo promovido pelo Governo militar de seu país. A viagem começou por Washington, onde participou de uma reunião com partidos governistas de países de-

mocráticos em solidariedade à causa do povo uruguaio. Depois, no México, falou num grande ato público que superlotou um dos maiores teatros da capital. Passou também pelo Panamá, Equador, Brasil, Venezuela e novamente Washington, onde se entrevistou com assistentes diretos do novo presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan.

No Brasil, a passagem de Aldunate foi muito bem recebida nos meios políticos, eclesiásticos e progressistas. Esteve com D. Paulo Evaristo Arns, conversou com o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Seabra Fagundes, e encontrou-se com Raimundo Faoro, ex-presidente da OAB e um irredutível democrata. Em Brasília, teve como anfitrião o senador Marcos

Freire, que o levou ao Senado, onde foi recepcionado com muitos aplausos. Aldunate fez questão de manter contatos com todas as tendências políticas brasileiras, não só em busca de apoio para a luta que empreende mas também porque é assim que entende a democracia.

De todos os países por onde passou, foi ainda no Brasil que Aldunate teve a sua maior alegria, além de sentir a emoção da proximidade da sua pátria. Foi no Rio de Janeiro, numa casa no Leblon: ali, junto com a esposa e amigos uruguaiois, acompanhou num possante rádio em ondas curtas a apuração dos votos do plebiscito. Às duas da madrugada, confirmada a vitória do "não", o hino uruguaio foi cantado em alto e bom som.

Antes de começar a analisar os resultados do plebiscito uruguaio gostaria de fazer-lhe uma pergunta: por que os militares fizeram o plebiscito?

— O objetivo parece muito claro. É o desejo de perpetuar a ditadura, revestindo-a do prestígio que uma aprovação popular poderia dar-lhe através do plebiscito. Havia o propósito — talvez pela primeira vez na América Latina — de institucionalizar uma filosofia transpersonalista, consolidar juridicamente uma concepção absolutamente totalitária da relação entre o indivíduo e o Estado. Eu me lembro de ter lido horrorizado, não faz muito tempo, o discurso feito pelo comandante-em-chefe do Exército uruguaio, general Queirolo, na reunião de Comandantes-em-Chefe dos exércitos americanos, realizada em Bogotá. Naquela ocasião, Queirolo, referindo-se à missão dos exércitos do continente em sua luta contra a subversão, tratou de determinar qual era o adversário. "O que é a subversão?" — perguntava. E respondia: "A ordem é a Ordem Verdadeira. Repousa sobre a Verdade. Tudo que não estiver de acordo com esta Verdade é subversivo". E afirmou: "O erro é a subversão". E isso, de alguma forma, aparece transcrito nos textos do projeto de reforma constitucional. Ou seja: com o plebis-

cito pretende-se assegurar a continuidade no poder, acentuar o caráter totalitário do sistema, revestindo-o da consagração que lhe outorgaria a aprovação popular.

Mas isso foi organizado para ganhar...

— Naturalmente. O projeto partia da convicção de que iria triunfar. Nenhuma ditadura convoca um plebiscito em que acredita que possa perder.

Então, como interpretar os resultados?

— Na minha opinião, a atitude do regime frente ao plebiscito pode ser distinguida claramente em três etapas diferentes. A primeira delas começa no próprio dia da convocação. Apesar de que tudo repousa sobre a segurança do triunfo, havia sem dúvida, debaixo dessa segurança, uma certa dose de preocupação.

Os militares manifestavam a certeza de que o governo contava com um amplo respaldo popular, mas às vezes a palavra de alguns chefes deixava transparecer expressões como a do comandante-em-chefe da Marinha, vice-almirante Márquez, ou a do general Boscan Hontou. Eles afirmaram que o voto pelo *não* também poderia ser eventualmente interpretado como a vontade de alguns, tão

encantados com o sistema existente, que não o queriam modificado em nada.

A segunda etapa inicia-se com a realização de uma primeira pesquisa encomendada pelo governo ao Instituto Gallup. Segundo os resultados anunciados por ela, o regime uruguaio receberia uma proporção de votos favoráveis de 3 para 1.

“Pelo Governo”

Dados fraudulentos?

— Não é de se estranhar que a pesquisa tenha dado esses resultados. Não só porque o Gallup no Uruguai tem uma grande fama de venal, mas também porque é muito provável que os uruguaios tenham respondido assim. É muito difícil de se distinguir nas ruas de Montevideu um policial de um pesquisador. Quando alguém, de papel na mão, lhe pergunta em quem vai votar, todos se apressam em dizer: “pelo governo”, reservando a sua verdadeira posição para a cabine de voto.

Nessa segunda etapa, não somente eles estavam convencidos de que iriam triunfar, como

LOS
BLANCOS
VOTAN POR
NO

Coordinadora del Partido Nacional (Salto)

5477 Imp. Salto - Amorím 150 - Salto

Panfleto do Partido Blanco contra a proposta do regime

também essa convicção era tão profunda que poriam em jogo o seu próprio prestígio no plebiscito. Era tal a segurança de vencer que a propaganda já não era dirigida para o texto constitucional específico, mas sim generalizando a concepção da consulta. Segundo essa propaganda, “somente os marxistas, os terroristas, os inimigos do Uruguai e os partidários do caos vão votar pelo *não*”. Era um risco para o Governo, pois se triunfasse o *não*, teria que aceitar o triunfo dos terroristas, dos marxistas, dos inimigos da ordem.

O próprio Comandante-em-Chefe do Exército encerrou a campanha oficial nesse tom: “Somente com o triunfo do *sim*, exigido pelos cidadãos, não terão morrido em vão, não só os do exército que caíram nos últimos episódios da vida nacional, como também todos os mortos pelas boas causas registradas na História, desde a origem da nacionalidade”.

Enfim, acredito que eles arriscaram demais. Fizeram uma aposta muito grande e a derrota tornou-se então clamorosa e já não pode ser dissimulada.

A terceira das três etapas deu-se faltando poucos dias para o plebiscito, quando já era tarde para se tentar fraudar a contagem dos votos. Só perceberam isso no último momento. Então alguns deles começaram a ficar preocupados. E diziam: “Tudo continuará como até agora, seja *sim* ou seja *não*”. E houve uma coisa muito engraçada. O Comandante-em-Chefe da Marinha afirmou: “Ninguém vai sair correndo por ter sido repudiado pelo povo”.

Um *não* à ditadura

Quer dizer que o regime caiu na sua própria armadilha...

— Parece claro que foi o próprio governo que se encarregou de transformar o plebiscito, não numa avaliação sobre um modo de organização institucional, e sim sobre o regime militar.

As pessoas votaram não “à ditadura”. E ninguém teve a mínima complicação jurídica para saber se isso era um começo de saída ou não. O risco era grande. O cidadão uruguaio, enojado da situação que atualmente suporta, teve a chance de dizer “por pior que seja isso que estão me propondo, por mais repugnante que seja para a História, para a tradição nacional, pelo menos introduz um mínimo de condições jurídicas, uma pos-

sibilidade de consulta ao eleitorado". Esse risco era real, mas desapareceu porque o próprio governo se encarregou de estabelecer as coisas com extraordinária nitidez.

O *sim* e o *não* eram simplesmente *sim* ou *não* à ditadura. Ajudou a própria agressividade da propaganda oficial.

Então, o povo uruguaio não aceitou a consulta, considerou-a fraudulenta?

— Havia uma negativa total ao acesso dos partidos políticos aos meios de comunicação. Também lhes foi negado o funcionamento. O único que falava era o governo, que tinha o monopólio da expressão. Além disso, todos os dirigentes partidários estavam cassados e as prisões cheias de presos políticos. A verdadeira fraude era a consulta organizada dentro desses parâmetros. E o povo compreendeu assim. A reação frente à propaganda oficial foi a mesma de quando se leva um empurrão. As pessoas não gostam de ser empurradas e demonstraram isso com grande clareza.

Apesar de todas essas arbitrariedades, houve quem se congratulasse pelo "exemplo democrático" dado pelo Uruguai, como o Departamento de Estado norte-americano, por exemplo...

— É verdade. Chateia bastante ouvir certas vozes que dizem que deve ser destacada a "normalidade democrática" com que o plebiscito foi realizado. Não. Ao contrário, deve-se afirmar que se existe algo verdadeiramente oposto às normas de convivência democrática, isso foi o que ocorreu no Uruguai. Foi uma fraude constante e deliberada. É uma fraude proscrever a ação política e cívica das pessoas simplesmente porque pensam de uma determinada maneira.

Foram proscritos todos os que em alguma oportunidade figuraram em listas marxistas. O regime acostumou-se a ser muito confuso e pouco concreto. Porque foram cassados levemente "os partidos que professavam idéias que não concordavam com os ideais da *orientalidad*" ou algo nesse estilo. Mas, dentro dos partidos tradicionais (*Blanco* e *Colorado*) a cassação teve uma característica muito curiosa, da qual a maior parte das pessoas não se deu conta. Nos partidos tradicionais estão cassados somente aqueles que gozaram da confiança popular. Se um departamento da República teve, por um desses partidos, dois ou três candidatos a deputado e somente um deles triunfou, os dois restantes não foram cassados, mas o eleito foi. De modo que a cassação não

foi um castigo ou uma sanção aos políticos, aos que desenvolveram atividade partidária, como eles afirmam, mas sim uma sanção às pessoas que votaram neles.

No fundo, foi uma revanche dos derrotados. Porque esses aparentes vitoriosos de hoje são os grandes derrotados da vida nacional. Para entender o Uruguai de hoje não se pode prescindir do fato de que o presidente que deu o golpe de Estado chegou ao poder com o voto da quinta parte do eleitorado do Uruguai. Mas não quero entrar nessa questão, que é uma história antiga.

"O peito se enche de orgulho"

Ainda está fresca na memória o caso do plebiscito chileno. No Chile, o regime nunca teria aceito a derrota. O que há de diferente no caso uruguaio?

— Bom, eu não digo o que realmente penso porque demonstraria um grau de vaidade nacional que não gosto de andar mostrando por aí. Mas creio que nós uruguaios temos agora motivos de sobra para andar com um orgulho que nos enche o peito. Minha reação é mais de orgulho do que de alegria. O resultado do plebiscito é algo muito animador. É uma demonstração de que não há regime totalitário e opressivo que possa com a gente. Há uma velha tradição democrática no país, um hábito que vem desde as origens da nacionalidade: a regularidade dos processos democráticos. Existe um princípio nacional que nem sempre foi cumprido e que durante longos períodos foi violado, mas que sempre continuou a ser ensinado como definição do país.

Não conheço em detalhe o caso do plebiscito chileno. Mas sei que no Uruguai o voto pelo *não* foi conquistado pelas bases populares. As pessoas organizaram-se nas mesas de apuração para defender voto por voto, usando todos os pequenos espaços que a lei eleitoral lhes dava para assegurar a limpeza da apuração.

É quase impossível montar uma fraude — pelo menos uma fraude de proporções importantes — quando as pessoas cuidam das urnas com uma devoção quase mística. O próprio oficial que acompanhava o processo eleitoral foi educado num Uruguai de respeito ao direito do cidadão se expressar pelo voto. Esse fator pode ter influído nos militares uruguaio, numa parte deles pelo menos, levando-os a acatar as regras do jogo de uma apuração democrática.

"EL DEBATE"



Tenía dos pasaportes uruguayos

expedidos el 2 de mayo del 22 de diciembre de 1954 a nombre de Ramón Esteban Fernández y Adolfo Mena Orosario
 Además del "Che" también recibieron documentación uruguaya otros oficiales del ejército cubano, entre ellos Orlando Pantoja y Alberto Fernández Montes de Oca. Un agente comunista robó del Ministerio de Relaciones Exteriores esos pasaportes que luego fueron encontrados en Bolivia. Durante su permanencia en Montevideo el Che Guevara se cobijó en la infraestructura del Partido Comunista. A su vez el gobierno cubano retribuía estas atenciones prestando su apoyo al aparato armado comunista.

"...A fines de 1972 habían pasado cerca de 1.000 comunistas uruguayos por los cursos en Cuba", además de un sinnúmero de tupamaros y otros subversivos que también recibieron en Cuba entrenamiento militar. "Al igual que otros movimientos similares del continente, la sedición uruguaya encontró en Cuba la más sólida base de inspiración y de apoyo y nada impide que pueda volver a tenerla en el futuro

Si usted quiere evitar que estos hechos se repitan, vote!

Digale **SI** al Uruguay

para que nuestra Constitución le cierre el paso a la subversión y al comunismo.

Propaganda do governo para o "sim"

Quer dizer que você vê nos resultados do plebiscito um reflexo de que, apesar desses dramáticos sete anos de arbítrio, "a Suíça da América" não morreu totalmente...

— Justamente. É que no Uruguai, ainda nos períodos de ditadura, ensinava-se democracia na escola. Nunca tivemos um ditador que se atrevesse a dizer que não era democrata. O golpe de Estado é dado "para defender a democracia", segundo a versão de seus autores. De certo modo, aquele que agredia a liberdade, prestava-lhe tributo e honras. Porque reconhecia que, apesar de poder violá-la, não podia invocar a sua destruição. Os primeiros "bárbaros" que pretenderam agir de outra forma são esses de agora. E não totalmente. De uma forma ou outra, invocam os mesmos valores que pretendem destruir.

Uma definição nacional

Ao que parece, o exemplo uruguaio poderá fazer outros refletirem para além das suas fronteiras...

— Acho que nenhum latino-americano se ofenderá com o tom que eu uso para dizer essas coisas, porque no fundo, para nós, tudo isso é mais importante que para os demais.

Por quê?

— Porque ser livre, viver livremente é indispensável para todo homem, qualquer que seja o lugar da Terra onde habite ou tenha nascido. Mas, para os uruguaios — além de ser uma condição indispensável a nível individual — é uma necessidade para a sobrevivência da Nação. Está arraigada em mim a convicção de que outros povos estão definidos pela história, pela economia, pela geografia, pelo idioma. Nós não. Temos uma população com as mesmas características que os nossos dois grandes vizinhos, e não temos fronteiras naturais muito nítidas. Sobretudo com o Brasil, onde a fronteira é uma linha traçada a lápis no mapa. O que nos individualiza como Nação é, talvez, essa afirmação de um conjunto de valores que definiu a nossa nacionalidade, desde antes da independência nacional. Esses valores foram modelando a singularidade *oriental*.

Eu tenho repetido várias vezes — e o fiz também numa das mensagens gravadas que mandei aos meus companheiros no Uruguai — uma anedota que me foi contada por Juan Pivel Devoto. Aquela do *paisanito* (homem do interior) que tentava convencer o imigrante que ia para a Argentina a ficar no porto de Montevideú em vez de continuar a viagem para Buenos Aires. E o único argumento que lhe ocorria era: "Mas você não sabe que aqui é melhor porque ninguém é mais do que ninguém?"

Não se pode entender o Uruguai senão como um país ligado à idéia de liberdade individual, de liberdade política, de igualdade cívica, do direito dos cidadãos participarem das eleições de seu governo de forma periódica. E, além disso, o clima de respeito à opinião alheia, e o desejo quase desesperado de integrar os dissidentes.

Se o Uruguai perde tudo isso, já não é mais o Uruguai. Por isso nós estávamos jogando no plebiscito mais que os outros. Nosso destino, diria ainda mais, nosso país esteve em jogo.

Uma demonstração de saúde cívica

Talvez a surpresa se torne ainda maior porque, em geral, fora do Uruguai existe a idéia de que todas as pessoas que têm um pouco de discernimento, os dirigentes políticos, os grandes intelectuais do país, estão no exterior. . .

— Não só isso. Tentaram nos fazer crer — e nós mesmos estávamos quase resignados — que tí-

nhamos perdido toda uma geração. Às universidades chegavam rapazes que vinham de um ensino secundário medíocre e mediocrizante. Deliberadamente medíocre e deliberadamente mediocrizante. E chegavam a uma universidade sob intervenção, que já não era a de antes. Onde a discussão de temas políticos encontrava tremendas dificuldades; pelo risco que assumia quem os levantasse e pela indiferença, o desinteresse e a falta de eco encontrada pelos que queriam mobilizar ou convencer.

Mas logo começaram a chegar as primeiras notícias animadoras de Montevideo, dizendo que novamente havia gente nas ruas protestando, enfrentando a polícia. E houve uma notícia que para mim foi uma maravilha: novamente eles tiveram que dissolver com gases lacrimogêneos e com cassetetes uma passeata de jovens. Pareceu-me uma maravilhosa demonstração de saúde cívica e moral. Mas quando me disseram que os que tinham sido dispersos pela polícia eram rapazes de 16, 17 anos, que nem sequer tiveram condições de conhecer o que era o Uruguai num regime de liberdade, então convenci-me: "bom, a batalha pode ser ganha".

Não existe totalitarismo que possa com um povo consciente. Com uma rapaziada que não está recebendo na escola ou na Universidade o culto dos valores democráticos, mas que está vivendo em seu lar e recolhendo no ambiente nacional — respirando na tristeza dos *orientales* que hoje vivem na Pátria — todo esse patrimônio de liberdades que faz parte da nossa idiosincrasia. Tudo isso não poderia ser mais animador. O regime está derrotado e não consegue compreender como é que vai sobreviver.

Qual a saída para o regime?

— O regime militar não quis continuar apoiando-se exclusivamente na força. Pediu o veredicto popular e ele foi maciçamente negativo. As pessoas disseram não. Todos sabíamos que as pessoas pensavam não. Mas, antes, o regime nunca tinha perguntado. Agora perguntou e obteve uma resposta.

Então, poderia se identificar o resultado do plebiscito e as declarações dos militares no sentido de que vão acatá-lo, como o começo de uma abertura política no Uruguai?

— Não sei se é uma abertura ou não. Sei que o Uruguai da ditadura militar, tal como era antes, se acabou. Não sei o que virá agora. Mas parece

evidente que disso saem fortalecidos os partidos políticos uruguaios.

Todos, ou só os partidos tradicionais?

— Os partidos políticos em geral. Os partidos que foram fechados, proibidos, os partidos que se tentou controlar, não se permitindo ao seus dirigentes atuar. Os partidos que são a expressão material desse povo que disse não. O governo não poderá, ainda que tente, prescindir desses instrumentos naturais de expressão da vontade popular.

O que pode acontecer num futuro imediato?

— Não sei o que pode se passar. Mas acredito que a equipe militar — isto é, a única equipe que realmente pode atuar (porque eu não levo em conta essa equipe civil repugnante que rodeia o aparelho militar) está avaliando os resultados. Não há, ainda, uma resposta pronta, porque esses acontecimentos pegaram-nos de surpresa. Mas parece claro que a resposta que eventualmente dêem não poderá deixar de incluir determinados princípios.

Quais, por exemplo?

— Primeiro de tudo, reconhecer que a opinião pública do Uruguai expressa-se sobre temas políticos a partir dos partidos políticos. E segundo, se quiserem sair dessa armadilha em que se meteram (porque não se trata somente de uma tragédia a que foi submetido o país), se quiserem buscar uma saída para a tragédia nacional, o único caminho que têm é dirigirem-se às organizações que representam a opinião pública nacional. E não procurando usurpar suas legítimas autoridades nem inventar líderes — que, na realidade, não representam nada — e sim respeitando os verdadeiros dirigentes partidários.

A Convergência Democrática

Você acredita que a Convergência Democrática teve uma participação importante em tudo isso?

— Devem-se distinguir duas coisas bem diferentes: o trabalho no exterior e no interior do país. Acho que no estrangeiro, o trabalho cumprido pela Convergência Democrática teve uma transcendência histórica indiscutível. Não se trata de um palpite, é uma comprovação baseada em fatos. Ocorreram na América coisas de muita importância para o desenvolvimento político uruguio, coisas que não teriam sido possíveis — nem

mesmo concebidas — se não fosse no quadro da Convergência Democrática. Nós, uruguaios, que andamos pelo exterior voltados desesperadamente para a Pátria, que fazemos tudo que estiver ao nosso alcance para lutar contra a ditadura, não podemos ficar invocando representações partidárias nem defronte das chancelarias ou governos nem junto aos meios de comunicação. O único título válido que podemos usar como arma por aí é o de sermos *orientales*, ou seja, uruguaios.

E como uruguaios, apresentarmo-nos unidos no nosso desejo comum de recuperar para a Pátria o clima de liberdade, cada um preservando naturalmente sua ideologia e seu projeto nacional. Ninguém pretende ter projetos políticos comuns. Não gosto disso nem mesmo para o Uruguai recuperado. Sonho com um Uruguai de confrontos, de divisões ideológicas, de clima de liberdade e de respeito à opinião alheia. E que brigemos — brigemos duramente — dentro desse Uruguai. É assim que se faz uma Pátria válida e ela só será válida enquanto seja viva e fervorosa.

A Convergência tornou possível a histórica reunião de Washington, na qual não participaram os representantes das forças opositoras, mas os governos e partidos governistas da América. Todos os países democráticos da América Latina estiveram nessa reunião, solidarizando-se com a democracia uruguaia e, ainda mais, creio que também tendo um certo peso na nova administração republicana.

Porque, em Washington, viu-se pela primeira vez a possibilidade de coordenação da vontade política de todas as democracias do continente, no sentido de preservar, primeiro, seu próprio regime interno e, segundo, para evitar que as ditaduras continuem a encurralá-las.

Muitos galos cantando

Talvez o antecedente mais próximo da reunião de Washington de solidariedade com a democracia no Uruguai tenha sido a reunião da OEA sobre o caso da Nicarágua, pouco antes da vitória.

— Sim, e vai ficando cada vez mais claro que na América já não é um só galo a cantar. Agora, também, outros galos cantam. E se cantarem juntos, no fim, poderão fazê-lo mais alto que qualquer um.

E essa vontade política acontece, além disso, num contexto muito especial. Com a guerra no

golfo Árabe, determinados recursos naturais, hoje muito escassos no mundo, estão agora situados nas mãos de governos amigos do continente. Isso faz com que esses governos passem a ter maior poder negociador.

Enfim, restabeleceu-se o equilíbrio continental, o que favorece, a nós, uruguaios que lutamos para democratizar nosso país. Mas isso não seria possível, se continuássemos a brigar com as nossas diferenças ao invés de reunirmo-nos em nosso amor comum à Pátria e em nosso desejo de recuperar a liberdade perdida.

Você disse que o papel da Convergência não foi o mesmo dentro do país...

— Lá, no Uruguai, a tarefa foi feita pelo governo. Estou seguro de que os uruguaios não teriam entrado em acordo tão facilmente, se tivessem que propor programas de governo ou formas concretas de estruturação do país. Ou se tivessem que se pronunciar sobre os candidatos, sobre as pessoas.

Mas foi o regime que nos disse claramente: “vocês têm que escolher entre o *sim* e o *não* à ditadura”, colocando o assunto de forma polêmica.

As pessoas, no seu bairro, sabiam quais de seus vizinhos também estavam com o *não*; então, não se perguntaram se eram *blancos*, democrata-cristãos, *colorados* ou sem-partido. Saíram de braços dados para falar com outro vizinho que corria o risco de votar no *sim*. Houve uma unidade combatente até 30 de novembro e, hoje, é uma unidade no júbilo nacional.

O isolamento internacional

Quer dizer que o regime está isolado externamente e internamente?

— Totalmente isolado. O isolamento interno está claro no *não*. E o externo está refletido em todos os gestos de apoio e as portas abertas ao trabalho da Convergência Democrática e das outras expressões da Oposição uruguaia. A todas as causas do isolamento agora temos que acrescentar a iniciativa da chancelaria uruguaia de querer levar à frente um mercado comum com a República Argentina.

Todo mundo sabe que um mercado comum só pode ser feito, ou entre iguais ou entre muitos. Mas da forma como está sendo planejado, somente entre o Uruguai e a Argentina, é uma clara ressurreição do espírito dos vice-reis e conduziria

à *porto-riquização* de nosso país. Não será possível. Esse mercado comum não se concretizará, mas a iniciativa revela a tendência profundamente desnacionalizadora e o abandono do tradicional papel histórico de equilíbrio que o Uruguai sempre desempenhou.

Que interesse teria o regime uruguaio?

— Só o fazem por terem afinidade com o regime militar argentino. E isso faz supor que, no fundo, exista uma intenção da política internacional do governo uruguaio de outorgar-se o papel de catalisador da constituição de uma frente de defesa da “civilização cristã”. Essa vocação levou-o a uma aliança com o regime racista da África do Sul além de levá-lo a propôr a fracassada concretização da Organização do Tratado do Atlântico Sul (Otas).

Tudo isso demonstra, fundamentalmente, a ausência de espírito nacional, a falta de cultura histórica dos atuais governantes.

Diálogo, só com os que mandam

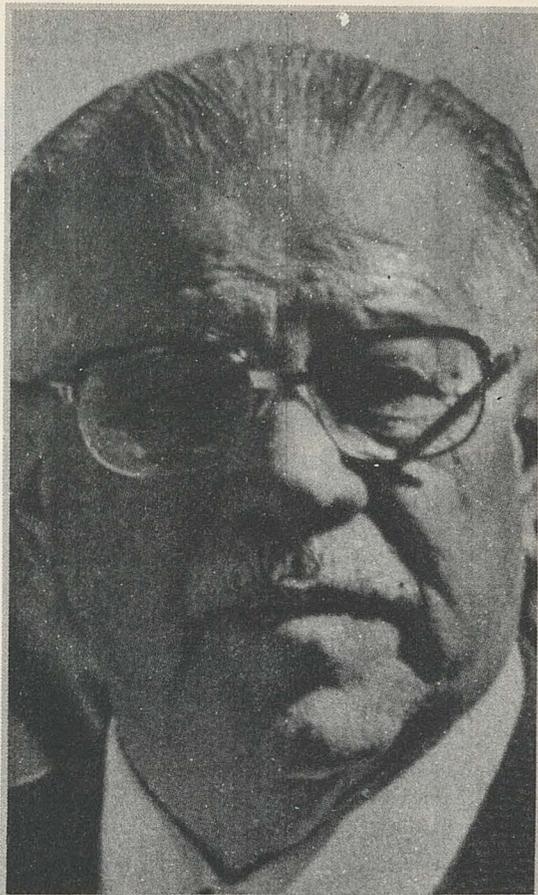
Se as Forças Armadas entenderam, em conclusão, que têm que começar um diálogo político, você, como principal figura do país — já que foi o candidato à Presidência mais votado nas eleições de 1971 — que resposta daria?

— Já disse que nada poderão fazer sem chamar as forças políticas que interpretam a vontade majoritária expressa no *não*. E se as Forças Armadas, que têm agora consciência de sua própria debilidade (porque nessa batalha puseram em jogo seu prestígio e saíram enfraquecidas), reconhecerem a nova correlação de forças que há no Uruguai e aceitarem estabelecer o diálogo, eu lhes diria que a primeira coisa que deveriam fazer seria tirar de cima deles essa equipe de civis que só conseguiu sujá-los ainda mais.

Ou seja, você prefere o diálogo direto com os militares?

— Com os que mandam. Nós nunca estaríamos dispostos a estabelecer o diálogo, direta ou indiretamente, com os que nem sequer podem, exibir a força real que não têm. Com os que só têm para mostrar a sua inferioridade moral.

Se quisermos falar, falemos os que têm algo a colocar sobre a mesa. Nós colocamos a vontade do povo. E podem ser interlocutores aqueles que dispõem da força.



Aparicio Méndez: inferior moralmente, segundo Aldunate

Entre os donos da força e os donos da opinião, talvez haja um modo de nos entendermos para salvar a República. Mas, naturalmente, isso, sempre que não esteja presente — nem mesmo de longe — essa “porcaria” que rodeia o Poder.

E se o diálogo não fosse possível, você invadiria o Uruguai a partir do Brasil, como declarou há pouco tempo, o general Rapela?

— (Risos) Bom, tenho que ser franco. Estou um pouco ofendido porque o general Rapela não acusou a mim, mas a meu filho Juan, de ter esses planos. Estive com ele há poucos dias e nada me contou da invasão que estava preparando.

Com certeza, era uma insurreição secreta...

— É que ele queria invadir sozinho... junto com dois intelectuais, Carlos Maggi e Mario Benedetti, que para isso teriam que vir de Madri e de Palma de Mayorca.



Seabra Fagundes e Aldunate: defendendo os mesmos princípios democráticos

A experiência do exílio

Você tem algum plano concreto a nível pessoal?

— Não tenho outro plano senão o de continuar brigando dia a dia. E se puder, encostando-me cada vez mais à fronteira do meu país.

Na verdade, Londres parece um pouco gelada para essa etapa quente...

— Naturalmente que a gente sente desejos de estar cada vez mais perto e vejo isso simplesmente como um prólogo da etapa definitiva que é voltar à Pátria.

E olhando dessa perspectiva, o exílio foi-lhe útil?

— Foi sim. O exílio é mais duro do que a gente supõe. Sempre digo que se os gregos não tivessem demonstrado o seu talento em outra coisa, só pelo fato de inventarem o desterro, já teriam

cumprido o seu papel na História. Porque é uma pena terrível. E tanto mais terrível quanto melhor é a qualidade humana daquele ao qual ela se aplica. Porém, para alguns, o exílio é um prêmio.

Vivi com intensidade o meu desterro e tenho tentado conciliar duas coisas aparentemente não-conciliáveis: uma, a solidariedade natural com o povo que nos protege e abriga. E, ao mesmo tempo, o culto à saudade, a qual eu rego amorosamente como se fosse uma planta exótica que tem que ser muito bem cuidada.

Eu não tomava chimarrão. Não tinha tempo. Minha vida era muito agitada. Mas, agora, eu tomo como uma forma de afirmar minha identidade nacional. Vou vivendo em diferentes cidades e, em todas, me perco. Porque percebo que o meu subconsciente está me gritando: “você não é daqui, está só de passagem”.

Mas, provavelmente, para mim, o exílio serviu para uma coisa mais importante. Num país tão confrontado, tão sectarizado como é o nosso, o exílio me serviu para correr emocionado para abraçar aquele que fala o mesmo idioma colonial que eu, o meu pequeno idioma local, sem lhe perguntar — nem me perguntar — qual é a sua filiação política. E seja em Barcelona, Londres, México ou Porto Alegre, isso nos faz gritar onde quer que a gente escute dizerem *botija* (guri) ou *ta luego*, *ta luegoito* (modismos uruguaios para *hasta luego*, até logo), uma coisa muito profunda que acho que todos os uruguaios têm aprendido com intensidade. E penso que isso também foi aprendido pelos uruguaios que estão lá dentro. Porque, de certa forma, eles também vivem exilados. Vivem num país ocupado. E não há nem um só deles que não tenha um irmão ou primo ou um parente muito próximo preso ou condenado a viver fora da sua terra.

Há certas coisas que estão acima da confrontação partidária e se transformam em simples deveres nacionais. É essa a grande lição de todos esses anos.

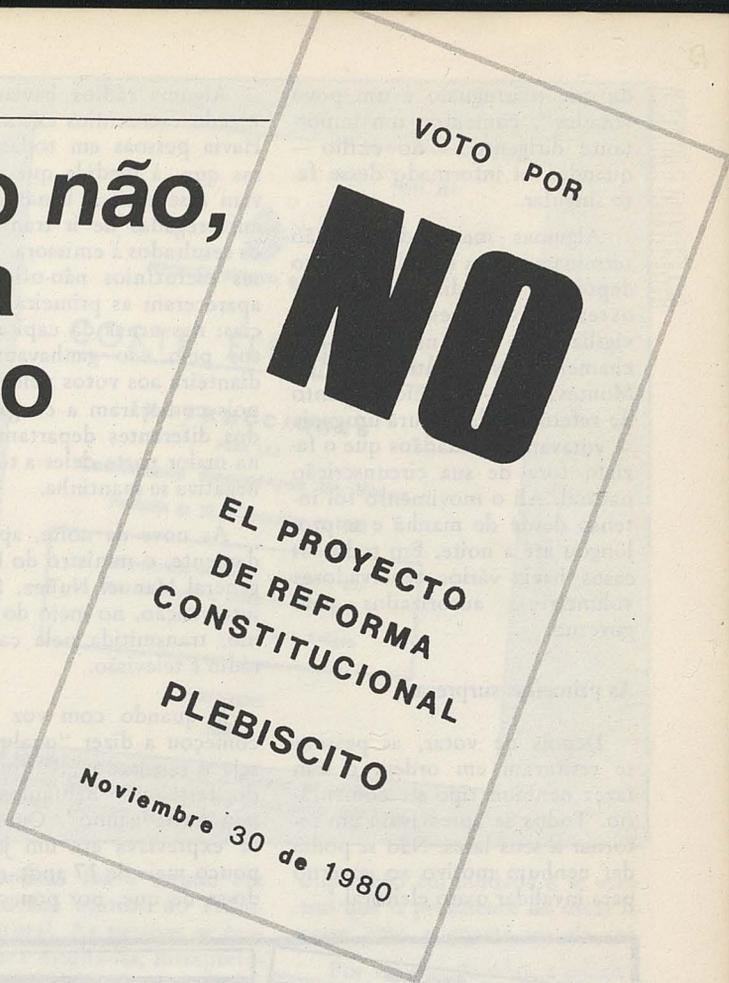
Qual seria a tarefa mais importante nessa etapa pós-plebiscito?

— Sempre a tarefa mais importante é botar abaixo a ditadura. O que vai mudando são os métodos, as perspectivas. Todos queremos que o Uruguai saia disso. E se pudermos fazê-lo sem violência, sem comprometer ainda mais tudo isso que foi quase destruído, sem aprofundar o clima de ódio e de confronto, tanto melhor. □

Por trás do *não*, uma ampla mobilização popular

O clima nas principais cidades, a disciplina do povo, as comemorações íntimas para celebrar o triunfo

(Dos nossos enviados especiais a Montevideú)



Quem chegasse ao Uruguai no dia 30 de novembro passado e assistisse à votação, nunca poderia suspeitar o clima de terror que se vive no país". Este foi o comentário de um dos repórteres internacionais que foi cobrir o plebiscito. Efectivamente, os cidadãos foram votar desde muito cedo, em organizadas — e silenciosas — filas. E o regime teve muito cuidado em não ostentar nesse dia a força militar e a arbitrariedade usuais na vida cotidiana dos orientais.

Em cada local de votação só havia dois soldados rasos na porta e nenhuma presença militar em seu interior. As mesas esta-

vam organizadas da forma tradicional ainda que, obviamente, faltassem delegados partidários.

No Tribunal Eleitoral era intensa a atividade. Entregavam-se credenciais provisórias àqueles que a tinham perdido. Somente um papel com o número, a foto e a impressão digital. O carimbo especificava: válido somente para efeitos de votar no plebiscito do dia 30 de novembro".

Todos os elementos coincidiam em apontar uma tendência: o eleitorado uruguaio queria votar. Os mais velhinhos compareceram maciçamente e as pessoas faziam referências jocosas ao fa-

to de que "até os mongolóides votaram".

Calcula-se que procedentes da Argentina, no mínimo dez mil uruguaio cruzaram a fronteira para votar e que uma quantidade semelhante ingressou no país vindos do Brasil. Os ônibus que diariamente partem do Rio Grande do Sul para os departamentos uruguaio limítrofes, nos dias anteriores ao plebiscito não levavam de volta turistas que tinham feito compras abundantes em solo brasileiro, e sim residentes nesse país que queriam usufruir da primeira oportunidade de expressar-se civicamente nos últimos sete anos. "Não há dúvi-

da que o uruguaio é um povo votador”, comentou um importante dirigente — no exílio — quando foi informado desse fato singular.

Algumas mesas de votação terminaram seus trabalhos pouco depois do meio-dia — ainda que os responsáveis tivessem que fazer vigília até a hora normal de fechamento. No Teatro Solís de Montevideu — tradicional ponto de referência da cultura uruguaia — votavam os cidadãos que o faziam fora de sua circunscrição natural. Ali o movimento foi intenso desde de manhã e se prolongou até a noite. Em todos os casos havia vários observadores voluntários, autorizados pelo governo.

As primeiras surpresas

Depois de votar, as pessoas se retiravam em ordem e sem fazer nenhum tipo de comentário. Todos se apressavam em retornar a seus lares. Não se podia dar nenhum motivo ao governo para invalidar o ato eleitoral.

Alguns rádios haviam organizado escrutínios extra-oficiais. Havia pessoas em todas as mesas que, à medida que começavam a se abrir as urnas, estavam encarregadas de ir transmitindo os resultados à emissora. Foi nesses escrutínios não-oficiais que apareceram as primeiras tendências: nas urnas da capital os votos pelo *não* ganhavam ampla dianteira aos votos pelo *sim*. Depois começaram a chegar dados dos diferentes departamentos e na maior parte deles a tendência negativa se mantinha.

Às nove da noite, aproximadamente, o ministro do Interior, general Manuel Nuñez, fez uma intervenção, no meio do escrutínio, transmitida pela cadeia de rádio e televisão.

E quando com voz trêmula começou a dizer “qualquer que seja o resultado...”, todo mundo festejou. “Sabíamos que o *não* havia ganho”. Quem assim se expressava era um jovem — pouco mais de 17 anos, queixando-se de que, por poucos meses

não havia podido votar — que havia trabalhado intensamente pelo voto negativo. *Blanco* (do Partido Nacional) e de família *blanca*, desde a mãe até os irmãos, todos haviam posto o seu “grão de areia” para desarmar a farsa preparada pelo regime.

Se no exterior o voto esmagador pelo *não* pôde ser recebido como uma surpresa, no Uruguai todos intuía que não seria fácil montar uma fraude de tamanha dimensão a ponto de confundir o *não* pelo *sim*. E as apurações foram controladas passo a passo: o povo se organizou para aproveitar todas as brechas a seu favor.

Foi um “trabalho de formigas”. E não começou com o chamado ao plebiscito. A imobilidade aparente desses sete anos escondia a tarefa anônima e sacrificada de um disciplinado exército de vontades que foi reconstruindo os contatos políticos e sindicais, a rede partidária e a cadeia verbal de notícias, para — de alguma forma — suprir o bloqueio informativo e a imo-



Mesmo os jornais ligados ao governo tiveram que reconhecer a grande derrota

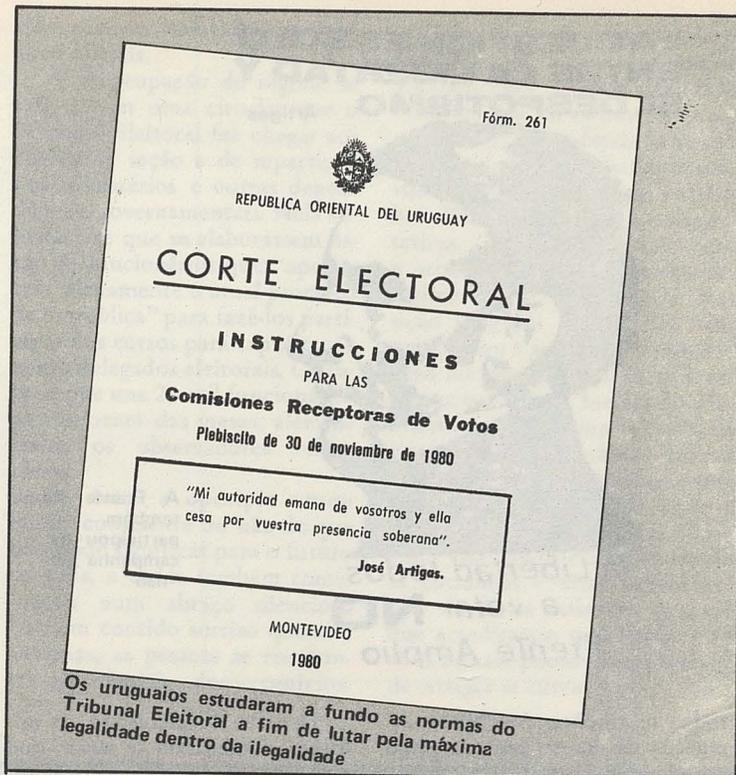
bilidade a que o regime os condenava. O trabalho pelo *não* foi conspirativo, clandestino nos primeiros tempos, crescendo em intensidade e audácia à medida que se aproximava o esperado 30 de novembro.

“Havia medo?”, perguntavam os uruguaios no exterior. Medo sim, mas diferente do medo de antes. Era o medo de pôr tudo a perder com um passo em falso. E por isso as palavras-de ordem eram claras no sentido de evitar qualquer provocação, não fazer comentários nem exteriorizar alegria ante os resultados, por mais animadores que fossem. Acatar a disposição governamental de não sair à rua para festejar em nenhuma circunstância; permanecer em casa, se possível com as janelas fechadas, para não deixar que as comemorações íntimas fossem vistas.

Tudo na mais absoluta disciplina e com clara consciência de que o povo estava medindo forças com o regime. O governo tinha que continuar confiante de que ia ganhar até o último momento, quando fosse tarde demais para voltar atrás.

E assim aconteceu. O povo uruguaio deu uma prova de consciência política como muitos não esperavam — nem mesmo os mais otimistas — e o fez sabendo que a partir da derrota, poderiam os militares mais duros descarregar a sua fúria e frustração sobre os setores civis incipientemente organizados. Isso, aliás, já estava claro nas ameaças que o regime deixou escapar, mais ou menos abertamente, durante a limitada “campanha” eleitoral. Podiam ser punidos os funcionários públicos, podiam ser castigados os aposentados, seriam passíveis de pena os que depois de 72 horas de realizado o plebiscito insistissem em fazer comentários ou interpretações sobre os resultados.

Uma parte importante da preparação do plebiscito nas áreas



oposicionistas foi o estudo em conjunto das normas do Tribunal Eleitoral. As pessoas se reuniam para estudá-las, interpretá-las, discuti-las. Por exemplo, quais eram os votos nulos? Ou quais eram os votos em branco? Como saber diferenciá-los? Discutir e estar inteirado do sistema, saber se é de maioria simples, ou de maioria absoluta. Enfim, desde os mais jovens até os veteranos de antigas disputas eleitorais, era comum o desejo de lutar pela máxima legalidade possível, dentro de um contexto de total ilegalidade.

Preocupava a todos a questão das atas eleitorais. A princípio, o Tribunal estipulava que todos os exemplares das atas deveriam ficar junto com as urnas. Dessa forma, a fraude seria vitoriosa, pois nenhum delegado de mesa, nem sequer o presidente, ficaria com a comprovação da votação pela qual tinha sido responsável. Porém, no último momento, a

disposição foi mudada e se aceitou que o presidente da mesa ficasse com a quarta via da ata.

Por via das dúvidas, a criatividade popular inventou um recurso. Fizeram amplos quadros em cartolina para cada um dos observadores voluntários que assistiriam à contagem. No quadro, havia um espaço para o *sim*, outro para o *não*, outro para os votos anulados e em branco. “Assim, pelo menos nós levávamos uma duplicata de cada mesa para podermos detetar a fraude. Não tinha nenhum valor jurídico, mas tinha o mérito de comprovar as irregularidades”, explicava-nos uma ativa militante socialista que reunia em torno de si um grupo de adolescentes que davam os seus primeiros passos na política.

NÃO se vende fiado

A campanha pelo *não* chegou a todas as camadas sociais e a

LA CUESTION ES SOLO ENTRE LA LIBERTAD Y EL DESPOTISMO

Artigas



la Libertad todos
a votar **NO**
Frente Amplio

A Frente Ampla também participou da campanha do "não"

todos os rincões. Até houve armazéns de bairro onde o gênio popular converteu os cartazes habituais em porta-vozes da campanha eleitoral. Por exemplo: "NÃO se vende fiado", com um NÃO exageradamente grande. Ou também: "NÃO há tomate", "NÃO temos troco", etc.

Igualmente originais foram os volantes usados para serem colados nas paredes ou distribuídos de mão em mão. "Vote NÃO", dizia um que, ainda que sem nenhuma assinatura, nos asseguraram que pertencia à clandestina Frente Ampla. Ou aquele outro que rezava: "Como NÃO os queremos, dizemo-lhes NÃO".

Os meios de comunicação

Uma dúvida havia no ambiente da Oposição, apesar da segurança de que a população receberia bem a campanha pelo "Não". Era sobre os efeitos que poderia ter tido sobre alguns indecisos, ou nos setores menos conscientizados, a hábil campanha desenvolvida intensamente pelo governo nos meios de comunicação.

Já perto do plebiscito, os militares começaram a sentir que estavam perdendo o controle da situação. Numa reunião secreta, decidiram então imprimir um caráter ainda mais intimidatório à campanha oficial. Em poucas palavras, se pretendia associar o não à subversão e ao terrorismo. Assim, apareceram nas páginas dos diários anúncios com a foto do "Che" Guevara dizendo que o voto pelo sim asseguraria que nunca mais o Uruguai sofreria um vexame como foi o fato de "Che" Guevara ter tido "dois passaportes legítimos uruguaios dados pelo Partido Comunista e que foram encontrados na Bolívia". E assim, a legendária figura de "Che" com seu cachimbo — e alguns suspeitam que bem retocada para dar à sua fisionomia um ar maligno — voltou às ruas do Uruguai, dessa vez pelas mãos do regime. As pessoas cortaram cuidadosamente os jornais e puseram a foto do "Che" na parede de suas casas. "Desde 1973 o 'Che' não estava presente no Uruguai, e se pensam que ele está fazendo campanha pelo Sim

com a sua silenciosa presença, estão totalmente errados", havia nos vaticinado um sofrido dirigente sindical.

Porém, nem toda propaganda era tão grosseira. Cinco agências internacionais de publicidade foram chamadas pelo regime para organizar a campanha em favor da reforma constitucional. Custo: meio milhão de dólares diários. O montante total de 30 milhões de dólares havia sido aprovado pelos mandos militares em uma reunião realizada no mês de setembro.

A impossibilidade de difundir suas interpretações e palavras-de-ordem através do rádio, imprensa ou televisão, levou a oposição a organizar inúmeras pequenas reuniões e a distribuir pessoalmente um elevadíssimo número de declarações e documentos.

Quando os jovens saíam a fazer *pegatinas* (pichações) nas ruas, do voto pelo não, as pessoas espontaneamente paravam para conversar com eles. Houve inclusive um caso curioso — que correu de boca em boca em Montevideo: um desses grupos foi interceptado por vários policiais uniformizados; com uma boa dose de medo, os rapazes começaram a explicar que era uma propaganda autorizada e para sua surpresa, os policiais os advertiram: "Está certo, mas terminem rápido porque se vêm os verdes (os do exército) vocês vão passar um aperto". E se foram embora.

Outro caso foi o de um professor residente em Santa Fé que regressou a seu bairro depois de muitos anos. Como teve que ir comprar umas frutas no armazém onde habitualmente ia, cumprimentou efusivamente o dono do estabelecimento. "Veic votar?", perguntou-lhe o comerciante. "Sim", disse o professor. "E está contente ou triste com os resultados?", continuou indagando o quintandeiro. "Eu estou

mais do que contente". "E eu também", foi a resposta que recebeu o professor, ao qual, aliás, o velho comerciante não quis cobrar as frutas, despedindo-se dele com um abraço. "Que bom que veio votar, todos tínhamos a obrigação de fazê-lo", disse-lhe como adeus.

Esses episódios são frequentes no Uruguai de hoje. Muitas garrafas de *champagne* foram abertas nas casas e canções de protesto, que as pessoas não se animavam a cantar fazia muitos anos, voltaram a ser escutadas em círculos íntimos.

A Gallup sabia

Poucos dias antes do plebiscito, a Gallup tinha um claro panorama da tendência eleitoral. A última enquete — já com a campanha no auge — dava 58% pelo *não*. Esse resultado só foi conhe-

cido por um reduzido grupo de altos oficiais.

A preocupação do regime se refletiu em uma circular que o Tribunal Eleitoral fez chegar aos chefes de seção e de repartição nos ministérios e outras dependências governamentais. Nela solicitava-se que se elaborassem listas de funcionários que "apoiassem plenamente o atual processo da República" para fazê-los participar dos cursos para capacitação como delegados eleitorais. Calcula-se que uns 26 mil funcionários participaram das mesas, além de todos os observadores voluntários.

De fato, a oposição atuou unida, consciente ou não do que isso pode significar para o futuro do país, e unida também comemorou num abraço silencioso ou num contido sorriso quando, nas ruas, as pessoas se reencontravam depois dos comícios.

Com a mesma austeridade e discrição com que os uruguaios atuaram para derrotar nas urnas o regime que os oprime, hoje assumem a responsabilidade de dar continuidade ao trabalho desenvolvido até o dia 30 de novembro. Não se criaram falsas expectativas. Conhecem bastante bem a arbitrariedade e os abusos do regime militar. Mas, hoje, a oposição uruguaia sabe muito bem que passou a ser um elemento de peso no tabuleiro político. E assim como usou a brecha do plebiscito para dar uma resposta às Forças Armadas, saberá buscar os caminhos para propiciar o verdadeiro diálogo exigido com a vitória esmagadora do *não*. O regime está sendo corroído desde as entranhas e estes devem ser dias de sérias reflexões para os que acreditaram que nesses sete anos tinham podido fazer o povo de Artigas se curvar. □

Falam os dirigentes uruguaios

□ Pouco depois de se conhecerem os resultados, no mesmo 30 de novembro, vários dirigentes políticos, no exílio ou no próprio país, fizeram declarações públicas comentando o ato eleitoral. Eis aqui os principais:

Jorge Batlle (Partido Colorado): "As forças populares ganharam, pelo voto e não pelas armas, um governo que não está no poder pelo voto e sim pelas armas".

Carlos Julio Pereira (Partido Nacional): "Os cidadãos querem continuar elegendo seus governantes. Querem um Poder Judiciário independente e um Poder Executivo

controlado pelos representantes do povo através de um Legislativo livremente eleito. O povo expressou a sua vontade sem temor e agora aguarda que se interprete a mensagem que deixou nas urnas".

Hugo Villar (Frente Ampla, no exílio): A derrota da ditadura significa a quebra de todo o processo de institucionalização fascista. Exigimos agora o restabelecimento dos direitos políticos, sindicais e associativos e de expressão e que se sancione uma ampla anistia".

Rodney Arismendi (Partido Comunista, no exílio): "Na votação pelo *não*

coincideram todas as forças patrióticas do país, a Frente Ampla, o Partido Nacional, o Partido Colorado e as diversas forças sociais, desde os assalariados e a CNT (Convenção Nacional dos Trabalhadores) até as organizações de produtores".

Juan Ferreira (Convergência Democrática, no exílio): "A maioria obtida pela oposição deve ter sido tão avassaladora que a ditadura não pôde esconder sua derrota. É um êxito para a oposição e o resultado de uma imensa mobilização dos quadros internos. Os colaboradores mais próximos de Reagan telefonaram-me para parabenizar-me.



GUATEMALA

Uma guerra prolongada

A tentativa de união nacional para enfrentar o terror imposto pelo regime

Roberto Remo

Finalmente há notícias sobre a Guatemala. Os correspondentes estão entusiasmados. Depois de muitos anos enviando sempre o mesmo telegrama com o número de cadáveres encontrados ao amanhecer nas ruas (as variantes possíveis eram a quantidade de disparos, a crueldade das torturas ou a sigla utilizada pelo exército para justificar a ação) ou o balanço do mês anterior (dez ou onze assassinatos diários e, às vezes, um recorde de vinte), agora é possível transmitir pelos teletipos informações de combates, deserções e crises governamentais.

“Na realidade — explica Julian, porta-voz da Organização Povo em Armas (Orpa), o grupo

guerrilheiro mais novo no país —, a guerra começou em 1954, mas só agora morrem também militares. E um oficial morto é mais notícia do que oitenta mil civis assassinados nos últimos 25 anos”.

Um ano após a sua primeira ação militar pública (a tomada da fazenda Mujulia, no departamento de Quezaltenango, no dia 18 de setembro de 1979), a Orpa apresenta um balanço impressionante: 119 operações de propaganda (consistem, geralmente, na distribuição de material político em comunidades camponesas), 22 propriedades rurais e aldeias “ocupadas” (este tipo de operação consiste na ocupação militar do povoado e na realização de um comício político com seus

habitantes, em espanhol e em alguns dos 22 idiomas nativos que são falados na Guatemala), 13 capitais municipais tomadas de assalto (operações similares às anteriores, mas de muito maior envergadura militar, pois exigem fechamentos de estradas, com a participação de pelo menos uma centena de combatentes) e 12 choques com o exército através de emboscadas ou como consequência de algumas das operações anteriores. Os números dessas ações são os seguintes: 192 baixas no exército, incluindo oficiais, soldados e membros da polícia militar itinerante que protege os latifundiários, e 5 baixas entre os guerrilheiros (ainda que pareça incrível).

Entre abril e maio de 1980, as quatro organizações político-militares guatemaltecas (Forças Armadas Rebeldes, Exército Guerrilheiro dos Pobres, Partido Guatemalteco do Trabalho e a Orpa) realizaram 16 ações de propaganda, 8 emboscadas, 5 ocupações de propriedades rurais e povoados, e 10 choques armados importantes.

Kramer contra Lucas

O general Romeu Lucas, presidente do país, discursou em meados de setembro na Praça Maior da Guatemala, onde no dia anterior haviam explodido várias cargas de dinamite, numa operação não reivindicada pelas organizações armadas. Aplaudido por apenas alguns milhares de cidadãos, o general presidente não pôde deixar de referir-se aos "muitos outros que não vieram". A afluência não chegou a um terço dos 300 mil partidários que o governo esperava reunir.

O tom do discurso de Lucas, rodeado de cartazes que acusavam o presidente Carter de "agente do comunismo", foi agressivo. Nos seus ataques, houve um reconhecimento implícito do seu isolamento político, já que as principais acusações não se dirigiram contra as organizações populares e sim contra seus antigos aliados: a Nicarágua ("dominada pelo comunismo"), o governo norte-americano ("não nos vai ensinar o que é democracia"), a Igreja ("dedicada a catequizar e não a salvar almas") e, sem mencioná-lo, ao seu próprio vice-presidente até poucos dias atrás, Francisco Villagran Kramer ("elementos que no exterior tentam causar problemas à Guatemala").

Villagran Kramer tinha um grande prestígio como advogado internacionalista, docente universitário e militante contra todas as ditaduras desde Castillo Armas, e aceitou vincular seu nome ao de Romeu Lucas para as eleições

de 1978. Se o fez por ambição pessoal ou convencido de que havia espaço real para um governo de "direita civilizada" ou ainda simplesmente por amizade, é uma pergunta difícil de responder. O fato é que sua presença ao lado de Romeu Lucas deu ao governo um certo respeito internacional e facilitou o diálogo com a burguesia local e com as corporações petrolíferas que Villagran assessorava. Mas logo surgiram as divergências.

O vice-presidente ficou então entre dois fogos. Depois de anunciar sua renúncia, meses atrás, finalmente a apresentou formalmente em setembro por carta. Se a tivesse entregue na Guatemala, seu nome engrossaria a lista de assassinados ou "desaparecidos". A demissão enviada de Washington, onde reside e tem bons amigos, sugere que o Departamento de Estado aprovou a manobra.

Modelo salvadoreño

Estarão tentando aplicar na Guatemala o modelo salvadore-



Lucas García: isolado politicamente

nho de reformas com repressão? No ano passado falou-se insistentemente no país sobre os preparativos de um golpe com a participação da democracia cristã e a aprovação de Washington. "Hoje — comenta Julian — ninguém acredita seriamente nessa possibilidade. Para que aplicar um modelo que, em El Salvador, demonstrava dia a dia o seu fracasso?"

Por outro lado, Villagran reconheceu, em declarações à imprensa, que "a mudança de um presidente por outro não resolverá o problema da Guatemala e sim, a mudança de uma estrutura por outra". Advertiu ainda sobre a possibilidade de uma intervenção militar norte-americana: "não creio que isso possa acontecer este ano, mas não se pode excluir a possibilidade, devido aos recursos naturais da Guatemala e à situação de crise que existe em toda a região".

A guerrilha não recrimina Villagran por ter demorado tanto a renunciar. Pelo contrário: ela o saúda por ele finalmente ter tomado essa decisão. Ao concentrar todas as suas forças contra Lucas e o processo chamado de "militarização do poder oligárquico", a guerrilha tem a perspectiva a longo prazo de uma aliança ampla como a que possibilitou o triunfo na Nicarágua. Primeiro deverá conseguir-se a unidade das organizações de vanguarda. E essa meta não parece estar muito longe. Além disso, os principais pontos dos programas das quatro organizações clandestinas buscam a convergência com a oposição "legal" ao estabelecer, não o socialismo imediato, mas uma "democracia popular revolucionária".

As condições internacionais parecem propícias, apesar da ameaça latente de intervenção norte-americana: a democracia cristã guatemalteca rompeu há vários meses com o governo ao retirar os seus representantes do Parlamento e a social democracia

tem muitos mortos nas suas fileiras para pensar em qualquer aproximação com o regime militar.

Um golpe certo

Se alguma credibilidade era dada a Lucas, ela se desfez com as declarações feitas no Panamá pelo então chefe de imprensa do

ministério do Interior, Elias Barahona. Numa entrevista à imprensa amplamente divulgada, Barahona revelou sua verdadeira identidade: militante do Exército Guerrilheiro dos Pobres infiltrado nas fileiras governamentais desde 1976. Uma das primeiras tarefas que o governo lhe encomendou foi a de melhorar a ima-

gem do regime, deteriorada pela quota diária de cadáveres nas ruas. O ministro Alvarez Ruiz sugeriu-lhe a tese de apresentar esses mortos como vítimas de lutas internas entre grupos de esquerda e ultradireita, ambas contra o governo.

“A esquerda não é problema, pois todo mundo sabe que exis-

Um testemunho

□ O membro do “Exército Guerrilheiro dos Pobres” que conseguiu se infiltrar no governo da Guatemala, segundo instruções que recebera da sua organização, escreveu as memórias dos quatro anos em que trabalhou como funcionário do regime liderado por Lucas García. Elias Barahona é jornalista e chegou a se converter em homem de confiança do ministro do Interior, Donaldo Alvarez Ruiz.

Eis algumas das mais importantes revelações das suas memórias:

“O Programa de Pacificação prevê o assassinio de mil pessoas, num processo que deve terminar em janeiro de 1981. Para levá-lo à prática, Lucas García criou o “Exército Secreto Anticomunista” (ESA), com oficiais do exército e dirigido pela inteligência militar e o “Esquadrão da Morte”, formado por agentes e oficiais da polícia, sob a coordenação do ministro do Interior, Donaldo Alvarez Ruiz.”

“Os oficiais — sejam do exército ou da polícia — receberam treinamento da Agência Central de Inteligência (CIA) dos Estados Unidos, do Pentágono, assim como dos governos de Israel, Chile, Argentina e Brasil. Eles são especialistas em seqüestros, interrogatórios, tortura e assassinatos, para o que utilizam todo tipo de armas, desde a metralhadora até a faca ou o fio de nylon para enforçar.”

“Pessoalmente, soube desse planejamento criminoso durante os quatro anos que passei infiltrado no governo de Lucas García como Chefe de Imprensa e Relações Públicas do Ministério do Interior. De 1976 a agosto de 1980, consegui me transformar num homem de confiança de Alvarez Ruiz, segundo instruções recebidas do Exército Guerrilheiro dos Pobres (EGP), organização da qual sou combatente desde 1970.”

“A cobertura oficial desse “programa” consiste em atribuir os seqüestros e assassinatos à “luta

entre radicais políticos que procuram conquistar o poder pela violência”, palavra de ordem utilizada constantemente pela propaganda oficial e que fora engolida pela imprensa estrangeira. Assim, o governo do general Lucas é apresentado como “cercado entre dois fogos”, enquanto procura estabelecer o diálogo e a paz social.”

“A repressão intensificou-se nos primeiros meses de 1980: foram assassinados 90 dirigentes sindicais, 45 líderes camponeses, 20 funcionários da universidade de São Carlos, 15 professores catódricos, mais de 60 estudantes secundários e universitários e numerosos jornalistas e padres católicos. A maior parte dos seqüestrados apareceu com os seus corpos mutilados e torturados, decapitados e sem as mãos, para dificultar a sua identificação.”

(...) “Ele, o ministro do Interior, deu-me uma lista de 36 nomes de guatemaltecos “sentenciados à morte” pela suposta organização (criada pelo governo). Nela estava ele próprio, Alvarez Ruiz, assim como Romeu Lucas e o ministro da Defesa. Ele disse que tudo isso era para “despistar” e levar a supor que o Esquadrão da Morte e o Exército Secreto Anticomunista eram dirigidos por Mario Sandoval Alarcón, chefe da “Mão Preta”, grupo paramilitar que fora do governo e agora furioso inimigo de Alvarez Ruiz. Disse-me ainda que os responsáveis eram o coronel Héctor Montabán, chefe do Estado Maior Presidencial e da Inteligência Militar, e o coronel Oscar Perucina, chefe do Arquivo da Inteligência Militar. Explicou-me que as listas dos sentenciados eram tiradas dos arquivos da Inteligência Militar e da Polícia, assim como do Departamento de Sindicatos do Ministério do Trabalho e de um setor empresarial que dá ao governo nomes de dirigentes sindicais e camponeses.”

“Essas listas são revisadas por Montabán, Lucas, Alvarez Ruiz e o ministro de Finanças Públicas, coronel Hugo Tulio Bucaro e o de Defesa Nacional, general Anibal Guevaro Rodriguez. Os ex-presidentes Manuel Arano Osorio (1970-1974) e Kjell Eugenio Laugerud (1974-1978) também fazem parte desses grupos.”

tem grupos guerrilheiros na Guatemala. Mas, e a direita?" — argumentou Barahona.

O ministro lhe mostrou papéis timbrados do "Exército Secreto Anticomunista" e outras siglas do mesmo estilo. O próprio Barahona redigiu os comunicados dos supostos grupos paramilitares reivindicando os assassinatos.

O momento político para essas denúncias foi cuidadosamente calculado para obter o máximo impacto, coincidindo com a renúncia de Villagran. Barahona aproveitou uma semana de férias para escapar clandestinamente em direção ao Panamá, onde deu nomes de agentes da CIA e seus colaboradores guatemaltecos, revelou que os Estados Unidos continuam sendo o principal sustentáculo militar da ditadura e que grande parte de sua ajuda é canalizada através de in-

termediários do Cone Sul (em particular a Argentina) e de Israel que, nos últimos três anos, forneceu à Guatemala 50 mil rifles Gallil, 15 aviões Arava, 5 helicópteros, mil metralhadoras de tripé, munições e assessoramento.

O povo na cena

O povo perdeu o medo. Em julho de 1980, a média de assassinados e seqüestrados (em geral enterrados sem o nome e com a inscrição XX em fossas comuns) subiu a 34 por dia. Mesmo assim, nesse mesmo mês, registrou-se uma intensificação da luta de massas, com greves e mobilizações estudantis em Quezaltenango, Baixa Verapaz e na capital; paralizações operárias decretadas pelo Comitê Nacional de Unidade Sindical em protesto pelo seqüestro de 27 sindicalistas; e

uma greve inédita de igrejas no Departamento de El Quiché, onde os sacerdotes decidiram não realizar missas, fechar os templos e suspender todas as atividades paroquiais em protesto pelo assassinato de dois religiosos, metralhamento de um convento e um atentado contra o bispo da diocese local, Monseñor Juan Gerardi.

"São o exército, as guardas das fazendas e outros inimigos do povo os culpados por não haver aqui missas e outros sacramentos" — afirmou um comunicado do Comitê de Unidade Camponesa. "Eles são inimigos da Igreja e de Deus", diz ainda o texto. E sua conclusão é ainda mais firme: "somente organizados e combatendo, conseguiremos tirar os assassinos do poder e encontrar a paz e a justiça como quer Deus". □

O outro lado da verdade

cadernos do
terceiro mundo

Receba terceiro mundo por um ano pagando apenas: (assinale com um "x")

Cr\$ 1.050,00

Nome _____

Endereço _____

Bairro _____ CEP _____

Cidade _____ Estado _____

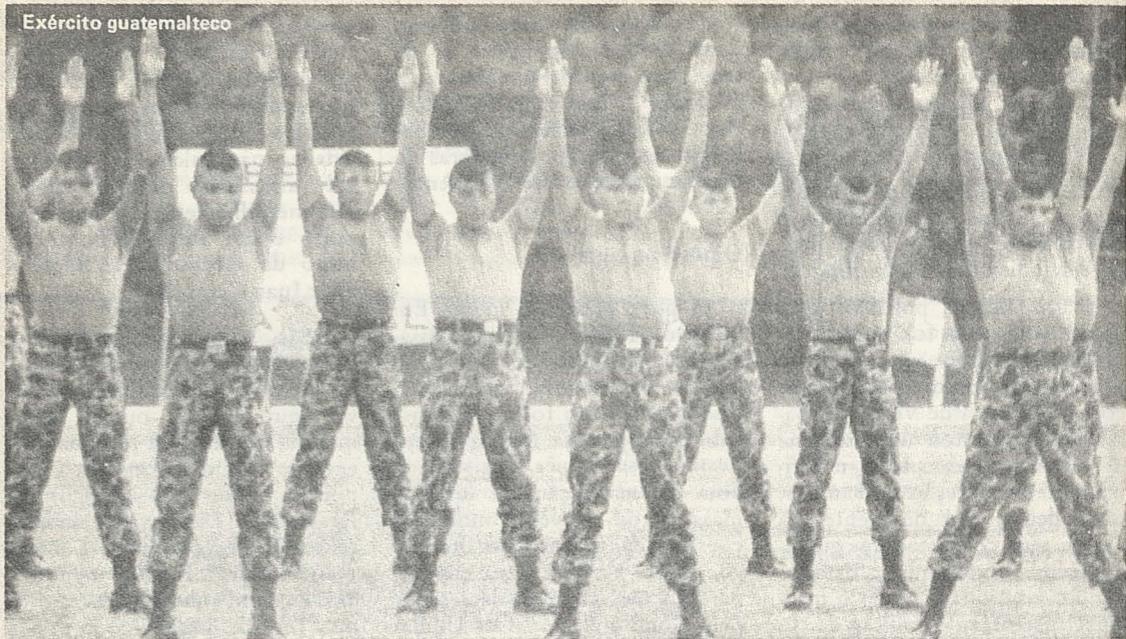
Data ____ / ____ / ____ Assinatura _____

Preencha e envie hoje mesmo este cupom, anexando cheque ou valor postal em nome de

editora terceiro mundo ltda.

Rua da Lapa, 180 • Sobreloja "A" • Telefone 242-1957 • Rio de Janeiro

Exército guatemalteco



GUATEMALA

Uma história de violência

As forças armadas na defesa das oligarquias rurais e das multinacionais

Carlos Cáceres

No período de 1931 a 1944, governou a Guatemala o general Jorge Ubico — “o último homem a cavalo” — já que se distinguia por encabeçar os desfiles militares montando em grandes corcéis. O seu regime impôs uma “paz de cemitério” através da chamada “Lei de Fuga”, sob a qual foram assassinados centenas de patriotas.

Ubico abriu as portas do país às empresas norte-americanas, especialmente nas áreas referentes às estradas de ferro, eletricidade e terras para o cultivo de bananas. A *United Fruit Compa-*

ny converteu-se no maior latifúndio do país. Ubico teve, no entanto, que apelar-se da sua montaria, diante de um movimento popular conduzido por estudantes universitários. Renunciou ao governo e foi substituído por uma assembléia que designou para ocupar o seu lugar um outro general, Federico Ponce Vaidés, derrubado meses mais tarde pela revolução de 20 de outubro de 1944.

Chegaram ao poder, um civil e dois militares: Jorge Toriello, Jacobo Arbenz e Francisco Javier

Arana que, ao anunciarem a vitória através dos emissores da Rádio Nacional, disseram: “Limitamo-nos a dar a sensacional e gloriosa notícia do triunfo popular sobre a tirania ubico-poncista, levando assim a todos os cidadãos e aos nossos lares um pouco de esperança e a firme promessa de que, na nova situação, saberemos respeitar a liberdade e engrandecer o povo”.

Com a convocação de novas eleições, o vencedor foi Juan José Arévalo, que promulgou diversas reformas como o Código de Trabalho, o Instituto Guatemalteco

do Seguro Social (IGSS), a Lei de Escalonamento de Professores. Foram criados o Corô Nacional, a Faculdade de Ciências Humanas e o Instituto Indigenista.

Anos mais tarde, Arévalo apoiaria a política terrorista de Arana Osorio, ao aceitar um cargo diplomático. Mas nessa fase, a sua posição democrática levou-o a entregar a faixa presidencial ao coronel Jacobo Arbenz, vencedor nas eleições de 1951, apoiado por operários e camponeses. Durante os três anos que Arbenz permaneceu no poder, a Guatemala teve uma balança comercial que lhe era favorável e foi realizado um programa de governo democrático, onde se destacaram as construções da rodovia em direção ao Atlântico (de capital importância para a libertação dos transportes do país do monopólio ferroviário da *International Railways of Central America*) e do porto de Santo Tomás, no Atlântico, que viria a competir com o monopólio de embarque da *United Fruit Company*; e ainda a edificação da usina elétrica de Jurún Marinalá. A energia elétrica era controlada pela *Electric Bond and Share Company*, que operava através da sua subsidiária, a Empresa Elétrica, cinicamente chamada "da Guatemala".

A Reforma Agrária afetou mais de 250 mil hectares não-cultivados da *United Fruit* e dos latifundiários, e beneficiou a mais de 100 mil famílias camponesas. Nessa época, entre os mais importantes acionistas da *United Fruit* estavam Allan Dulles, diretor da CIA, e Henry Cabot Lodge, embaixador norte-americano no Conselho de Segurança da ONU.

Uma campanha de difamação internacional que acusava Arbenz de transformar a Guatemala em "praia do comunismo internacional" foi o prelúdio para a invasão do país, em 1954, por uma força de mercenários composta por salvadorenhos, nicaraguenses e hondurenhos, apoiados pelos seus respectivos governos.

A invasão e as suas conseqüências

No mês de junho de 1954, a cidade de Guatemala foi bombardeada, ao mesmo tempo que, vindo de Honduras, cruzava a fronteira um grupo mal apelidado de "Exército de Libertação Nacional", apoiado pelos latifundiários da Associação Guatemalteca de Agricultores. O arcebispo Mariano Rossel y Arellano deu a sua contribuição com cartas pastorais, onde pedia "uma cruzada de orações" para "expulsar o vírus maldito do comunismo internacional". O coronel Carlos Castillo Armas, um militar com velhos antecedentes golpistas, pôs-se à frente dos invasores. Mas, apesar disso, o exército guatemalteco negou-se a combater contra o governo que conseguira a sua dignificação e lhe dera estrutura institucional.

A "libertação" foi imposta a sangue e fogo, e anulou, de maneira brutal, todas as reformas políticas, econômicas, sociais e culturais conseguidas durante dez anos de democracia.

O governo de Castillo Armas acabou com o direito de livre associação política, limitou a organização sindical, anulou o Código de Trabalho, destruiu a educação leiga, permitindo o ensino de religião nas escolas do Estado, queimou livros no parque central da cidade de Guatemala e torturou e matou em larga escala. Além disso, o Cristo de Esquipulas foi "nomeado" comandante desse exército "de libertação". Por todos esses "méritos", Castillo Armas recebeu o título de doutor *honoris causa* da Universidade de Colúmbia, tendo sido, três anos mais tarde, assassinado pelos seus próprios correligionários.

Depois de várias intrigas e ameaças de golpe por parte do ministro da Defesa, Enrique Trinidad Oliva, Arturo González assumiu a presidência, sendo substituído em 1957 pelo coronel



Julio César Méndez Montenegro

Guillermo Flores Avendaño, que havia sido o chefe do Estado-Maior do exército invasor.

Em 1958, outro militar chega à presidência, o general Miguel Idigoras Fuentes, que desempenhou o papel de provocador internacional ao bombardear vários barcos camaroneiros mexicanos, e que "cedeu" o território guatemalteco para que dele partissem (depois de prévio treinamento na fazenda Helvetia, de propriedade de um dos mais destacados capitalistas da Guatemala, Roberto Alejos) os contra-revolucionários que desembarcaram na praia cubana de Girón, em 1961.

Em 1962, Idigoras promoveu uma fraudulenta farsa eleitoral para que obtivesse maioria no Congresso da República. Houve uma greve geral de protesto. Idigoras respondeu, assassinando dezenas de estudantes. Calcula-se



Coronel Enrique Peralta Azurdia

que houve um saldo de mil feridos e de mais de três mil presos. O analfabetismo alcançava, nessa época, a taxa de 72,2% e em algumas regiões chegava aos 90%.

O "caminho da concórdia"

Para "levar a Nação pelas sendas da concórdia", o exército guatemalteco deu um novo golpe, atento ao apelo da Pátria (pela boca dos latifundiários), que "pedia os máximos sacrifícios". Desse modo, assumiu o governo, em 1963, o coronel Enrique Peralta Azurdia, então ministro da Defesa. Promulgou-se a Lei de Defesa das Instituições Democráticas que — além de anular a Constituição — estipulava penas de prisão para aqueles que viajassem a países socialistas. Com a "Operação Honestidade", que supostamente limparia a corrupção idígorista, e da qual eles mesmos haviam participado,

os militares acabaram com os partidos políticos. Bandos paramilitares começaram a atuar, os tribunais militares foram autorizados a processar os civis e os guatemaltecos começaram a "desaparecer": dias depois, seus corpos torturados eram novamente encontrados.

Nas eleições de 1966 — realizadas sob estado de sítio — o advogado Julio César Méndez Montenegro venceu dois candidatos militares, traindo depois o seu programa e os seus eleitores ao aceitar um pacto humilhante imposto pelo exército, como condição para que pudesse assumir a presidência. Teve a presidência, mas não teve o poder.

É sob a responsabilidade de Méndez Montenegro que recai a morte e a tortura de centenas de guatemaltecos nas mãos das organizações paramilitares terroristas de extrema-direita que, impunemente, começaram a atuar. São elas: o Movimento de Ação Nacionalista Organizado (Mano), a Nova Organização Anticomunista (NOA) e o Conselho Anticomunista da Guatemala (Cadeg), entre outros. O líder do pró-fascista Movimento de Libertação Nacional (MLN), Mário Sandoval Alarcón, teórico da "violência organizada", declarou: "Nós, da Libertação, somos o grupo de vanguarda que começou o terror. O exército estava desmoralizado pelas guerrilhas, até que organizamos a Mano". Diariamente apareciam mais de cinco cadáveres torturados e baleados nas ruas, estradas e arredores da cidade de Guatemala.

Em dezembro de 1966, Méndez Montenegro aprovou uma legislação que nomeava os latifundiários como agentes da lei e lhes dava porte de armas. Entre outubro de 1966 e março de 1968 foram assassinadas mais de oito mil pessoas, principalmente na zona de Zacapa e Izabala.

Em 1970, chegou ao poder o general Carlos Arana Osorio, que

fora o principal organizador dos grupos paramilitares na zona leste do país. Surgem então novos nomes que encobrem a atividade terrorista dos militares em trajes civis: Esquadrão da Morte, Abutre Justiceiro, Olho por Olho, etc., etc.

O *clan* familiar aranista e os seus protegidos aliaram-se a Somoza em negócios que iam do tráfico de drogas a percentagens em licitações públicas, vendas irregulares, como a da Empresa Elétrica, e à formação de empresas conjuntas com as famílias König, Novella, Canella e com exportadores de gado. Passaram pelo gabinete aranista milionários guatemaltecos como Roberto Herrera Ibarquien, Arenales Catalán, Molina Mencos e Jorge Lamport Rodil.

Mais de 7 mil pessoas desapareceram ou foram encontradas mortas entre 1970 e 1971, e mais de 15 mil tiveram o mesmo destino nos primeiros três anos de governo de Arana Osorio. O que dá uma média de 13 por dia.

A imprensa guatemalteca, bem como a internacional, trouxe a público a descoberta de "cemitérios clandestinos", principalmente nas crateras dos vulcões. Em 1972, vários arqueólogos estrangeiros que realizavam trabalhos de restauração nas ruínas de Utatlán, no departamento de El Quiché, descobriram "fósseis" que não esperavam: restos de seres humanos com sinais de terem sido torturados e assassinados a tiros.

Nova farsa

Em maio de 1974, uma manifestação operária foi metralhada. Nesse mesmo ano, o governo aranista promoveu outra farsa eleitoral que culminou no "triumfo" do general Kjell Laugerud, formado na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército dos Estados Unidos. O jornalista Mário Monterroso Armas, por publicar as denúncias da fraude, foi

assassinado. Outras siglas aparecem: Exército Secreto Anticomunista (ESA), Irmandade Branca. Guerrilha de Ação Libertadora Guatemalteca Anti-Salvadorenha (Galgas), e Exército Juvenil Anticomunista (EJA). A oposição descobre armas e cadáveres enterrados nos jardins de ricas famílias, como a de Elías Zimeri, sócio de Arana.

A Frente Nacional de Oposição, vencedora das eleições, denunciou que lhe tinham sido roubados 100 mil votos. Com tiros e assassinatos através do uso de garrotes, a polícia e o exército eliminaram todo e qualquer protesto em relação à fraude. Laugerud permitiu a presença de tropas somozistas na Guatemala, na zona de Ixcán, a noroeste do país, e condecorou Augusto Pinochet.

A corrida armamentista do governo guatemalteco — baseada nas aspirações sobre Belize — encontrou um cúmplice em Israel, que vende armas à Guatemala e lhe fornece assessores militares.

Mas, numa visão geral do país, as suas contradições tornaram-se mais profundas com a destruição causada pelo terremoto de fevereiro de 1976 e com a política inflacionária “de reconstrução nacional”.

A situação atual

Em março de 1978 foram feitas novas “eleições” para presidente e vice-presidente da República. Sessenta e seis por cento dos eleitores se abstiveram ou anularam os seus votos. Nenhum dos três militares que disputavam o posto obteve a maioria, e foi o Congresso que decidiu declarar como presidente eleito o general Romeo Lucas García, com aproximadamente 270 mil votos — mais ou menos 10% dos votos válidos, em um país de cerca de sete milhões de habitantes — apoiado por uma aliança denominada Frente Ampla, integrada pelo Partido Institucional Democrático (PID), formado pelo exército durante o governo de

Peralta Azurdia, que apoiou oficialmente Kjell Laugerud, da mesma forma como o fizera antes com Arana Osorio; o Partido Revolucionário (PR), que levou à presidência Julio César Méndez Montenegro; dissidentes do partido pró-fascista Movimento de Libertação Nacional (MLN); e pequenas organizações de diversas tendências.

A 1º de julho de 1978, Lucas García tomou posse como presidente, num clima de terror, assassinatos e sob um virtual estado de sítio, pela extrema vigilância, controles e detenções arbitrárias feitas pelo exército e pelas diversas polícias. Uma das suas primeiras medidas foi autorizar o aumento nos preços da carne, leite, açúcar e energia elétrica. Um mês antes, a 29 de maio, o exército guatemalteco assassinara mais de 140 camponeses indígenas *kekchís*, que protestavam contra a tentativa de tomada das suas terras no município de Panzós e Alta Verapaz. □

Oficiais são treinados pelos EUA

Mais de mil oficiais e soldados latino-americanos estão sendo treinados nas três escolas de assistência para segurança, que funcionam na área do Canal de Panamá, segundo informou um porta-voz do Comando Sul do Exército dos Estados Unidos. Ele confidenciou ainda que, atualmente, participam do curso anual 250 militares salvadorenhos, depois de já terem passado, durante o decorrer deste ano, 544 oficiais e soldados de El Salvador a pedido da Junta Militar que governa o país desde 15 de outubro de 1979. Esses militares participam de um curso denominado “Aspectos dos Direitos Humanos na Defesa Interna e Desenvolvimento”.

Entre as matérias do curso estão: organização tática em ambientes insurrecionais, operações logísticas, manutenção de armas pequenas (fuzis e pistolas), comunicações básicas, uso da força controlada e proteção dos civis numa situação

de insurreição. Está também entre os objetivos do curso, preparar teoricamente os militares sobre os conceitos básicos fundamentais para planejar e desenvolver operações de patrulhamento (para unidades pequenas) contra um inimigo convencional em terrenos pantanosos e selvas.

Jornais panamenhos divulgaram também que, atualmente, Guatemala, El Salvador e Honduras estão gastando vultosas somas na compra de armamentos modernos. Honduras gastou, no último ano, cerca de 200 milhões de dólares na aquisição de aviões de combate e helicópteros. A Guatemala, com o exército mais moderno e equipado da América Central, vem comprando aviões, metralhadoras e armamentos em geral de Israel e da Argentina. Quanto a El Salvador, o Departamento de Estado norte-americano reconheceu ter dado uma ajuda militar que vai além dos 30 milhões de dólares.



GUATEMALA

O exército nativo

As organizações guerrilheiras se fortalecem e tentam formar uma frente de libertação nacional inspirada na experiência nicaragüense

A guerrilha guatemalteca não é um fenômeno recente, embora só agora, com o interesse que a revolução nicaragüense despertou pela situação da América Central, é que a sua crescente pujança tenha alcançado notoriedade internacional.

Os primeiros movimentos guerrilheiros surgiram no começo da década de sessenta, nascidos de cisões dentro do Partido

Guatemalteco do Trabalho (PGT). Em 1962 são criadas as "Forças Armadas Revolucionárias" (FAR) e o "Movimento 13 de Novembro", liderados pelos ex-militares Turcios Lima e Yon Sosa, respectivamente. Com uma orientação semelhante à das outras organizações guerrilheiras latino-americanas da época, esses contingentes operam basicamente na zona oriental do país: a FAR em Zacapa e na Serra das Minas e o "13 de Novembro" em Izabala.

A ofensiva "anti-subversiva" do exército guatemalteco consegue importantes vitórias militares e políticas a partir de 1968. Morrem os principais dirigentes e os sobreviventes recuam em direção ao norte. Os primeiros anos da década de setenta são marcados pela reorganização, discussão interna e redefinição da estratégia e táticas a serem seguidas.

Perguntamos a Julian, portavoz da Organização Povo em Armas (Orpa), em quem consiste esta redefinição, responsável pela intensa atividade político-militar das forças revolucionárias, atualmente.

— Atravessávamos um período muito difícil. Evidentemente, o exército pôde se desenvolver com maior rapidez e formar uma estratégia de contra-insurreição, enquanto as organizações revolucionárias ficaram para trás em relação à sua organização e consolidação. Quando começou a atividade guerrilheira, o exército não tinha nenhuma experiência. Mas, aos poucos, ele a foi adquirindo, preparando seus quadros nas escolas norte-americanas da zona do canal. E a guerrilha não soube se adequar a essa nova realidade. Estancou. Há muitos problemas ideológicos e políticos. Atacam-nos duramente e muitos combatentes começam a defender uma nova estratégia: a luta popular prolongada.

O que significa isso?

— Prolongada porque é uma luta que começou há 26 anos, em 1954, quando Arbenz é derrotado. Mas também significa que esta luta é um processo contínuo que conduzirá à tomada do poder. Do poder popular, é claro. O povo sendo o protagonista. Refiro-me em especial a esse riquíssimo potencial que temos e ao qual não se havia permitido nenhuma participação: a maioria nativa ou indígena. Preferimos, no entanto, chamá-la de "nativa" porque o termo "indígena" tem para nós uma conotação pejora-

tiva. Eles são camponeses, com seus minifúndios encravados na região onde desenvolvemos nossa luta guerrilheira, trabalhando como peões nos latifúndios, nas grandes plantações de café em terras usurpadas durante 450 anos.

É sobre estes dois pilares básicos que se tem desenvolvido uma nova estratégia militar e política, baseada numa participação muito maior dos camponeses, das organizações de massa. Assim, surge o Exército Guerrilheiro dos Pobres (EGP), que começa a organizar-se entre 1970 e 1971 em El Quiché, e a nossa organização (que não era numerosa), no ocidente do país, em Quezaltenango.

A unidade

Quais são as diferenças entre Orpa e o EGP?

— Não temos maiores divergências ideológicas ou políticas. Nascemos quase simultaneamente, mas em regiões diferentes. A existência de duas organizações é devido não só a um problema

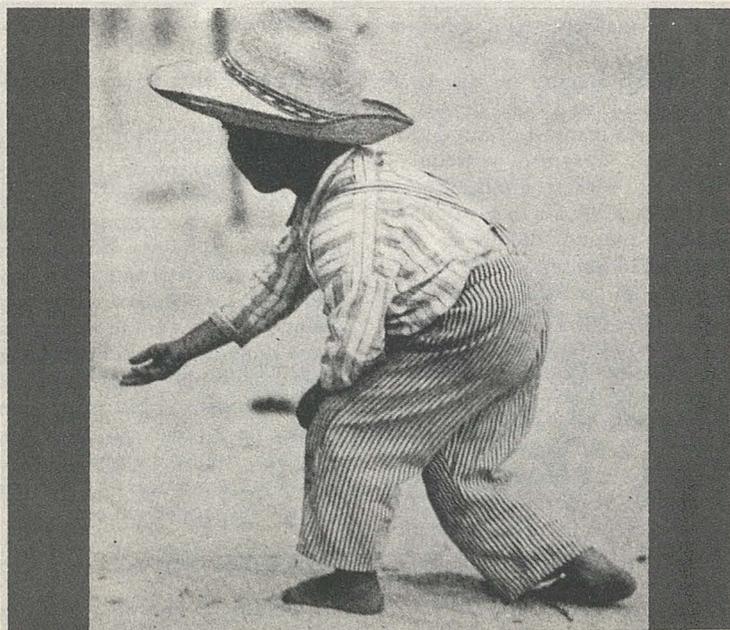
geográfico como também às épocas diferentes em que elas organizaram e desenvolveram seus exércitos populares.

Vocês consideram alcançada a meta de incorporar os "nativos" às organizações?

— Sim. Temos uma base sólida. Nós nascemos, crescemos e nos consolidamos no campo. Acreditamos que essa é a estratégia para a Guatemala. Nossas fileiras são formadas por pessoas oriundas dessa população nativa, que tem sofrido a exploração, a humilhação e o racismo por séculos. Quando se toma uma fazenda ou povoado são os comandantes "nativos" que se dirigem à população nos atos políticos e o fazem em seus idiomas regionais.

Vocês acham possível concretizar a união de todas as organizações revolucionárias?

— Sendo objetivos e realistas, diríamos que a unidade será um fato consumado em um prazo relativamente curto. A unidade é um processo. A Orpa só apare-



A guerra já formou uma geração (começou em 1954) e ainda poderá formar uma outra



Os comandantes nativos se dirigem à população nos seus idiomas regionais

ceu publicamente no dia 18 de setembro de 1979, depois de oito anos na clandestinidade e no mais absoluto segredo. O EGP se tornou conhecido em 1975. A FAR ainda continua lutando, mesmo depois de uma destruição quase total de suas organizações urbana e rural. O PGT também foi muito golpeado. Quase toda a sua direção foi assassinada. Houve um período muito difícil que se estendeu por vários anos: a principal preocupação de cada organização era a sua própria sobrevivência e consolidação. A partir de 1978, PGT, FAR e EGP começam a manter conversações bilaterais, reuniões onde se defende a união. Posteriormente esta "tripartite" se transformou numa "quadripartite", quando a Orpa decidiu

participar e discutir suas proposições.

Nossas relações bilaterais com todas as organizações são fraternais. Há respeito mútuo e temos consciência da responsabilidade que compartilhamos. Não temos, ou melhor, a Orpa não tem a pretensão de ser a vanguarda de ninguém, mas se reconhece que a nossa organização e o EGP são as mais organizadas e fortes ao nível militar. Existe apoio mútuo no campo da informação, logística, no plano militar e a nível ideológico. Fazemos trocas de materiais que são discutidos em conjunto.

Organização campo-cidade

E quanto à guerrilha urbana, como se tem processado a luta nas cidades?

— Aprendemos muito na década passada. A nossa base urbana foi bastante atingida, quase aniquilada nessa época. Em 1973 é que começamos a reconstruí-la na capital. E foi muito difícil, era o tempo de Arana Osório, que com muita justiça era apelidado de "O Chacal". O nosso companheiro Marcos, que logo morreu num acidente, começou a fazer contato com estudantes, intelectuais, operários, profissionais, companheiros que haviam ficado desmobilizados devido à forte repressão. Resultado, antes que a organização ficasse conhecida publicamente, já havíamos consolidado uma frente urbana. Enquanto, para começarmos nosso trabalho no campo, nos baseamos num pequeno documento que chamamos "Princípios e Objetivos", para o trabalho urbano foi preciso elaborar uma grande quantidade de matéria teórica e ideológica que reforçasse o conteúdo político. É uma necessidade — e também uma característica — da pequena burguesia. E foi assim que a nossa organização se desenvolveu, que a trouxemos do campo à cidade.

Quais são as tarefas dos que lutam na frente urbana?

— A mais importante é reunir todo o apoio necessário à guerrilha que se desenvolve nas montanhas. Na verdade, embora ela esteja concebida como uma guerrilha urbana, com toda uma preparação militar, ideológica e organizadora, atualmente a sua principal função é dar apoio logístico.

Como são as relações de vocês com as demais forças de oposição legais ou semilegais?

— Acreditamos num governo amplo, num governo democrático, popular e revolucionário. A Nicarágua também tem nos dado muitas lições nesse sentido. A Orpa mantém relações com as demais organizações progressistas, inclusive com setores encravados nos partidos políticos tradicionalmente conservadores. Há

plataformas que enriquecem a luta como um todo. Nossas relações com a Frente Unida da Revolução e com o Partido Social-Democrata são boas. Elas têm o seu peso na Guatemala.

E a Igreja?

— Existem duas alas: a conservadora que está com o governo, com o exército e com a oligarquia e a outra que, ... bem, está no campo. E não pode permanecer à margem da vida dos nativos. Oitenta por cento da população na Guatemala é religiosa: católica ou evangélica. E os sacerdotes e pastores que convivem com esta população vêm tanta miséria, tanta repressão... Não podem ficar insensíveis. Afinal, a repressão também se volta contra eles. Muitos sacerdotes nacionais e estrangeiros têm caído. Na Guatemala, a participação da

Igreja é muito importante para o processo revolucionário.

A militarização da oligarquia

Há a possibilidade do exército se dividir, de surgir de dentro dele um setor inclinado a identificar-se com os interesses populares?

— Não. O exército é uma casta. Deve haver oficiais que não se deixaram corromper e que pensam na possibilidade de uma mudança para o país. Mas não a nível de coronéis e generais. Entre eles, a corrupção é total. Nós temos visto casos que mostram que uma mentalidade assim pode ser mudada rapidamente. Em um mês. O dinheiro, a perspectiva de se tornar um fazendeiro (latifundiário), comerciante, industrial, banqueiro, ministro ou embaixador, somado à penetração ideológica, tem corrompido muitos oficiais. Embora ainda acreditemos que muitos oficiais médios sejam individualmente recuperáveis.

Vocês consideram que isso estabeleceu um sistema tipo fascista?

— Na Guatemala vem se dando um processo que nós chamamos de "militarização do poder oligárquico". O poder continua nas mãos da oligarquia, mas agora ela o delega para os altos escalões do exército, àqueles que ela corrompeu. Os generais e coronéis se tornaram, desde a década de cinquenta, produtores de algodão. Começaram, mais recentemente, a converter-se em financistas ou industriais. Enfim, fazem parte da oligarquia. Claro que nem todos conseguem isso. Mas se tem criado na oficialidade esta aspiração. Todos pensam que podem atingir essa meta e todos os coronéis anseiam pelo comando de uma base para conseguir a sua fazenda. Sentem, então, que nessa guerra estão defendendo o que é deles, os seus próprios interesses e não os de uma oligarquia, que antes podiam ser alheia. Essa é uma mu-

dança qualitativa. Nos últimos tempos, a guerra tem feito com que muitos reconsiderem essa perspectiva de se tornar militar como um meio que permita uma rápida e fácil ascensão social. Para conseguirem 200 estudantes para a escola de polícia, foi necessário fazer uma campanha maciça pelo rádio e pela televisão. Chegar ao posto de coronel é um processo muito longo e a guerra está muito dura.

Terror e demagogia

Vocês notam alguma mudança na estratégia do governo, a partir da vitória da revolução nicaragüense?

— É evidente. Não se deixaram surpreender. Não os supervalorizamos, nem tampouco os subestimamos. O caminho que tem tomado o governo de Lucas é o da repressão, do terror e da demagogia. Essa tem sido a sua estratégia tanto no plano militar, como no político, econômico e social. Agora estão recebendo novos tipos de armas e aviões. Têm assessoria do exterior. Usam napalm. Há bombardeios maciços no campo. E há uma guerra psicológica: a estratégia da mentira. Continuamente, são anunciados golpes contra a guerrilha com o objetivo de desestimar as massas.

Que apoio internacional recebe a guerrilha?

— Queremos deixar claro que a nossa é uma revolução guatemalteca. Nossas armas são israelenses, tomadas do exército da Guatemala. Mas necessitamos do apoio e da solidariedade de todos os povos do mundo.

Nossa meta imediata é tornar conhecida a luta do povo da Guatemala. Que a Guatemala não desperte apenas compaixão pelas atroz violações dos direitos humanos. Elas existem e não devem ser esquecidas, mas é preciso que todos saibam que existe uma luta. Isso é o que importa. E vamos triunfar. □



O governo de Lucas é o da repressão, do terror e da demagogia, quem sofre mais são os nativos

ÁSIA

CORÉIA



GAMMA/SIGLA

A luta pela reunificação

*Apesar dos esforços norte-americanos,
o povo do norte e do sul do país quer
o fim da arbitrária divisão*

Wilfred Burchett*

*de Pyongyang (capital da Coréia do Norte)

A principal questão discutida no 6º Congresso do Partido dos Trabalhadores Coreanos (realizado em Pyongyang, de 10 a 14 de outubro passado) foi o histórico desafio de reunificar o país. O presidente Kim Il Sung apresentou um informe sobre as urgentes tarefas que o Partido e a Nação devem levar adiante. Ele foi interrompido várias vezes pelos aplausos dos 3.000 delegados do Congresso, quando insistiu que a reunificação do país era "o mais importante desafio do Partido. . . o maior desejo de todo o povo coreano". Dentre os delegados presentes não havia provavelmente nenhum cuja própria família não tivesse sofrido com a arbitrária divisão do país e uma proibição total do Sul em manter qualquer forma de comunicação com o Norte. A violação dessa norma é paga com a vida no regime fanfante da Coréia do Sul.

Reverendo as inúmeras iniciativas tomadas pela República Democrática Popular da Coréia no sentido de concretizar a reunificação pacífica, Kim Il Sung destacou o acordo de sete pontos assinado entre Pyongyang e Seul (respectivamente capitais do norte e do sul da Coréia) a 4 de julho de 1972, como o mais importante avanço nesse sentido. A essência desse acordo foi resumida no seu primeiro ponto: "a reunificação teria que ser alcançada de forma independente, sem a intromissão ou intervenção de forças externas. . . por meios pacíficos, sem recorrer às armas contra o outro lado. . . A grande unidade nacional deve ser a primeira tarefa, transcendendo as diferenças de ideologia e sistemas sociais". Segundo o informe, "a continuidade do diálogo e a publicação do comunicado conjunto foram um passo à frente em direção à reunificação". Depois disso, o sentimento para reunificar o país cresceu rapidamente, em escala nacional. Jovens e estudantes patriotas, de-

mocratas e todos os setores da população na Coréia do Sul, sem citar o povo da metade norte da República, levantaram-se bravamente na luta para reunificar o país. Alarmados pelo espírito libertário de todo o povo do norte e do sul da Coréia, determinando a reunificar o país independente e pacificamente, os Estados Unidos e as autoridades sul-coreanas inventaram a política das "duas Coréias" para retardar a reunião e perpetuar a divisão do país".

Kim Il Sung, cuja vida tem sido dedicada à luta pela indepen-

levantaram-se como uma só e lutaram corajosamente com armas nas mãos, abalando os alicerces do regime fascista da Coréia do Sul".

Ele pôs a responsabilidade total diretamente nos Estados Unidos por sabotarem todos os estágios das negociações para a reunificação e por arquitetarem cada movimento que levou à revolta de Kwangju e à inédita selva-geria com a qual ela foi reprimida. Ele afirmou: "Embora as autoridades norte-americanas aleguem inocência e ostensivamente expressem "pesar" e "apreensão"

GAMMA/SIGLA



O presidente Kim Il Sung, da Coréia do Norte, no seu informe ao Partido e à Nação, afirmou que a reunificação do país é o maior desejo de todo o povo coreano

dência e unidade da nação coreana, continuou descrevendo, durante essas negociações, como os Estados Unidos e as autoridades de Seul "reprimiam os patriotas e democratas da Coréia do Sul que exigiam a reunificação nacional, liberdades e direitos democráticos". Ele delineou o processo gradual que conduziu aos levantantes que irromperam em Seul, Masan, Pusan e Kwangju, em outubro de 1979, culminando na "insurreição heróica e popular de Kwangju, em maio deste ano, quando muitas pessoas

sobre a situação na Coréia do Sul, não há nenhum modo pelo qual eles possam encobrir o seu camuflado papel de agressores".

O líder coreano continuou, salientando que "a menos que a reunificação venha rapidamente", a nação coreana permanecerá dividida para sempre e o povo da Coréia do Sul nunca será capaz de livrar-se do jugo da escravidão colonial". Ele advertiu que "se a reunificação não for concretizada o mais rápido possível, será difícil até defender a independên-

cia e soberania do nosso país". Tal afirmação provocou prolongados aplausos dos delegados, alguns dos quais veteranos combatentes da luta antijaponesa e a maioria deles veteranos da amarga guerra de 1950-53.

Ele afirmou ainda que "a divisão é o caminho para a escravidão e para ruína nacional; só a reunificação nos conduzirá à independência e à prosperidade. Para a nossa nação hoje, nada é mais precioso do que isso".

Kim Il Sung deixou bem claro que ele não está defendendo a "marcha sul", mas enfatizou o perigo da atual situação em que "maciços contingentes armados do Norte e do Sul permanecem estacionados lado a lado ao longo da Linha de Demarcação Militar (estabelecida nos termos do Acordo de Cessar-Fogo de julho de 1953), criando a tensa situação na qual a guerra pode estourar a qualquer momento".

"Nosso povo não deseja a guerra", afirmou ele. "Ele quer

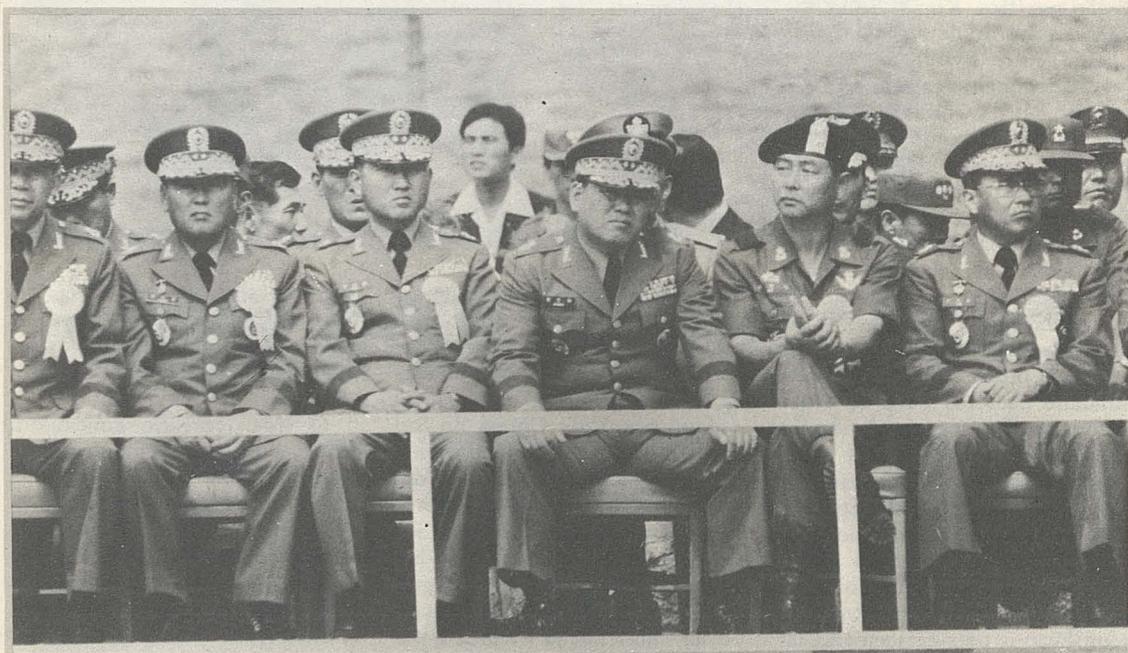
evitar qualquer conflito fratricida, mas espera também a união pacífica do país a qualquer custo". Ele insistiu que o único modo de dissipar as tensões militares era substituir o Acordo de Cessar-Fogo de 1953 por um tratado de paz. "Nós propusemos mais uma vez aos Estados Unidos negociar a questão da substituição do Armistício de 1953 por um acordo de paz. A maneira como as autoridades norte-americanas reagirão à nossa proposta demonstrará claramente a sua resposta à questão da guerra ou paz. Eles devem refletir seriamente sobre o problema e aceitar a nossa justa proposta numa atitude sincera e consciente, retirando as suas tropas da Coréia do Sul o mais depressa possível, indo assim de encontro ao desejo e aspiração unânimes dos povos do mundo, inclusive dos Estados Unidos".

Uma república confederada

Como uma medida provisória para reduzir as tensões Norte-Sul,

Kim Il Sung propôs que uma República Confederada fosse estabelecida "sob a condição de que tanto o Norte como o Sul reconheçam e tolerem as idéias e regimes sociais do outro; um governo onde os dois lados estivessem representados em condições iguais e sob o qual ambos tivessem autonomia regional, cada qual com os mesmos direitos e deveres".

Mais adiante, ele disse: "seria razoável para um Estado desse tipo formar uma Assembléia confederada nacional suprema com igual número de representantes do Norte e do Sul e um número apropriado de coreanos do ultramar (há 700 mil coreanos no Japão). Deveria ser organizado um Comitê Permanente nessa Assembléia para guiar os governos regionais no norte e no sul e administrar todos os assuntos do Estado conferado". O Comitê Permanente discutiria e decidiria a política externa, assuntos de defesa e "outras questões comuns relacionadas aos interesses do país e da nação como um



Os militares que comandam o regime ditatorial da Coréia do Sul: um entrave às pretensões de reunificação

todo". Mais adiante, o presidente Kim Il Sung propôs que a confederação seja chamada de República Democrática Confederada de Koryo, "o nome do estado unificado que um dia existiu no nosso país e é bem conhecido no mundo".¹

Kim Il Sung explicou detalhadamente — em um programa político de dez pontos — seu conceito de uma República Confederada. Ele enfatiza a manutenção das estruturas econômico-sociais nas duas metades da Coreia, eliminando apenas algumas leis que são claramente inimigas dos interesses nacionais. Ele proporciona o máximo de contatos entre o Norte e o Sul, através de comunicações postais e telegráficas, como também na área do comércio, cultura e esportes. O ponto 9, por exemplo, estabelece que: "O Estado Confederado deve permitir ao Norte e ao Sul cooperarem economicamente com outros países independente de seus sistemas sociais. Ele deve deixar intacto o capital investido por outras nações na Coreia do Sul antes da reunificação do país e continuar assegurando o funcionamento de suas concessões".

O ponto 10 estabelece que a República Confederada representará as duas metades da nação perante as Nações Unidas, aderindo à neutralidade, ao não-alinhamento, desenvolvendo "relações amistosas com todas as nações, baseada nos princípios de independência, não-interferência nos assuntos internos, igualdade, benefício mútuo e coexistência pacífica".

Pode-se imaginar que impacto teriam tais propostas numa ditadura tão selvagem e repressiva como a de Chun Doo Hwan na

GAMMA/SIGLA



O general Chun Doo Hwan, da Coreia do Sul: mantendo-se no poder à custa de uma selvagem repressão

Coreia do Sul, onde o Tribunal Militar de Apelação sustentou a sentença de morte de Kim Dae Jung, no último dia 3 de novembro, cujo "crime" foi advogar a pacífica e gradual reunificação de seu país. O fato de que em 24 de setembro de 1980, o governo de Kim Il Sung tenha definitivamente acabado com a farsa das conversações de governo a governo Norte-Sul em Panmunjom, mostra que as esperanças de chegar a qualquer solução através dessas negociações caíram por terra. Sinceridade para tais negociações foi manifestada apenas por Pyongyang, como o exame das gravações das negociações pode comprovar. De agora em diante, o apelo do Norte é dirigido diretamente ao povo no sul e às suas organizações democráticas que ainda existem.

Os programas de televisão, transmitidos de altas montanhas do lado norte da linha de demarcação militar, alcançam milhões de telespectadores em Seul, e os programas de rádio são obviamente ouvidos nos mais distintos cantos da Coreia do Sul, apesar das drásticas penalidades para os que sintonizam programas do Norte.

A fabulosa parada civil que se seguiu ao dia da abertura do 6º Congresso, em 10 de outubro (na qual milhões de residentes de Pyongyang e de remotas áreas marcharam, dançaram e executaram uma intrincada ginástica que teve como tema a "reunificação") foi uma mensagem certamente bem entendida pelos compatriotas no Sul. □

¹ O reino de Koryo, cuja capital era em Pyongyang, durou do início do século X até o final do século XIV, e era um estado poderoso, centralizado e unificado. O nome Coreia é uma forma ocidentalizada de Koryo.

Uma economia em ascensão

GAMMA/SIGLA



Apesar das dificuldades, os resultados econômicos têm sido melhor do que as previsões dos planos teóricos a curto e médio prazo

Pela primeira vez depois de 13 anos, visitei a Coreia do Norte (República Popular Democrática da Coreia), em abril-maio de 1967. Antes, no período de dois anos e meio (julho de 1951 a fevereiro de 1954), tinha trabalhado como correspondente fazendo reportagens sobre as negociações do Cessar-Fogo entre Kaesong e Panmunjom — que marcou o fim da terrível guerra, em 27 de julho de 1953. Acompanhei também tanto as infrutíferas negociações políticas que se seguiram, em Panmunjom, visando transformar o Cessar-Fogo num tratado de paz, como os complicados processos da troca de pri-

sioneiros de guerra. Quando deixou a Coréia do Norte (o lado norte da linha do armistício), em fins de fevereiro de 1954, esse país nada mais era que uma ruína enegrecida. Nenhuma estrutura, por mais simples que fosse, tinha sobrevivido à mais selvagem, implacável e completa guerra aérea a que esse país fora submetido. Das aldeias, só ficaram alguns portões ou chaminés ocasionalmente aparecendo no meio dos campos de arroz; das cidades, só tijolos escurecidos e aço retorcido mostravam o que antes tinham sido fábricas. De Pyongyang (a capital, com mais de 400 mil habitantes), só uma meia dúzia de edifícios permaneceram intactos.

Em agosto de 1952, com o declarado objetivo de "pressionar para que aconteça", a Força Aérea dos EUA, operando em nome das Nações Unidas nas conversações de cessar-fogo, fez uma lista de 78 cidades e aldeias norte-coreanas que deveriam ser arrasadas. E isso aconteceu. Numa incursão aérea sobre Pyongyang nesse período, seis mil civis foram mortos. Eu e muitos outros ocidentais que vimos Pyongyang e outras cidades e aldeias imediatamente após o fim da guerra, estávamos inclinados a concordar com a arrogância oficial norte-americana, ao declarar que a reconstrução do país levaria "no mínimo 100 anos". Pensei para mim mesmo que provavelmente um nova capital deveria ser construída em outro lugar que não Pyongyang, para que se poupassem anos de trabalho na limpeza das paredes e dos escombros.

A reconstrução do país

Treze anos mais tarde, cheguei ao aeroporto de Pyongyang. O avião aterrisou passando sobre campos cultivados e aldeias encantadoramente cinza-creme com seus tradicionais telhados redondos. Depois, de carro,

passando por uma estrada cercada de árvores e jardins, entrei numa esplendidamente bem-acabada cidade, com largas e arborizadas avenidas e consideráveis blocos de apartamentos, casas e lojas. Pyongyang ainda era a capital — isso em 1967 — com mais de um milhão de habitantes. Dominando a cidade, havia uma enorme estátua de bronze de um cavalo alado, "Chollima", com um jovem casal montado em seu dorso, "saltando para o futuro". A lenda conta que eles, privilegiados o bastante para cavalgarem "Chollima", seriam transportados a uma enorme velocidade, milhares de quilômetros por dia, para a "terra da felicidade". Essa antiquíssima lenda foi traduzida em forma de escultura para simbolizar (e estimular a realização) a velocidade com que o povo norte-coreano teria que reconstruir uma nova sociedade, literalmente, das cinzas do passado. Enquanto essas cinzas estavam "ainda quentes", o líder coreano, Kim Il Sung — então com 38 anos — apresentou um plano para restaurar todo o sistema ferroviário até o final de 1953 (num prazo de cinco meses depois do fim da guerra) e retornar a produção industrial aos níveis da pré-guerra, num prazo de três anos. Isso foi conseguido, com ajuda soviética e chinesa.

Kim Il Sung, em abril de 1955, apresentou um plano econômico quinquenal que parecia absurdamente ambicioso para um país que tinha sido esmagado durante 35 anos de ocupação japonesa e pulverizado economicamente nos três anos de total destruição (virtualmente sem oposição) pelo poderio aéreo norte-americano. Em cinco anos, a Coréia do Norte foi capaz de produzir 1 milhão de toneladas de aço, 9 milhões de toneladas de carvão, 400 mil toneladas de fertilizantes químicos, 3,5 toneladas de grãos, 150 milhões de metros de fazenda, 1,85 milhões de kilowatts/hora de

energia elétrica, além de treinar 135 mil engenheiros e especialistas técnicos. Antes, sob a dominação japonesa, nenhum coreano tinha acesso à técnica qualificada. E em menos de cinco anos, depois da partida dos japoneses, a Coréia mergulhou na guerra assassina de 1950-53. Os objetivos pareciam fantasticamente superotimistas.

Em 1970, estive presente ao V Congresso do Partido dos Trabalhadores Coreanos, quando Kim Il Sung anunciou: "nossa



Para o futuro, a busca da "terra da felicidade"

indústria pesada, este ano, produzirá 1,5 milhões de toneladas de aço; 27,5 milhões de toneladas de carvão; 1,5 milhões de toneladas de fertilizantes químicos; 4 milhões de toneladas de cimento; 16,5 milhões de kilowatts/hora de eletricidade; 400 milhões de metros de produtos têxteis. Isso representa um incremento anual de 19,1% da produção industrial de 1957 a 1970". O número de engenheiros, assistentes e especialistas aumentou para 497 mil, representando um elemento chave na "velocidade

de Chollima” com a qual uma moderna economia socialista estava sendo construída naquele que foi o mais subdesenvolvido e, indiscutivelmente, o mais devastado país do mundo, apenas 17 anos antes.

Os passos à frente

Dez anos mais tarde (em 10 de outubro de 1980, para ser mais exato), eu estava presente novamente quando Kim Il Sung apresentou seu relatório para o VI Congresso do Partido dos Trabalhadores (era também o 35º aniversário de fundação do Partido e uma comemoração pelo fato de Kim Il Sung dirigir o Partido do Governo durante 35 anos ininterruptos). Ele anunciou, sob os calorosos aplausos dos três mil delegados congressistas, que o Congresso do Partido, um ano e quatro meses antes do prazo marcado, realizara os objetivos industriais estabelecidos para o plano sexenal (seis anos) adotado em 1970, e que a meta de 7 milhões de toneladas de grãos tinha sido alcançada dois anos antes da data planejada. O atual Plano de Sete Anos também estava sendo “levado adiante em alta velocidade”, com prazos bastante adiantados. “Entre 1970 e 1979 a produção industrial de nosso país cresceu 15,9% a cada ano, aumentando de 3,8 vezes o valor total da renda industrial, com meios de produção crescendo 3,9 vezes e os bens de produção, 3,7 vezes”.

A produção de grãos para 1979 alcançou o surpreendente total de 9 milhões de toneladas e, apesar das condições climáticas adversas, alcançará mais ou menos o mesmo índice em 1980; a colheita ainda não terminou. O número de engenheiros e especialistas aumentou para mais de um milhão (numa população total de 18 milhões) e, desde 1975, foi introduzida a educação obrigatória até o nível universitário.

As universidades e os estabelecimentos de ensino superior aumentaram de 129 para 170, além das 481 escolas superiores especializadas abertas nesses dez anos analisados.

Foram feitos surpreendentes, principalmente numa época em que a economia do mundo ocidental mergulha profundamente em direção a uma crescente depressão. O altamente avançado sistema médico e de prevenção social, vigente do berço até a morte, fez com que Kim Il Sung pudesse anunciar que a média de vida tinha aumentado de 37 anos — na época em que se libertaram dos japoneses — para 73 anos em 1980.

Metas ambiciosas

Os objetivos estabelecidos para os anos 80 poderiam parecer fantasticamente irrealistas (pelo menos, otimistas). Mas demonstraram não sê-lo pela regularidade com que outros objetivos, que antes pareciam absurdamente irrealistas, tinham sido alcançados. E eles foram claramente confirmados no atual Plano de Sete Anos, que está sendo cumprido antes do prazo estipulado.

GAMMA/SIGLA



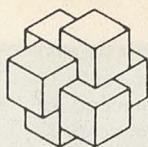
Os objetivos econômicos estão sendo alcançados antes dos prazos

A produção de aço está fixada em 15 milhões de toneladas; a de carvão, em 120 milhões de toneladas; fertilizantes químicos, 7 milhões de toneladas; cimento, 20 milhões de toneladas; 100 mil milhões de kilowatts/hora de eletricidade; 1.500 milhões de metros de têxteis e 15 milhões de toneladas de grãos. Parte do incremento da produção de grãos virá dos 300 mil hectares de terras recuperadas das “baixadas” — terras alagadas pelas marés, no litoral oeste — onde já foram aproveitados e plantados milhares de hectares de arroz na década passada.

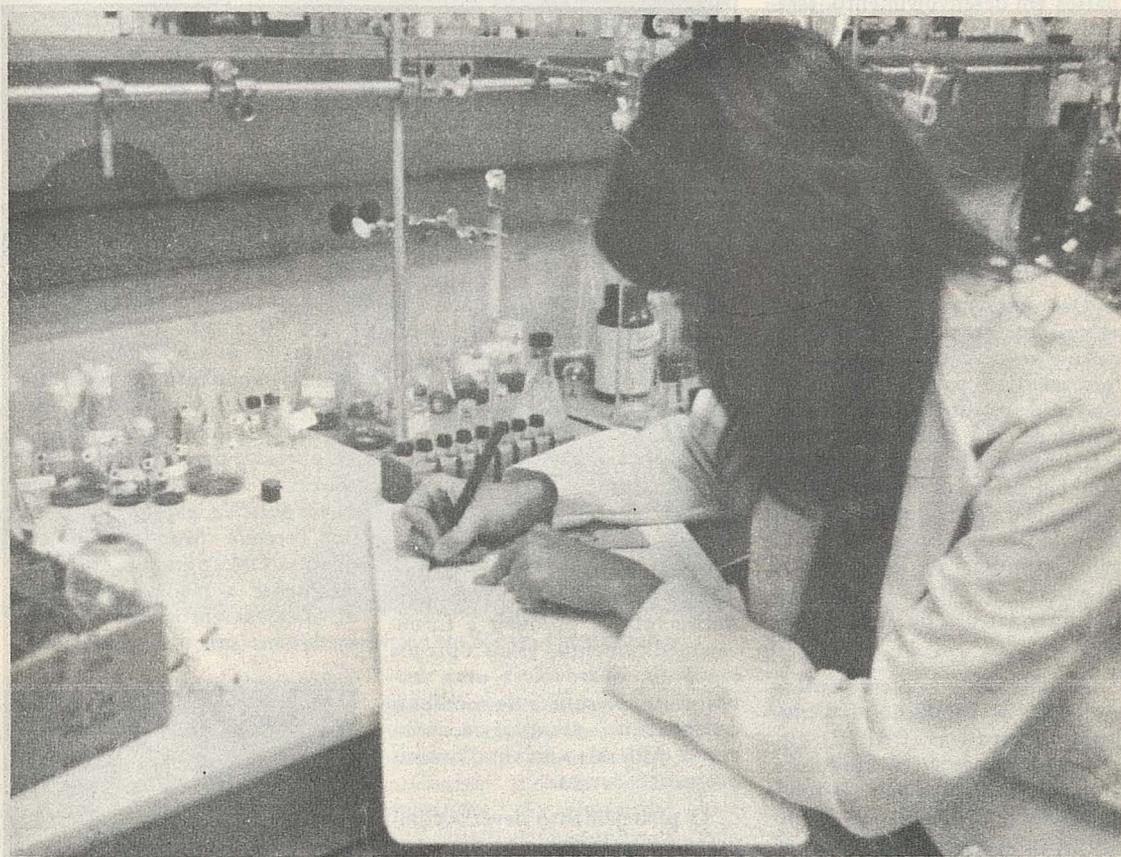
“Esses feitos”, disse Kim Il Sung, “são realmente magníficos. Se as metas forem alcançadas, o valor total da renda industrial anual no fim dos anos 80 será 3,1 vezes maior que o atual índice ou mil vezes mais que em 1964, o que significa que se levará só oito horas para produzir o equivalente à renda industrial de todo o ano de 1964. Assim, nosso país estará orgulhosamente colocado ao lado das nações que lideram o mundo em termos de progresso econômico”.

Com base no desempenho passado, por ter visitado algumas indústrias-chaves e outras empresas, imediatamente depois que os índices programados tinham sido anunciados, e por ter, também, observado o vigor e o entusiasmo com que administradores e operários já enfrentavam os problemas de implementação, minha opinião é de que os objetivos serão alcançados bem antes de 1990! Um dos grandes estímulos é que os enormes benefícios sociais, econômicos e culturais que isso acarretará, serão um ímã irresistível para os compatriotas do Sul, no sentido de apressarem o processo de reunificação. Portanto, a ênfase de Kim Il Sung sobre a necessidade de se acelerar a reunificação representou a maior parte de seu informe.

W.B.



CIENCIA E
TECNOLOGIA



Indústria farmacêutica Um privilégio das transnacionais

*A cooperação entre os
países em desenvolvimento
ajudaria a impedir
a exploração a que são
submetidos*

A indústria farmacêutica é um dos setores que oferecem melhores perspectivas para a cooperação entre os países em desenvolvimento, através de formas conjuntas de aquisição, distribuição e produção de medicamentos, assim como investigação e outros esforços para se atingir a auto-suficiência tecnológica. Essa é a conclusão de um estudo divulgado pelo Secretariado da Conferência da ONU sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad).

Das iniciativas tomadas até agora nesse sentido, a mais avançada é a criação de um centro farmacêutico para o Caribe, já em vias de estruturação, com possibilidade de passar para uma etapa operacional em breve. Há também esforços de cooperação regionais e sub-regionais entre as ilhas do Pacífico Sul e o seu mercado comum, na comunidade econômica da África Ocidental e das onze nações da África Austral.

A idéia de se criarem centros regionais de produção e tecnologia cooperativas (CRPTC) surgiu pela primeira vez durante a reunião da Unctad em Nairobi, no Quênia, em 1975. Um grupo de trabalho constituído para estudar a iniciativa recomendou a criação de três a seis CRPTCs num prazo de dois anos, sugestão aceita pela reunião de chefes de Estado e de Governo do Movimento dos Países Não-Alinhados realizada em Havana, em setembro de 1979.

A partir daí, nasceu o Centro Farmacêutico do Caribe, que, de acordo com os ministros da Saúde Pública da região, deveria promover a cooperação industrial entre os países na produção farmacêutica; compilar uma lista de medicamentos do Caribe; difundir informações sobre o assunto; ajudar as nações da área a estabelecerem sistemas conjuntos para aquisição de medicamentos, controle, etc.; prestar assistência a es-

ses países para a revisão de suas legislações sobre patentes; assistir os produtores farmacêuticos locais para a obtenção de equipamentos tecnológicos e outras matérias-primas nas melhores condições possíveis, etc.

Nas ilhas do Pacífico Sul decidiu-se organizar um sistema coletivo de aquisição de medicamentos com a assistência de um comitê de peritos, para a criação de um centro farmacêutico regional. Os países membros da Asean — Indonésia, Malásia, Filipinas, Singapura e Tailândia — também já estão tomando medidas nesse sentido.

Concentração

Um óturo estudo da Unctad sobre políticas tecnológicas nos países em vias de desenvolvimento afirma que uma política global, formulada por cada país de acordo com suas condições, permitiria obter, produzir e fornecer medicamentos vitais a preços razoáveis, desenvolver uma tecnologia auto-suficiente e reduzir a dependência tecnológica, assim como utilizar ao máximo os seus próprios recursos.

O planejamento deveria compreender a formulação de uma lista de medicamentos essenciais segundo uma denominação genérica — como recomenda a Organização Mundial de Saúde (OMS) — um sistema centralizado de aquisição a varejo, mecanismos de controle de preços combinados com incentivos para a produção de medicamentos essenciais e mudanças nas patentes e no sistema de marcas registradas. Alguns países em desenvolvimento já tomaram algumas medidas concretas a respeito, como é o caso de Moçambique.

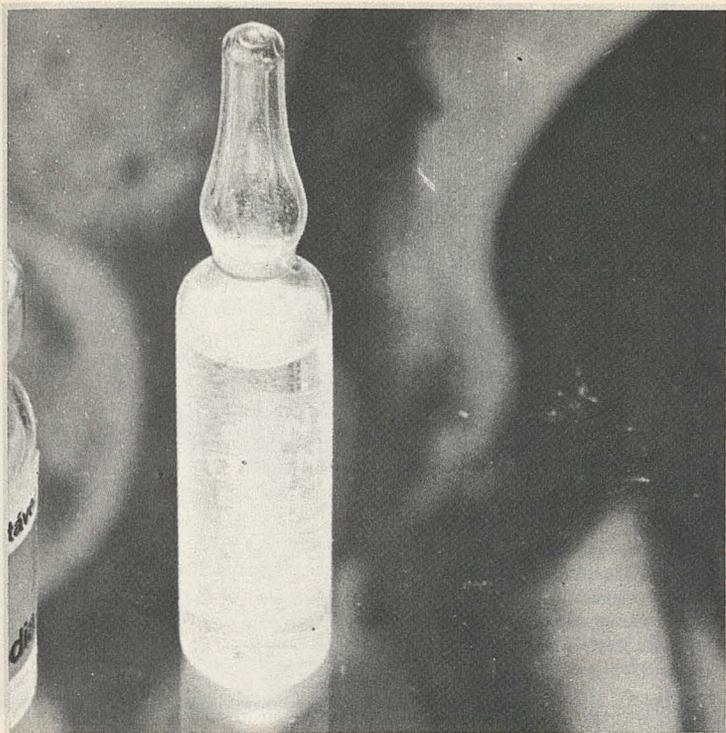
Atualmente, a produção farmacêutica está concentrada fundamentalmente nos países industrializados. A cota de produção do Terceiro Mundo só chega a 10% — Brasil, México e Índia

produzem a metade dessa porcentagem — ao mesmo tempo que importam cerca de 52% de suas necessidades. Aliás, a importação de medicamentos vem aumentando progressivamente, como informa o jornalista Chakravarthi Raghavan, da agência IPS que obteve os seguintes dados: de 800 milhões de dólares em 1968, cresceu para 1.600 milhões em 1973 e depois para 2.500 milhões em 1976. Calcula-se que chegue a 4.500 milhões em 1980 e a 8.500 milhões em 1985.

Os medicamentos constituem entre 40 a 50% do orçamento destinado à saúde no Terceiro Mundo, enquanto que esse índice é de 15 a 20% nos países industrializados. Assim, uma política apropriada para o setor farmacêutico é fundamental para qualquer política global dos países do Terceiro Mundo. Em vista disso, a OMS posicionou-se energeticamente a favor de uma lista de medicamentos essenciais baseada em sua denominação ge-



O Terceiro Mundo só produz 10% dos medicamentos



A produção farmacêutica está concentrada nos países industrializados

nérica ou seja, o nome médico, já que o mesmo medicamento é vendido com diferentes nomes comerciais, dependendo do laboratório que o produz. E aqueles que a adotaram já demonstram resultados médicos e econômicos favoráveis.

Segundo o estudo da Unctad, a partir do seu conhecimento e experiência, os peritos deveriam preparar um formulário sobre esses medicamentos. Para garantir a qualidade uniforme, esses remédios deveriam ser fabricados de acordo com especificações precisas, numa unidade do setor público. Caso não seja possível, em unidades selecionadas do setor privado.

Um outro aspecto é o de que nem sempre os medicamentos mais novos e mais caros são melhores. Numa experiência clínica realizada recentemente na Tailândia no tratamento da an-

quilostomiase, averiguou-se que tanto o *bephenium* como o *pyrantel* e o *tetrachloroethylene* produziam efeitos clínicos semelhantes. A proporção dos seus custos correspondia a uma progressão de 13:8:1, respectivamente.

As patentes

O estudo da Unctad demonstra que a indústria farmacêutica controlada pelas transnacionais utiliza um largo sistema de patentes para impedir a importação de produtos mais baratos e estimular as empresas locais a iniciarem a produção de remédios similares. O argumento da indústria farmacêutica de que o sistema de patentes "cria um ambiente propício para investimentos, transferência de tecnologia e incentivo à criatividade" é desmentido pela realidade. Nos países em via de desenvolvimento, esse sistema de patentes só serve para explo-

rar o consumidor. Nesse sentido, é impressionante o volume de publicidade comercial nos meios de comunicação, sobre medicamentos.

Na prática, as atuais licenças de patentes de produtos farmacêuticos não são mais do que autorizações especiais para a importação. A maioria das patentes não é aproveitada pelos países do Terceiro Mundo. O estudo da Unctad sugere que, para reformar o sistema, eles deveriam excluir a concessão de patentes.

Sob um outro aspecto, esse trabalho diz que a diferenciação dos medicamentos mediante marcas registradas e essa hábil publicidade nos meios de comunicação permitem que as empresas farmacêuticas transnacionais obtenham altos preços pelos seus produtos e assegurem a lealdade do consumidor. As transnacionais da indústria farmacêutica gastam mais dinheiro em publicidade (uns 20%) do que em pesquisa e desenvolvimento (cerca de 10%).

Um método discutível

Grande parte da informação sobre novos produtos no mercado é feita aos médicos pelas indústrias através de representantes de vendas, amostras grátis e literatura enviada pelo correio.

Seria importante que os médicos reavaliassem a utilidade de cada medicamento, pois o método atual é bastante discutível.

O ideal, segundo a Unctad, seria fornecer a informação através de organismos profissionais como as associações médicas, em colaboração com as autoridades sanitárias e com total independência das empresas. As marcas registradas nos medicamentos não representam garantia de qualidade. Essa qualidade deve ser garantida, frisa o estudo, por um eficaz controle do medicamento e, sobretudo, pelo controle de qualidade e leis de proteção ao consumidor.

Um cubano no espaço

A recente missão espacial na qual participou Arnaldo Tamayo Méndez, cubano, negro, ex-engraxate, será, sem dúvida nenhuma, entendida como uma mensagem forte e clara para os humilhados e oprimidos da Terra: se têm oportunidades e meios, todos os homens podem atingir os seus mais altos objetivos.

A quase duas décadas do primeiro vôo humano pelo espaço — o de Yuri Gagarin, a 12 de abril de 1961 — o programa cosmonáutico soviético trouxe algo mais que um progresso científico e técnico. Mostrou a capacidade — e o valor — de homens e mulheres das mais humildes origens e das mais diversas raças, em uma das mais difíceis profissões do nosso tempo: a de cosmonauta.

O vôo anterior havia levado um vietnamita ao Cosmos. Desta vez foi um cubano.

Entrevistei Yuri Gagarin e Guerman Titov quando regressaram da sua missão espacial. O pai de Gagarin era carpinteiro e sua mãe trabalhava em uma granja coletiva.

Arnaldo Tamayo Méndez não teve pai nem mãe que o fosse receber. Órfão desde o seu primeiro ano de vida, foi criado por uma das avós na maior pobreza. Aos treze anos, engraxava sapatos nas ruas e vendia verduras. Depois, foi aprendiz de carpin-

O cubano Arnaldo Tamayo Mendez, o primeiro cosmonauta latino-americano, e o soviético Yuri Romanenko.



teiro. Ele mesmo pagou os seus estudos primários e os primeiros anos do nível secundário.

Voluntário na Serra

Tinha dezessete anos quando os guerrilheiros de Fidel chegaram a Havana. Aderiu imediatamente à Associação de Jovens Rebeldes e foi como voluntário para as brigadas de jovens trabalhadores de Sierra Maestra. A um ano do triunfo da revolução, foi designado para aprender a pilotar aviões na União Soviética, primeiro passo de uma carreira que o transformaria em astronauta.

Arnaldo Tamayo Méndez tem a pele dos antigos escravos africanos e os traços aquilinos dos conquistadores espanhóis. E assume ao mesmo tempo a herança política das gerações de cubanos que lutaram contra o colonialismo espanhol, que foram aos milhares para a Espanha

combater o franquismo e, mais tarde, contra o racismo sul-africano em Angola, justamente de onde foram desterrados para o Caribe muitos dos ancestrais de Arnaldo Tamayo.

Com relação à pequena cápsula espacial de Yuri Gagarin — desenhada para somente um homem e para um vôo orbital de 108 minutos — a *Soyuz-38* pilotada por Yuri Romanenko e Arnaldo Tamayo até o acoplamento à estação espacial *Salyut-6*, parecia um museu carregado de símbolos. Levou ao espaço fotografias de Fidel Castro e Leonid Brejnev, retratos de Gagarin com Fidel, de José Martí e de Guevara, uma maquete do *Granma*, areia de Playa Girón, um exemplar do poema de Guillén “O cosmonauta” e um modesto caracol cubano que os cientistas chamam de *polymita picta*, símbolo do processo que levou um tataraneto de escravos a converter-se em conquistador do espaço. (Wilfred Burchett) □

Discos, a invasão cultural

Atualmente, quase 60% de todo o mercado ocidental fonográfico está dominado por cinco grandes corporações multinacionais, três norte-americanas e duas européias. As vendas em 1977 nos mercados da Europa Ocidental, Estados Unidos, Canadá, Japão, África do Sul, México, Brasil e Argentina foram calculadas em 8 bilhões de dólares. Somente nos EUA essa cifra atingiu a 4 bilhões de dólares.

A maior das corporações norte-americanas é a *CBS Records Division*, cujo selo mais importante é Columbia. Ela, segundo um estudo feito pelo finlandês Martti Soromaki, arrecadou nesse mesmo ano aproximadamente 800 milhões de dólares, 15% do volume total de vendas. A principal companhia de discos britânica, a *EMI*, ficou com outros 15%, seguida pela *Polygram*, um consórcio alemão-holandês, que atingiu a mesma porcentagem. Outras duas, a *Warner Communication* e *RCA*, ambas dos Estados Unidos, alcançaram 7 e 9% do mercado, respectivamente.

A história das companhias gravadoras tem sua origem no rádio, mas recentemente as indústrias cinematográficas entraram no mercado: em 1974, a indústria do disco representava 18% do total de vendas das oito maiores companhias produtoras de Hollywood, um negócio bem melhor que os contratos feitos com a televisão. A Paramount, por exemplo, comprou 50% da divisão musical da *EMI* e hoje as companhias cinematográficas norte-americanas controlam 35% do mercado de discos dos Esta-

dos Unidos, enquanto as cadeias de televisão têm o monopólio de 20% desse mercado.

EMI, a maior

Para a revista *Billboard* — a bíblia dos *experts* do mundo do disco — a *EMI* é a mais completa em representação no mundo, e fora dos Estados Unidos é a que tem os maiores volumes de negócios: é a primeira na Grã-Bretanha, a segunda em toda a Europa e a primeira a nível mundial. De acordo com um levantamento feito pelo jornalista Fernando Reyes Matta, ela opera em 33 países, em todos os continentes, através de companhias locais; utiliza centenas de pessoas ligadas à promoção de discos e mais de mil vendedores encarregados

de estimular a demanda. Seu grande salto no mercado fonográfico foi dado na época dos *Beatles*, seu generoso cliente.

Ainda hoje existem zonas privilegiadas para a expansão: a *EMI* optou pela Ásia, a *CBS* e a *RCA*, além do mercado europeu, atuam com agressividade na América Latina, onde somente três países — Brasil, Argentina e México — lhes propiciam uma renda de 350 milhões de dólares.

O mundo do disco não é somente um amplo horizonte de rostos, vozes e qualidades técnicas, mas sim uma realidade onde se refletem, de maneira crescente, práticas e condutas que fazem do cultural muito mais uma questão de mercado do que uma inquietude social. □



Chico Buarque, Francis Hime e Milton Nascimento: embora contra, nas mãos das transnacionais do disco

Consolida-se a Agência Panafricana de Notícias

Comitê de especialistas da Agência Panafricana de Notícias (Pana) reuniu-se de 1 a 3 de dezembro na sede da Agência em Dacar (Senegal) para examinar a colocação em funcionamento da agência e as resoluções adotadas pelo Conselho Intergovernamental dos países-membros, assim como o resultado dos trabalhos do Comitê Técnico.

Para concretizar a colocação em funcionamento definitivo, falta ainda um estudo que deverá estabelecer o custo total dos investimentos, baseado nas seguintes informações:

1) estado atual da comunicação

entre os estados-membros e da sede da Pana em Dacar;

2) equipamentos necessários para uma transmissão diária de 100, 200 e 300 palavras;

3) os equipamentos complementares para a sede do *pool* a fim de assegurar a transmissão de informações procedentes e destinadas aos estados-membros;

4) os equipamentos de emissão e recepção necessários para a sede da Agência Pana em Dacar para assegurar a emissão e recepção de telegramas.

Com a finalidade de fortalecer os esforços empreendidos para o estabelecimento da Agência, seu diretor foi designado para:

— prosseguir os contatos com a UIT (União Internacional de Telecomunicações), Unesco e outros organismos das Nações Unidas e da Liga dos Estados Árabes;

— efetuar contatos preliminares com os países exportadores de petróleo (Opep) e com o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), com a finalidade de garantir a sua cooperação na elaboração dos estatutos e da definição dos mecanismos básicos ao desenvolvimento da Agência.

Os diretores das agências nacionais dos países-membros vão-se reunir no próximo ano para discutirem as recomendações levadas pelos comitês.

Uma manobra de direita

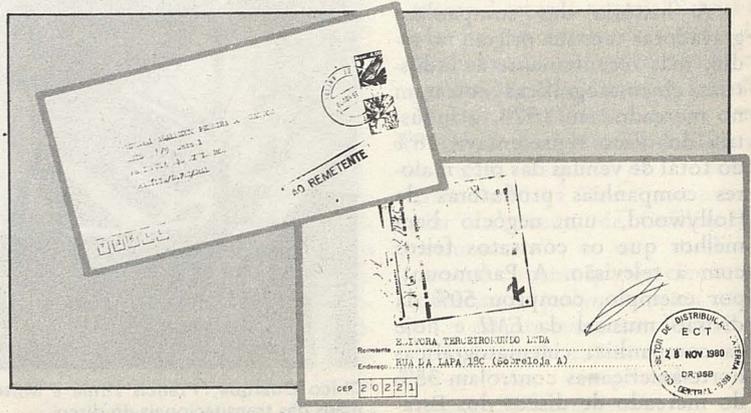
Um panfleto infamante contra o bispo de São Félix do Araguaia, d. Pedro Casaldáliga, está sendo distribuído pelo correio como se fôsse remetido pela Editora Terceiro Mundo Ltda. Um desses envelopes, destinado ao general Adalberto Pereira dos Santos, ex-vice-presidente da República, foi devolvido à nossa editora por não ter sido encontrado o seu destinatário.

A simples leitura do panfleto já evidenciará que uma publicação dessa ordem nada poderia ter com a nossa revista, que sempre externou consideração por d. Pedro e um grande respeito por sua admirável obra evangélica. No entanto, o que chama a atenção, é o método utilizado para esse tipo de campanhas, ten-

tando comprometer a nossa revista.

A extrema-direita continua no circuito postal. Seja com bombas, como foi o caso do assassinato na Ordem dos Advogados do Brasil da sra. Lyda Monteiro

da Silva, ou usando-o no lançamento e promoção de processos que possam gerar confusão e mal-estar entre duas entidades como, no caso, cadernos do terceiro mundo e a Igreja brasileira. Na foto, verso e reverso do envelope enviado ao general Adalberto.



Simon Malley expulso, "Afrique-Asie" continua

□ Impuseram-se finalmente as "razões de Estado sobre todas as condenações e reclamações da opinião pública internacional: o jornalista egípcio Simon Malley, diretor da revista *Afrique-Asie* foi expulso da França, onde residia há mais de onze anos. A acusação, segundo tentou explicar o ministro do Interior francês à Assembleia Nacional, foi que "o senhor Malley punha em perigo os interesses da França em Estados com os quais temos relações diplomáticas normais". Em outras palavras, os regimes do Zaire, Gabão, Senegal, a República Centro-Africana e outros satélites de Paris, molestados pelos ataques que lhe dirigia *Afrique-Asie*, recorreram à "mãe-pátria" para que lhes resolvesse esse problema.

Os ditadores ficaram agradecidos. Mas, o ato de expulsão não poria em perigo as relações da França com outros países? Vinte e dois chefes de Estado do Terceiro Mundo intercederam junto ao governo

francês a favor de Simon Malley, da mesma forma que quase a totalidade da imprensa internacional francesa — inclusive aquela pouco inclinada a apadrinhar as opiniões de Malley.

Era mais do que as relações com um punhado de ditaduras o que preocupava Paris. Com a expulsão, quis-se castigar a implacável denúncia da *Afrique-Asie* do apoio francês aos regimes mais impopulares da África, à intervenção velada ou aberta dos serviços de inteligência franceses no ultramar, aos interesses pessoais que o presidente Giscard D'Estaing tem em vários países africanos. Enfim, a denúncia do imperialismo francês que continua a existir, mais de um quarto de século depois da derrota de Diem Bien Phu.

Mas esse objetivo não foi conseguido. Fora da França, Simon Malley continua à frente de *Afrique-Asie*. E essa revista irmã continua a exprimir a voz dos povos oprimi-

dos do mundo. Como expressa o editorial do primeiro número publicado depois da expulsão de Malley, "não mudarão nem a linha de *Afrique-Asie* e nem a vontade da sua equipe de continuar a tarefa".

"Eu não reconheço nos métodos e nos procedimentos indignos utilizados contra a liberdade de imprensa, a imagem daquela França cuja história aprendemos antes mesmo daquela dos nossos países", respondeu Malley ao ministro que o expulsou por ordem expressa do presidente francês. "A arbitrariedade — acrescentava — continua a esconder o seu rosto por detrás do belo lema de "liberdade, igualdade e fraternidade".



Uma nova revista

□ Uma nova publicação de interesse para o Terceiro Mundo começou a ser editada nas últimas semanas. O Centro de Estudos Latino-Americanos da Universidade Nacional Autónoma do México lançou a revista trimestral *El Caribe Contemporáneo*, editada pela professora Suzy Castor que tem sido uma importante colaboradora da nossa equipe editorial. *El Caribe*

Contemporáneo substitui uma publicação anterior, *El Caribe Trimestral*, que se dedicava à recopilación de notícias da região, para iniciar uma etapa "dedicada ao exame e discussão das tendências mais importantes na área". A revista propõe-se "ser um vínculo para a comunicação entre o Caribe e a América Latina, pois o isolamento e a separação dos nossos povos e das nossas comu-

nidades acadêmicas e científicas foram um agente de desunião, divisão e ignorância".

O preço do exemplar é de US\$ 2,25 (dois dólares e vinte cinco centavos americanos). A correspondência deve ser dirigida ao Centro de Estudos Latino-Americanos, Área do Caribe, Faculdade de Ciências Políticas e Sociais. Unam, México, D.F.

Peru: a esquerda avança

Os resultados das eleições municipais no Peru revelaram um avanço expressivo das forças populares. Poucos meses depois da eleição do atual presidente, Belaúnde Terry, um liberal conservador, quando os partidos de esquerda, divididos e conflitados internamente, sofreram grande derrota, essa situação se inverte totalmente.

A Esquerda Unida ganhou as eleições em oito capitais de Departamento (estados ou províncias), apenas um menos que a Ação Popular, que é o partido do governo, deixando a Apra com o controle de apenas quatro. Além de Arequipa, a coligação de esquerda venceu em Puno, Pucallpa, Moquegua, Huaráz, Huancavelica e, provavelmente, Pasco. Em Tácna, na fronteira do Chile, os votos da Esquerda Unida e dos grupos trotskistas que não se juntaram à Coligação superaram os 40% dados aos candidatos da Ação Popular.

Quando não obteve o primeiro lugar, a Esquerda ficou em segundo, superando a Apra e o Partido Popular Cristão, de direita, que foi virtualmente varrido dos mapas eleitorais fora de Lima, onde, esperando ganhar, não foi além do terceiro lugar.

Sem dúvida, a vitória mais expressiva da Esquerda foi em Arequipa onde Belaúnde havia tido ampla vitória. Um prefeito (governador) marxista administra agora o Departamento, o segundo do país.

Todas as análises desses resultados coincidem em que o principal fator do êxito da esquerda foi a unidade. Fora da coligação, ficou apenas o partido de Hugo Blanco (trotskista) que, assim, se isolou política e popularmente e revelou a exata dimensão de suas forças. Os demais grupos integraram a frente e, com isso, criaram as condições para o avanço verificado.

Esse não foi, contudo, o único fator que ajudou a Esquerda Unida. O desgaste do governo de Belaúnde foi mais rápido do que se esperava. O desemprego aumenta, a inflação cresce vertiginosamente e seus ônus são descarregados sobre as massas populares. A política econômica e financeira passou a ser orientada pelo Fundo Monetário Internacional.

É possível, também, que uma parte dos eleitores da esquerda da Apra tenham preferido a coligação popular ao velho partido, que, bloqueado por setores de direita, não conseguiu levar aos seus eleitores uma plataforma realmente progressista.

Embora nem todos os setores de esquerda peruanos estejam dispostos a reconhecê-lo, não há dúvidas de que medidas da revolução de 68, como a reforma agrária, a cogestão e uma firme política antiimperialista e antioligárquica, começam a ser reconhecidas pelos seus aspectos positivos, sobretudo sabendo-se que os conservadores no poder se combatem sem tréguas. A consciência de que todas essas conquistas estão em perigo com a política direitista de Belaúnde, debilitou ainda mais o apoio aos seus candidatos.

Sobre essas eleições muito se escreverá no futuro. Mas não há dúvida de que elas podem ter marcado um momento de mudança na atual situação do Peru. O essencial é que os partidos de esquerda saibam avaliar corretamente a importância de sua unidade e a defendam nos tempos que virão contra os ventos e as marés do personalismo e dos interesses menores de grupos e facções.



Belaúnde: um governo que se desgasta com rapidez

Chile: a oposição em luta

□ O plebiscito de setembro passado tirou as esperanças da oposição chilena em relação a uma possível abertura democrática do regime de Pinochet, levando o Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR) e outros setores inconformados do país a partirem para ações armadas contra a ditadura.

A Junta militar declarou publicamente que se trata de "casos isolados" a verdadeira onda de atentados que ultimamente vem agitando o Chile. A ação guerrilheira destruiu sete condutores de alta tensão, cortando a eletricidade de Santiago, Valparaíso e Viña Del Mar. A Renault também foi incendiada com bombas, atingindo cem automóveis que estavam estacionados no pátio da empresa.

Apesar de uma grande mobilização do exército, da polícia e do aparelho de segurança, a Junta militar não conseguiu prender os comandos esquerdistas, que se autodenominaram de "Milícia de Resistência Popular". Há preocupação e até choques entre os partidários do governo.

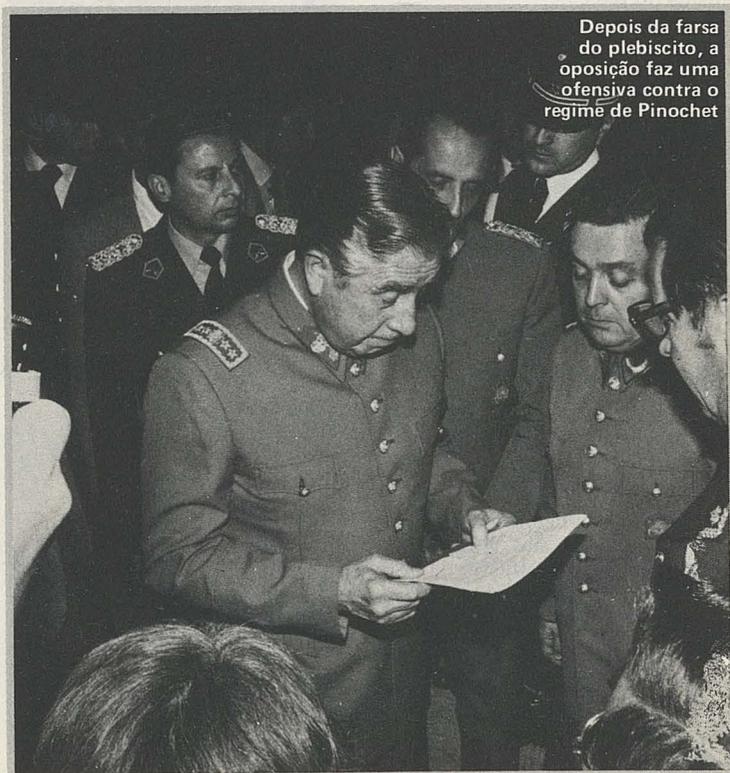
Por outro lado, a Coordenação Nacional Sindical lançou um documento que denuncia a "nova escalada repressiva iniciada pela ditadura", exigindo o fim das detenções de trabalhadores, expulsões e suspensões de dirigentes universitários e da proibição ao retorno do presidente do Partido Demócrata Cristão, Andrés Zaldivar. O documento denuncia ainda a prisão arbitrária do ex-dirigente da Central Única de Trabalhadores (CUT), Pedro Henríquez, detido desde 14 de

novembro pela Central Nacional de Informações (CNI). A Coordenadora Nacional Sindical representa mais de um milhão e meio de trabalhadores chilenos e sua atuação tem se caracterizado por sua aberta oposição à legislação trabalhista e ao esquema econômico do governo.

Outros setores também estão enfrentando o regime, como os advogados. por exemplo. Mais de uma centena deles participaram de uma jornada nacional que concluiu que "continua a situação de deterioração dos direitos humanos que afetou o país nos últimos anos", agravan-

do-se ainda mais a partir de 11 de março de 1981, quando entrará em vigor a nova constituição política, "aceita" em plebiscito em setembro passado. A reunião foi apoiada pelo cardeal chileno Raul Silva Henriquez.

Os participantes da jornada fizeram um apelo "a todos os compatriotas para buscarem incansavelmente a implantação plena do estado de direito, que significa a vigência de uma norma superior emanada da vontade popular". O encontro dos advogados, baseado no tema geral "A Proteção dos Direitos Humanos pela Via Judicial", coincidiu com a apresentação no Comitê Social das Nações Unidas, em Nova Iorque, de um projeto de resolução que contém fortes críticas ao governo do general Augusto Pinochet.



Depois da farsa do plebiscito, a oposição faz uma ofensiva contra o regime de Pinochet

Argentina: expectativa na troca de generais

□ O recente expurgo de cerca de 70 oficiais do exército argentino e as advertências de destacados chefes militares que afirmaram que na Argentina "não haverá mudanças importantes" refletem a agitação política no atual período de preparativos para a transferência do poder para o general Viola, apesar dele ter conseguido da Junta militar mais independência e maior "margem de poder" do que tinha Videla. A ditadura militar advertiu, no entanto, que permitirá somente uma incorporação parcial dos partidos e sindicatos na vida política do país.

Viola anunciou "a mudança de métodos mas não da filosofia fundamental do governo" na política econômica, que tem sido duramente criticada por setores políticos, sindicais e até mesmo por áreas econômicas. Considera-se, porém, que o novo presidente não poderá ir muito longe na mudança de orientação da economia já que o país está agora muito endividado em bancos estrangeiros, especialmente os norte-americanos.

A impressão geral é que o general Viola deseja governar com "um novo estilo", de forma semelhante ao atual presidente brasileiro. Portanto, é quase certo que em sua equipe não participe o atual ministro da Economia, José Martinez de Hoz, nem nenhum dos seus assessores.

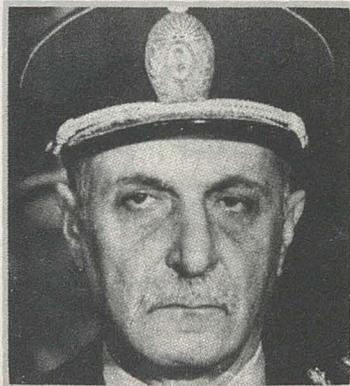
Viola tenta também acalmar alguns setores do exército, que encaram com grande desconfiança a inclusão, ainda que parcial, de partidos e sindicatos na vida

política do país. O principal temor dessa corrente militar é a possibilidade dos peronistas voltarem ao poder com essa "abertura". Os setores mais duros sempre estiveram contra a "abertura" e, em 1976, impediram que Viola fosse nomeado para presidente.

Por outro lado, no momento em que a fuga de capitais na Argentina alcança um ritmo que alguns calculam em 50 milhões de



Videla e os EUA: relações com altos e baixos



Viola: um novo estilo?

dólares por dia, os industriais estão manifestando o desejo de influir mais no destino econômico do país. Essa reivindicação surgiu em inúmeros documentos que incluem, na maioria dos casos uma elevada dose de crítica à política econômica atual.

A maior parte dos empresários são unânimes em defender uma abertura econômica definitiva, na qual considera-se necessário o apoio à criação de um mercado internacional de capitais. Em relação às empresas do Estado e ao déficit, eles também se manifestaram, demonstrando, em conjunto, bastante hostilidade à atual equipe econômica, ao se referirem à sua ineficácia para combater o excesso de gastos e melhorar a rentabilidade das empresas do Estado. Os empresários afirmaram também que os setores que serão subsidiados devem receber ajuda de forma direta.

No entanto, entre eles existem profundas divergências em outras áreas da política econômica. Porém, a maioria dos industriais concorda com a conveniência de se modificar a política cambial, passando para um sistema flutuante. Além disso, defendem a existência de um imposto sobre a terra para equilibrar, a longo prazo, a situação da agricultura e da indústria.

Outro aspecto importante reivindicado pelos empresários é o exercício da crítica dentro do processo político do país, incluindo a aspiração cada vez mais generalizada de uma sociedade pluralista e democrática.

Anistia restrita na Colômbia

□ A Câmara dos Deputados da Colômbia aprovou um projeto de Lei de Anistia que poderá beneficiar mais de mil presos e processados por problemas políticos, caso os guerrilheiros deponham as armas, aceitando a medida governamental que também os inclui. Foram 30 votos a favor, dois contra e uma abstenção, produto de um acordo entre o governo do presidente Julio César Turbay Ayala e os parlamentares dos partidos Liberal e Conservador.

O projeto, que foi apresentado ao Parlamento pelos represen-

tantes liberais Simon Bossa e Dario Ortiz, sofre várias modificações com a intenção de ampliar a anistia. Depois de calorosos debates parlamentares e extra-parlamentares, as restrições exigidas pelo governo conseguiram ser aprovadas.

Nas décadas de 40 e 50, durante o período de guerra civil entre os partidos Liberal e Conservador, surgiu a guerrilha rural no país. Alguns anos depois, foi decretada uma anistia pelo governo ditatorial do general Gustavo Rojas Pinilla (1953-1957), aceita

por muitos guerrilheiros. No entanto, a maioria deles foi posteriormente assassinada pelas forças de segurança.

Atualmente, atuam no país as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), Exército de Libertação Nacional (ELN), Exército Popular de Libertação (EPL) e grupos urbanos como o Movimento de Autodefesa Operária (MAO) e o Movimento 19 de Abril (M-19). À exceção do M-19, que apóia o projeto de Bossa e Ortiz, os restantes grupos guerrilheiros que se pronunciaram fizeram-no a favor de uma anistia geral e irrestrita para os que fazem a luta armada e para os presos políticos.

Empresários tentam dar golpe na Nicarágua

□ Foi descoberto recentemente na Nicarágua um novo plano para derrubar o Governo Revolucionário Sandinista e restaurar um regime burguês no país. O golpe estava sendo organizado pelo empresário Jorge Salazar Arguello, presidente do Conselho da Empresa Privada (Cosep), que morreu em luta com o exército quando transportava vários fuzis M-16 em seu carro. Ele vinha mantendo contatos com vários ex-oficiais da Guarda Nacional de Somoza e pretendia tomar o poder nos primeiros dias de novembro.

Seis altos empresários nicaraguenses reconheceram publicamente, diante de jornalistas, que tinham participado na elaboração de um plano de ação para derrubar a Junta de Reconstrução Nacional: Leonardo Somarriba Gonzalez vice-presidente da

Câmara de Comércio, José Mario Hanon, presidente da Associação dos Produtores de Arroz, Alejandro Salazar, María Lacayo, Gabriel Lacayo Bernal e Nestor Moncada.

Os empresários admitiram que Salazar Arguello contava com recursos doados por fontes empresariais para a compra de armas e treinamento de homens que realizariam atentados contra os dirigentes sandinistas. A confissão coloca a Cosep numa difícil situação, como também os representantes de outros grupos políticos e de empresários que se regiraram do Conselho de Estado.

Enquanto isso, na Alemanha, a organização juvenil do Partido Social Democrata afirmou, num comunicado à imprensa, que "a campanha internacionalmente coordenada contra o governo da

Nicarágua, na qual participam também organizações européias democrata-cristãs, como a Fundação Konrad Adenauer, poderia estar conectada às atividades de grupos somozistas na fronteira com Honduras".

Sobre os constantes ataques da imprensa alemã ao governo nicaraguense, denunciando violações dos direitos humanos, a organização social-democrata revela na sua declaração que essa campanha "poderia ter a finalidade de preparar terreno para uma posterior intervenção militar".

Na Nicarágua, a Frente Patriótica da Revolução ratificou o seu apoio ao Governo de Reconstrução Nacional e ao Conselho de Estado e repudiou "as manobras do imperialismo e da reação local contra o processo revolucionário".

Chile, Bolívia e El Salvador são condenados pela ONU

□ A sessão da Terceira Comissão Social das Nações Unidas emitiu um voto de condenação contra "as flagrantes violações dos direitos humanos na Bolívia, Chile e El Salvador". O projeto de resolução sobre a Bolívia obteve 77 votos a favor, oito contra e 49 abstenções, enquanto o do Chile foi aprovado com 90 votos a favor, oito contra e 37 abstenções. A mais controvertida resolução — sobre El Salvador — teve como resultado 63 votos a favor da condenação, 13 contra e 48 abstenções.

A resolução sobre a Bolívia — a primeira adotada pelas Nações Unidas desde o golpe militar de julho passado — exige das autoridades daquele país a garantia de que será assegurado o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais do homem, incluindo a liberdade de expressão e os direitos sindicais. Ela pede ainda que a Comissão aceite o convite das autoridades bo-

livianas para que visite o país a fim de estudar a situação dos direitos humanos no local dos acontecimentos e dê um informe a respeito na 37ª Sessão, que será realizada em fevereiro próximo. Os países que votaram contra a resolução foram, entre outros, Argentina, Chile, Uruguai, Paraguai, Guatemala, Brasil e Filipinas.

Em relação ao Chile, a Terceira Comissão Social das Nações Unidas demonstrou uma grave preocupação pela deterioração dos direitos humanos naquele país. Oito nações votaram contra: Guatemala, Bolívia, Argentina, Chile, Brasil, Paraguai, Uruguai e Líbano. A minuta da resolução, preparada pela Suécia, México, Holanda, Cuba, Dinamarca, Argélia, Iugoslávia e Nicarágua, marca o sexto ano consecutivo que as Nações Unidas condenam o regime chileno pela sua permanente violação aos direitos humanos.

Foi também incluído na minuta um parágrafo sobre o recente plebiscito no Chile. Considerou-se que o referendo não pode ser reconhecido como uma "autêntica expressão do povo chileno". Exigiu-se ainda das autoridades de Santiago o esclarecimento do destino dado às "pessoas desaparecidas" por razões políticas.

A resolução sobre El Salvador deplorou os assassinatos, desaparecimentos e outras violações dos direitos humanos e pediu garantias de segurança pessoal para o monsenhor Arturo Rivera Damas, da Arquidiocese de São Salvador.

Os Estados Unidos votaram contra mas não conseguiram que seus aliados da Europa tivessem a mesma posição. Depois da votação, representantes da Frente Democrática Revolucionária classificaram a resolução como "o início do colapso diplomático da Junta salvadorenha".



A resolução da ONU sobre El Salvador deplorou os assassinatos e desaparecimentos

Não-Alinhados propõem pauta para próxima reunião

□ O Escritório de Coordenação dos Não-Alinhados propôs um projeto de ordem do dia para a próxima Conferência Ministerial dos Países Não-Alinhados, que será realizada de 9 a 12 de fevereiro do próximo ano em Nova Déli (Índia). Foi proposto que a Reunião comece com a solene comemoração do 20º aniversário do primeiro Encontro de Cúpula da organização. Em seguida, o Escritório de Coordenação dará um informe sobre a implementação das recomendações e decisões adotadas na 6ª Reunião de Cúpula dos Não-Alinhados, realizada em Havana, Cuba, em setembro de 1979.

Está previsto também um exame geral e uma avaliação da

situação política internacional, com referência especial ao papel da Organização na eliminação da ameaça de guerra e na consolidação da paz e da segurança internacional. Propôs-se também que a Conferência faça um exame geral da situação econômica no mundo e que considere os esforços dos países não-alinhados e de outras nações em vias de desenvolvimento para o estabelecimento da Nova Ordem Econômica Internacional.

Uma atenção especial será dedicada aos programas de ajuda mútua e de apoio coletivo, dirigidos à cooperação sócio-econômica entre os países em vias de desenvolvimento.

Na reunião do Escritório de Coordenação, o embaixador iugoslavo, Miljan Komatina, deu um informe sobre os trabalhos da comissão mediadora dos Não-Alinhados na guerra Irã-Iraque, integrada por seis membros do Movimento: Cuba, Índia, Paquistão, Zâmbia, OLP e Iugoslávia. Komatina disse que na sua última reunião os ministros das Relações Exteriores desses países trocaram opiniões sobre a atual situação entre Irã e Iraque, estando nos seus planos uma visita a Bagdá e Teerã. Os seis ministros decidiram reunir-se mais uma vez em Nova Déli, enquanto que Cuba, atual presidente do Movimento, e a OLP continuarão com as consultas aos governos dos dois países.

Aumentam as prisões no Haiti

□ O ex-chanceler venezuelano Aristides Calvani denunciou numa roda de imprensa em Caracas que o governo ditatorial haitiano vem perseguindo violentamente jornalistas e radialistas locais que fizeram críticas ao regime de Duvalier. Foram detidas destacadas personalidades da imprensa, como o diretor do "Programa de Notícias", Marcus Garcia, o redator Pierre Cilitandre, o colunista Jean Robert Herard, o jornalista independente Comple Plume, Compe Filo da rádio Haiti Inter, o administrador Richard Brisson, o jornalista Constant Pongnon, e

o pintor e artista François Dominique.

O ex-chanceler revelou ainda que entre os presos estão também o presidente do Partido Social-Cristão do Haiti, Eugène Grégoire, o ex-ministro e político independente, Honorat Lamartinière, o secretário-geral da Liga de Direitos Humanos, Joseph Lafontant, e a senhora Claude, esposa de Sylvio Claude, presidente do Partido Democrata-Cristão, detido com sua filha desde outubro último. Além disso, a rádio Haiti Inter permanece sob vigilância militar dos co-

nhecidos *tontons macoutes* e a rádio Cacique foi saqueada.

Aristides Calvani classificou a situação como alarmante: "será necessário denunciar essa situação à Comissão Interamericana de Direitos Humanos e levar o caso à OEA, mas, enquanto isso, tem que ser reforçada uma campanha para pressionar a opinião pública internacional, a fim de que cesse a perseguição política no Haiti".

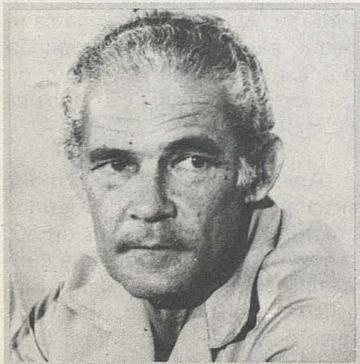
Apesar dos informes obtidos situarem o número de detidos em torno de pouco mais de 50, o governo haitiano somente confirmou 15 prisões, enquanto que asilados políticos garantem que mais de 200 pessoas foram detidas nos últimos dias.

Seaga: um Plano Marshall para o Caribe

□ O primeiro-ministro da Jamaica, Edward Seaga, afirmou em entrevista à imprensa que irá promover o estabelecimento de um "Plano Marshall" na região do Caribe. Para isso, fará consultas ao Banco Mundial, ao Banco Internacional de Desenvolvimento (BID), à Corporação Internacional de Finanças e ao Fundô Monetário Internacional (FMI), assim como à equipe de transição do novo presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan.

Seaga sugeriu que uma ajuda adicional de 1.600 milhões de dólares, além dos 1.300 milhões de dólares que a região recebe anualmente, produziria "uma mudança substancial nas perspectivas de desenvolvimento do Caribe". Essa região, afirmou, "merece a preocupação especial dos Estados Unidos, Europa e Japão".

O primeiro-ministro jamaicano disse ainda aos jornalistas que



O governo de Manley é hoje contestado

a eleição de Reagan e as perspectivas de uma nova administração em Washington proporcionam uma "excelente oportunidade" para um "novo pensamento" dos Estados Unidos sobre o Caribe, uma região que — segundo ele — se converteu num "problema de urgência", a partir dos acontecimentos que transformaram os sistemas econômico-político-sociais de Granada e Nicarágua.

Seaga repudiou algumas medidas tomadas pelo governo anterior de Michael Manley no setor da bauxita. Importantes planos de expansão na área desse minério, iniciados por Manley, estão em marcha no país.

Quando lhe perguntaram sobre as referências que fez em sua campanha aos modelos de desenvolvimento de Porto Rico e Singapura, Seaga explicou "as virtudes desse modelo tradicional para o Caribe". Na sua opinião, esse modelo se caracteriza pela "economia de mercado" e por sindicatos ativos que protegem — na sua visão — "os direitos e o nível de vida dos trabalhadores".

Seaga havia denunciado que estava surgindo na Jamaica um "modelo cubano", baseado "no planejamento econômico centralizado e um governo de um só partido". Como resposta, ele propôs os modelos de desenvolvimento de Porto Rico e Singapura, o que faz pensar que ele introduzirá importantes mudanças na vida do seu país.

Vanessa espera visitar a Palestina

□ A destacada atriz britânica Vanessa Redgrave, declarou ao *Sunday Morning*, jornal libanês editado em língua inglesa, que os ferozes ataques a ela dirigidos pelo sionismo — devido ao seu declarado apoio ao povo palestino — só serviram para reforçar a sua posição.

A pressão exercida nos Estados Unidos pelo sionismo contra artistas que apóiam o direito dos povos à liberdade, inclui até ameaças de morte. Vanessa afirmou não ser nem anti-semita nem antijudia, e sim ser contra o sionismo e o racismo exercidos pelas autoridades israelenses nas zonas ocupadas da Palestina.

Vanessa pretende fazer um documentário sobre os palestinos, apesar da indústria ser controlada pelos sionistas. Ela revelou que o apoio à causa entre os produtores cinematográficos está aumentando.

Ela expressou seu desejo de visitar a Palestina, uma vez que esta consiga a sua independência, o que, na sua opinião, está muito próximo.

Recentemente, Vanessa interpretou para um filme especial de televisão, o papel de uma judia presa num campo de concentração nazista durante a II Guerra Mundial. Essa interpretação lhe valeu uma severa crítica de grupos sionistas que disseram ser uma heresia uma atriz pró-Palestina interpretando o papel de uma judia.

Novos combates no Ogaden

□ Novos choques se registraram na disputada região de Ogaden junto à fronteira entre a Somália e a Etiópia. A rádio Mogadíscio informou sobre ataques aéreos etíopes sobre a Somália, enquanto que Addis Abeba divulgava a realização de importantes avanços etíopes na região.

O recrudescimento do conflito, que já dura várias gerações, produziu-se em meio a uma série de medidas tomadas pelo líder etíope Mengistu Hailé Mariam destinadas a fortalecer a sua posição tanto internamente como a nível regional e internacional.

A medida mais recente tomada por Mengistu foi a de solucionar as suas disputas com o Sudão, onde uns 800 mil refugiados eritreus e etíopes foram durante longo tempo uma pesada carga para o regime do presidente Numeiri.

Ao que parece, Mengistu teve o cuidado de assegurar seus flancos norte e oeste — as fronteiras com o Sudão — observando a instabilidade interna da Somália antes de tentar solucionar a disputa do Ogaden.

Recentemente Mengistu foi convidado de honra para o des-

file militar na Praça Vermelha. Sua presença em Moscou é significativa quando os Estados Unidos esforçam-se para assegurar sua hegemonia regional no Chifre da África e no mar Vermelho através da construção de bases para a intervenção militar direta.

A denúncia de Mengistu Hailé Mariam de que o equipamento militar pesado, no valor de 40 milhões de dólares, prometido à Somália pelos Estados Unidos, será utilizado contra a Etiópia, foi confirmada, inclusive, por fontes da inteligência norte-americana.

Argélia pesquisa energia alternativa

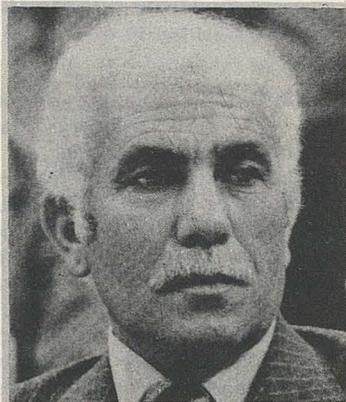
□ A Argélia está elaborando uma estratégia de desenvolvimento energético até o ano dois mil. Apesar de suas riquezas petrolíferas, o governo argelino está investigando outras fontes de energia: a possibilidade de utilização de energia solar e nuclear, assim como a posterior investigação de novas fontes de petróleo e de gás natural. O país produz hoje anualmente cerca de 75 milhões de toneladas de petróleo e o equivalente em gás natural, com um consumo em torno de 21% dessa produção.

O petróleo da Argélia é de ótima qualidade, mas as suas fon-

tes atuais e futuras não são tão ricas como em outros países. Por isso, o governo está incentivando o consumo de gás natural, do qual dispõe em grandes quantidades.

Entre as medidas para economizar petróleo, menciona-se frequentemente nos planos energéticos do país a energia solar. Alguns coletores solares já se encontram em uso experimental. Calcula-se que a Argélia, em meados dos anos oitenta, possa iniciar a exploração de urânio (o país dispõe de importantes quantidades) para exportação e para sua produção de energia nuclear no futuro.

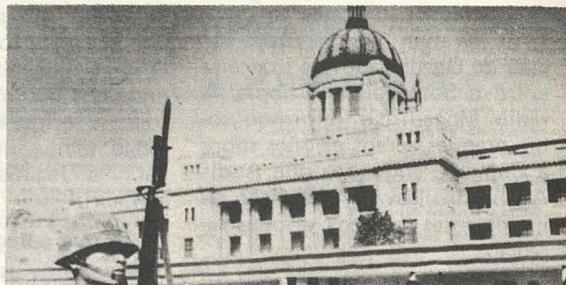
Continuarão as investigações de novos poços de petróleo e de gás natural na região do Saara. Os investimentos são grandes e desse trabalho participam também companhias estrangeiras, entre as quais se encontra a empresa iugoslava *Naftagas*.



O governo de Chadli promove a energia alternativa

TELEX

Coréia Delegados presentes ao XV Congresso da Internacional Socialista, realizado em Madri, pediram a libertação de Kim Sung, um dos líderes da oposição ao regime da Coréia do Sul, condenado à morte. Os socialistas manifestaram a sua profunda preocupação com a violação dos direitos humanos naquele país e inúmeros partidos representados na reunião consideraram importante a necessidade de se pressionar internacionalmente a Coréia do Sul para se conseguir uma reunificação pacífica do país.



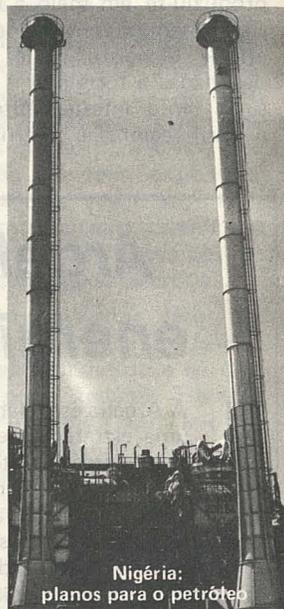
Sede do poder em Seul: violando os direitos humanos

Gâmbia Mais duas mil toneladas de arroz vão ser doadas à Gâmbia pelo Programa Mundial de Alimentos (PMA) para as pessoas afetadas pela seca. A ajuda concedida ao país totaliza agora seis mil toneladas de cereais, que representam 2,2 milhões de dólares.



Seca na Gâmbia

Estados Unidos Os estudantes da Universidade de Harvard, em Boston, fizeram uma marcha de protesto contra a discriminação racial das autoridades norte-americanas em relação aos cidadãos negros do país. Um porta-voz estudantil afirmou que a discriminação racial está sendo praticada abertamente na Universidade, sendo os estudantes negros vítimas de sérios ataques. Ele denunciou ainda que a *Liga dos Estudantes Negros* dos Estados Unidos recebeu ameaças diretas de agressão física e morte, caso persista em opor-se às práticas discriminatórias.



Nigéria:
planos para o petróleo

Panamá O Programa Regional de Emprego para a América Latina (Prealc), da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ligado às Nações Unidas, realizou no Panamá, em meados de novembro, a segunda conferência dos responsáveis pela planificação de empregos na região. O seu diretor, Victor Tockman, da mesma maneira que há dois anos, apresentou um relatório sobre a evolução da utilização da mão-de-obra e dos salários na América Latina e no Caribe. Hoje, afirma o relatório, aproximadamente 113 milhões de trabalhadores estão em atividade na América Latina, 66% dos quais vivem em zonas urbanas. Destes, quase 6% estão desempregados e 41% são subempregados.

Nigéria O presidente Shehu Shargari declarou na Assembléia Nacional que os planos para desenvolver a produção de gás natural estão atualmente em fase de preparação para estimular seu uso em projetos industriais. O presidente anunciou ainda que o refinamento de petróleo será desenvolvido para aumentar o seu valor de comercialização. Foram assinados contratos no valor de 8.162 milhões de dólares para serviços de exploração de petróleo e mais 2 milhões de dólares para a intensificação de projetos na indústria siderúrgica na Nigéria em 1981.

Índia O prêmio Jawaharla Nehru foi dado ao líder negro africano Nelson Mandela, que foi condenado à prisão perpétua há 16 anos pelo regime racista sul-africano.

Filipinas Prisioneiros políticos estão em greve de fome desde o dia 3 de novembro em protesto contra as suas prisões arbitrárias e as terríveis condições das penitenciárias em Manila. A situação dos presos é crítica, pois o ditador Ferdinando Marcos negou-se a aceitar as suas reclamações.

Tunísia A revista *Al-Zafra*, editada em Abu Dhabi, divulgou que o governo tunisiano propôs aos Estados Unidos a compra de 300 foguetes anti-aéreos, no valor de 24 milhões de dólares. O país já recebeu 328 foguetes do mesmo tipo. As compras para a defesa incluem ainda 130 aviões de transporte 130-C e tanques N-48, M-60, MX-13 e M-41.

Gana Nações amigas e organizações internacionais continuam a ajudar o governo de Gana na recuperação da sua devastada economia. Recentemente, a Associação Internacional para o Desenvolvimento (IDA) fez um empréstimo de 8,76 mi-

lhões de dólares ao país para aquisições de peças de reposição. A República Democrática da Alemanha se propôs também a fazer um empréstimo de 50 milhões de dólares, para ser pago em sete anos com juros baixos. O ministro de Terras, Recursos Naturais, Combustíveis e Energia de Gana, George Benneh, declarou que o governo está negociando com o Banco Mundial um empréstimo para o restabelecimento da indústria de madeira, que é a terceira mais importante do país.

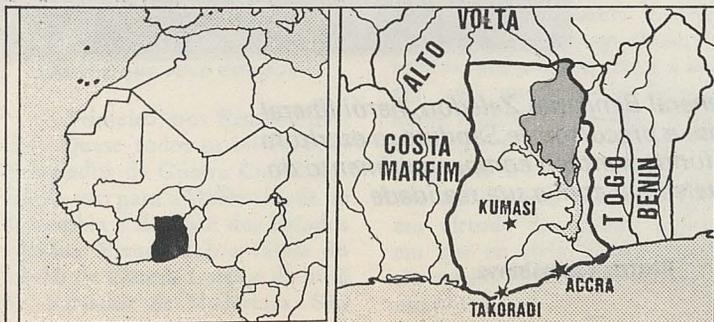
Angola 1 — A Conferência sobre Políticas Nacionais de Energia na África Austral será realizada em Angola no princípio de 1981. Trata-se de uma reunião internacional de nível técnico sobre os recursos existentes e potenciais na região e, também, sobre comércio inter-regional no setor de energia. A conferência procurará, na base de documentos e dados preparados por Angola, desenvolver políticas e projetos. A energia representa um assunto de grande importância para a maioria dos países da África Austral.

2 — O MPLA-Partido do Trabalho e o presidente José Eduardo dos Santos enviaram mensagem a Aristides Pereira, Secretário-Geral do PAIGC. A mensagem manifesta preocupação pelo perigo de quebra de unidade no interior do PAIGC e afirma a dis-

posição de contribuir da forma mais conveniente para a defesa da unidade dos cinco Estados de expressão oficial portuguesa, asentada nas bases estabelecidas na reunião de cúpula de Luanda, em 1979.

Árabia Saudita Um jornal dos Emiratos Árabes Unidos afirmou que o governo saudita ameaçou reduzir pela metade a sua produção de petróleo se o presidente Carter não entregar os aviões F-15 adquiridos pelo país. O diário *Al Khaleej* revelou ainda, em artigo de primeira página, que a Arábia Saudita aumentou suas pressões, pois o presidente norte-americano deixou o assunto pendente para a nova administração, liderada por Reagan a partir de janeiro de 81. Além dos aviões, a Arábia Saudita comprou também carros de combate de reserva.

França O jornal comunista *L'Humanité*, num artigo sob o título "O Governo Francês apóia Baby Doc", criticou duramente a posição de Giscard D'Estaing pelo silêncio mantido desde o dia 11 de novembro passado, quando foi denunciado que dois opositores haitianos, que chegaram a Paris em agosto, tinham sido entregues ao regime de Jean Claude Duvalier. O jornal revelou ainda que durante recente visita ao Haiti feita pelo ministro da Cooperação, Robert Galley, ele "reafirmou em Porto Príncipe seu apoio à política haitiana de desenvolvimento e democratização". Segundo o *L'Humanité*, "a ajuda francesa à ditadura será triplicada no próximo ano, importando pouco que Jean Claude Duvalier seja responsável por centenas de prisões e feroz repressão".



Gloria Guardia, uma cronista da história



Neta do general Benjamin Zeledon, herói liberal nicaraguense e precursor de Sandino, a escritora considera fundamental o comprometimento do intelectual com a sua realidade

Beatriz Cannabrava

Gloria Guardia, meio nicaraguense, meio panamenha, romancista, crítica literária, cronista da sua realidade, se confessa uma mãe de família que escreve em seus momentos de lazer. "É muito difícil precisar o que é realmente o fundamental em tudo isso", nos diz olhando o mar do alto de um penhasco numa das lindas praias do Pacífico.

Casada com o economista Ricardo Alfaro, mãe de uma filha, Gloria publicou seu primeiro romance em 1961, na Espanha: *Treva Branca*. Em 1966, com *Despertar sem Raízes*, ganha, no Panamá, o Prêmio Miró de Novela. Em 1976, *O Último Jogo* lhe dá o Prêmio Centro-Americano de Novela. É seu primeiro livro político.

Adora ler, é uma amante da música clássica, embora reconheça que a cada dia se sente mais identificada com a música latino-americana. Atualmente escreve crônicas sobre a realidade panamenha e centro-americana, contos curtos do nosso "real maravilhoso" e prepara uma biografia do seu avô, o general Benjamin Zeledon, herói liberal nicaraguense. Durante a Guerra da Nicarágua, a Frente Sul do Exército Sandinista tomou o seu nome.

No Panamá, onde vive, concedeu esta entrevista exclusiva para os cadernos do terceiro mundo.

Gloria, fale para nós um pouco de você...

— Eu venho de uma família liberal. Minha mãe é filha do general Benjamin Zeledon, herói liberal da Nicarágua. Meu pai, ainda que provenha de uma família conservadora, adere ao liberalismo lá pelos 30 anos de idade. Daí, vem a liberdade que eu tive para uma evolução dentro das idéias liberais e de libertação. Mas, mesmo com essa boa base, eu diria que o momento de mudança se dá nos meus anos universitários, pela influência que recebo de meus professores, espanhóis republicanos.

Onde é que você estudou?

— Primeiro, nos Estados Unidos. Quase todos os intelectuais refugiados da Guerra Civil Espanhola vão para a Universidade de Columbia e do leste dos Estados Unidos. Estudo sob a tutela do irmão de García Lorca e da irmã de Salvador de Madariaga. São

eles que me dizem que devo ir à Espanha. Afirmando que não bastam os seus testemunhos: "Você tem que ver o que sobrou"... E foi, realmente, muito interessante porque lá, através dos meus professores, me vinculo aos republicanos que tinham regressado; por exemplo, com a viúva de Ricardo Baeza e, em geral, com a intelectualidade espanhola. E vejo uma Espanha que muitos poucos tiveram a oportunidade de ver. Agora é que reconheço que foi um testemunho que realmente mudou minha vida. Lá, ouvi a história das batalhas, de como morreu García Lorca... Ouvir isso dos protagonistas, dos irmãos, dos amigos, não é a mesma coisa que ler num livro ou numa reportagem. Assim, o meu horizonte se amplia e me dá uma visão que me teria sido negada em virtude das minhas origens, em virtude do mundo fechado em que eu vivia. Tenho uma visão muito ampla do massacre de um povo.

E seu marido, compartilha essa evolução, essas idéias?

— Sim. Curiosamente, a grande influência que ele sofre também é a da Guerra Civil espanhola. Sua família também é liberal. Seu avô, Ricardo J. Alfaro, além de presidente do Panamá, foi um líder liberal não só do Panamá, mas do continente. Assim, nossas origens são muito parecidas e com uma evolução similar. Depois de casados, continuamos evoluindo juntos. Como tem que ser. Não poderíamos ficar só no liberalismo. Seria estancar.

E na sua volta, como é que você toma consciência da realidade do seu país, da América Central?

— Como você sabe, é uma questão de tempo. A gente vai amadurecendo para ir-se realmente enraizando no acontecer nacional, centro-americano, latino-americano. E esse compromisso aumenta a partir dos anos 70 quando vou adquirindo mais e mais consciência. Em 1974, vou à Nicarágua, a Solentiname, e aí vivencio, uma vez mais, a vida comunitária realizada nessa ilha do lago Nicarágua, pelo padre Ernesto Cardenal. Isso me dá o sentido do que é o compromisso de um intelectual com a sua realidade. Faço uma reportagem onde plasmoo, no nível do sentimento, essa experiência. Mas, curiosamente, o livro que sai dessa viagem é *O Último Jogo*. Por que escrevo esse romance? Percebo que tenho um compromisso e que meu dever é dar testemunho, como romancista, do que significa uma classe social que está a ponto de se quebrar. É de dentro — porque eu sou integrante dessa classe —, apontar as causas.

Nesse livro você transfere o sequestro realizado numa festa diplomática na Nicarágua, em dezembro de 1974 pela Frente Sandinista, para o Panamá. Isso significa que você identifica as duas realidades, ainda que na Nicarágua houvesse uma férrea ditadura de mais de 40 anos e no Panamá tenham acontecido mudanças políticas importantes?

— É precisamente isso o que quero comprovar. Que nossa realidade latino-americana é idêntica. Claro que há diferenças, como você assinala, mas, em geral, as classes se conduzem dentro de um mesmo padrão de comportamento e de um padrão ideológico. E aí estão também os demônios pessoais. Estou exorcizando-os. Lembre-se que sou meio nicaraguense e meio panamenha. E é no livro onde se fundem essas realidades, porque no ser humano não existem fronteiras.

Com esse livro você ganhou o Prêmio Centro-Americano de Novela, não é?

— Foi sim. E o livro foi muito bem recebido pela crítica, o que não aconteceu com a geração dos meus pais, que o entendeu como um ataque pessoal. A minha geração não, aceitou-o tal como era. Isso é um sinal de que essa geração sabe onde estão as raízes da decadência.

Todavia, o personagem do livro é um homem da sua geração...

— Sim, porque eu escrevo a partir da sua visão. O romancista não pode inventar. Escrevo do ponto de vista da minha geração, mas aí situo as outras gerações. Os pais e avós do personagem são meus pais e nossos avós. Por isso, eles se sentiram diretamente atingidos.

Esse foi seu primeiro livro político?

— Foi. Os anteriores eram de fundo pessoal. Um romance que pode ser considerado maduro, onde me desabafo do que é pessoal, para entrar num âmbito latino-americano, sem que deixe de ser pessoal. Porque é impossível desvincular-se de si mesmo.

Agora você está trabalhando na biografia do seu avô?

— Estou sim. Foi Sergio Ramirez quem me sugeriu que escrevesse essa biografia. Eu não tinha pensado nisso. Curiosamente, para mim o general Zeledon era meu avô, o esposo da minha querida avozinha. Mesmo sabendo que ele era um herói, nunca consegui vê-lo como um homem político. A morte do meu avô era tabu. Ninguém queria falar nisso. Primeiro, tantos anos de governo conservador, do Partido Conservador da Nicarágua, que foi o executante do crime. Depois, os 46 anos de Somoza. Todo esse tempo, a figura do meu avô foi silenciada. E é aí onde me comprometo realmente, não só em resgatar sua figura, como me envolvo nesse resgate. Tenho um compromisso com a América Latina. Sou herdeira da ideologia do meu avô que era um nacionalista, um antiimperialista e que morreu assassinado por suas idéias. Aqueles que o enforcaram foram os lacaios conservadores, mas a ordem veio do próprio Departamento de Estado. Colocaram a sua cabeça a prêmio por um preço altíssimo porque sabiam que ele era um internacionalista, que não falava por falar, que sabia o que estava dizendo. Ele pertenceu ao "Escritório Panamericano", organismo que precedeu as idéias imperialistas dos Estados Unidos e foi um dos primeiros a defini-las.

Em que ano foi isso?

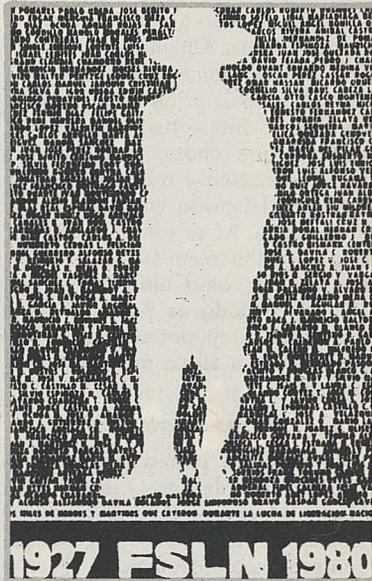
— Meu avô morreu no dia 4 de outubro de 1912. Depois da sua morte é que se dá a invasão norte-americana. Ele disse: "Se a minha morte serve para algo, que sirva para que a história saiba que aqui houve uma intervenção". Sua figura não só foi relegada ao esquecimento como foi pisada, porque foi ele quem ousou levantar a cabeça contra o interventor: "...vou para a morte porque não quero que na minha terra, terra que me viu nascer, ondule outra bandeira que não seja a nicaraguense", diz no seu testamento político.

A morte do general Zeledon impressionou a Sandino?

— Definitivamente. Sandino começa seu trabalho precisamente aí. Meu avô é enforcado, seu cadáver é ultrajado e Sandino está aí. É testemunha e jura vingar essa morte. Sandino fala desse momento em suas memórias: "Eu sou o continuador da obra de Zeledon. Honrar ao que se sacrifica, honra". Esse foi o seu momento de transição. Mas, há uma diferença: meu avô era um internacionalista, acreditava que podia vencer através do direito internacional. Ele vai à guerra, porque era seu dever. Mas não faz guerrilha. Sandino percebe que esse não é o método e procura outra alternativa. Vê que é preciso ir à guerrilha, a única forma de vencer o imperialismo. Meu avô estava muito lúcido. Suas últimas palavras foram: "Canalhas, me matam porque quero lhes dar Pátria".

E como é que você pôde fazer essas investigações na Nicarágua?

— Bem, na Nicarágua não havia tanta coisa. Estava o arquivo do meu avô. Minha avó o tinha guardado por sessenta e tantos



A morte de Zeledon impressionou Sandino e foi um dos fatores que inspirou a formação da Frente Sandinista de Libertação

anos intacto e nunca o mencionou. Eu fui lá e o resgatei. Para ela, era uma ferida tão profunda, tão pessoal, que não queria falar nisso. Só em seu leito de morte, quando eu lhe pedi, é que ela me contou alguma coisa, como quando queriam levá-la às trincheiras com seus quatro filhos. Minha mãe tinha só três meses e os outros, dois, quatro e sete anos. Depois pude confirmar isso em suas cartas, quando ela diz que não permitirá que a levem às trincheiras. Além do que pude resgatar na Nicarágua, tive acesso também aos arquivos dos "Marines". Aí fui dar, inclusive, com a ordem de assassinato dada pelo Departamento de Estado em setembro de 1912. Foi executada um mês depois.

Quando é que você pensa publicar essas memórias?

— Veja, a investigação está pronta, só falta redigir, mas o que há são problemas pessoais.

Não é fácil o que tenho que dizer, principalmente para minha mãe. Ela não sabia como tinha morrido seu pai. É muito duro para ela ter que enfrentar sua própria realidade.

Se a gente dá uma olhada pela América Central, hoje, vê que a luta de libertação é uma constante, se desenvolve de forma intensa. Como você vê o papel do intelectual nessa luta?

— O intelectual tem, a meu ver, dois papéis. Primeiro, no plano das idéias. Desde a Revolução Francesa é o intelectual que verbaliza, concretiza, talvez, a natureza do pensamento revolucionário, ou seja, é o que sistematiza o que são as idéias de libertação. Passada essa etapa, me parece que o intelectual deve se comprometer na própria luta. Como? O intelectual é a testemunha. É o terceiro olho na luta. Ou seja, se escreve o que vê, a luta adquire uma outra forma. Aquele que

não participa diretamente, se envolve através da palavra escrita.

Mas esse seria um trabalho jornalístico...

— Exatamente, de cronista. O cronista da história. Seja romancista, seja poeta. Em cada gênero. Em tudo. É a testemunha qualquer que seja a sua forma. Eu acho que um escritor que não se compromete com sua realidade não está cumprindo sua missão nem sua função na sociedade. No momento em que levanta sua pena, o escritor se compromete, conscientizando e muitas vezes até alienando o seu público.

E, além de comprometer-se, o escritor também compromete o seu público...

— Definitivamente. Unamuno diz: "É um despertador de almas".

Gloria, quais foram seus "despertadores"?

— O primeiro grande impacto foi justamente Unamuno. O que fala de um homem de carne e osso. É aí, pela primeira vez, que eu situo o intelectual como um homem que chora, sua, sofre, tem fome. Não é o conceito do intelectual isolado em sua torre de marfim. Aí se rompe a casca e eu desemboco em tantas outras leituras. É como uma colméia. Vão se abrindo as portas. Seja rechaçando, seja por aceitação. E me ajudam a situar-me em uma posição.

E dos latino-americanos?

— Bem, eu poderia falar particularmente de um. O uruguaio Mário Benedetti. Da sua simplicidade dentro de seu grande compromisso ideológico. Quer que você chegue à essência, à carne do homem. É muito direto. Também admiro muitíssimo a José Donoso, pela forma, como mestre da palavra. E um poeta que me ensinou muito, que admiro enormemente: Pablo Antonio Cuadra, o poeta cristão nicaraguense. Inclusive, escrevi um livro sobre seu pensamento crítico.

Como é que você vê a situação da mulher na América Central?

— Olha, cada dia mais a mulher está se comprometendo. Porque, antes, a mulher centro-americana era um ser passivo. De uns 15 ou 20 anos para cá, a mulher está se desembaraçando, está recusando o papel tradicional a que foi acostumada. Inclusive nossas figuras destacadas foram apagadas. Foram ignoradas. Com o meu avô, por exemplo, lutou uma mulher: uma salvadorena que se incorporou às tropas rebeldes. Eu não tinha ouvido mencioná-la até agora. A mulher, neste momento, não pode deixar de comprometer-se com o que está acontecendo. Somos cada vez mais e mais companheiras dos nossos esposos, cada vez estamos menos encerradas nas nossas casas. A maternidade é belíssima, nos integra a nós mesmas, mas não é tudo. Não pode continuar sendo nossa única função. A mulher nunca pôde ser protagonista da história porque o homem a impediu. Quantas Adelitas terão existido na Revolução Mexicana? Quantas terão combatido? E a gente conhece só ela, por causa de uma canção. As demais são apenas "soldadeiras".

Na Frente Sandinista, na guerra da Nicarágua, houve uma grande quantidade de mulheres combatentes, não é mesmo?

— Foi sim. E acho que é a primeira vez que isso acontece assim, de forma maciça. Houve uma grande participação da mulher na Revolução Cubana, mas agora creio que realmente houve uma massa. Isso significa uma evolução importante, porque cada vez mais o homem e a mulher procuram uma libertação conjunta do ser humano. No dia em que todos possam viver como seres humanos, na realidade, a mulher se verá livre de uma série de entraves.

E a mulher intelectual?

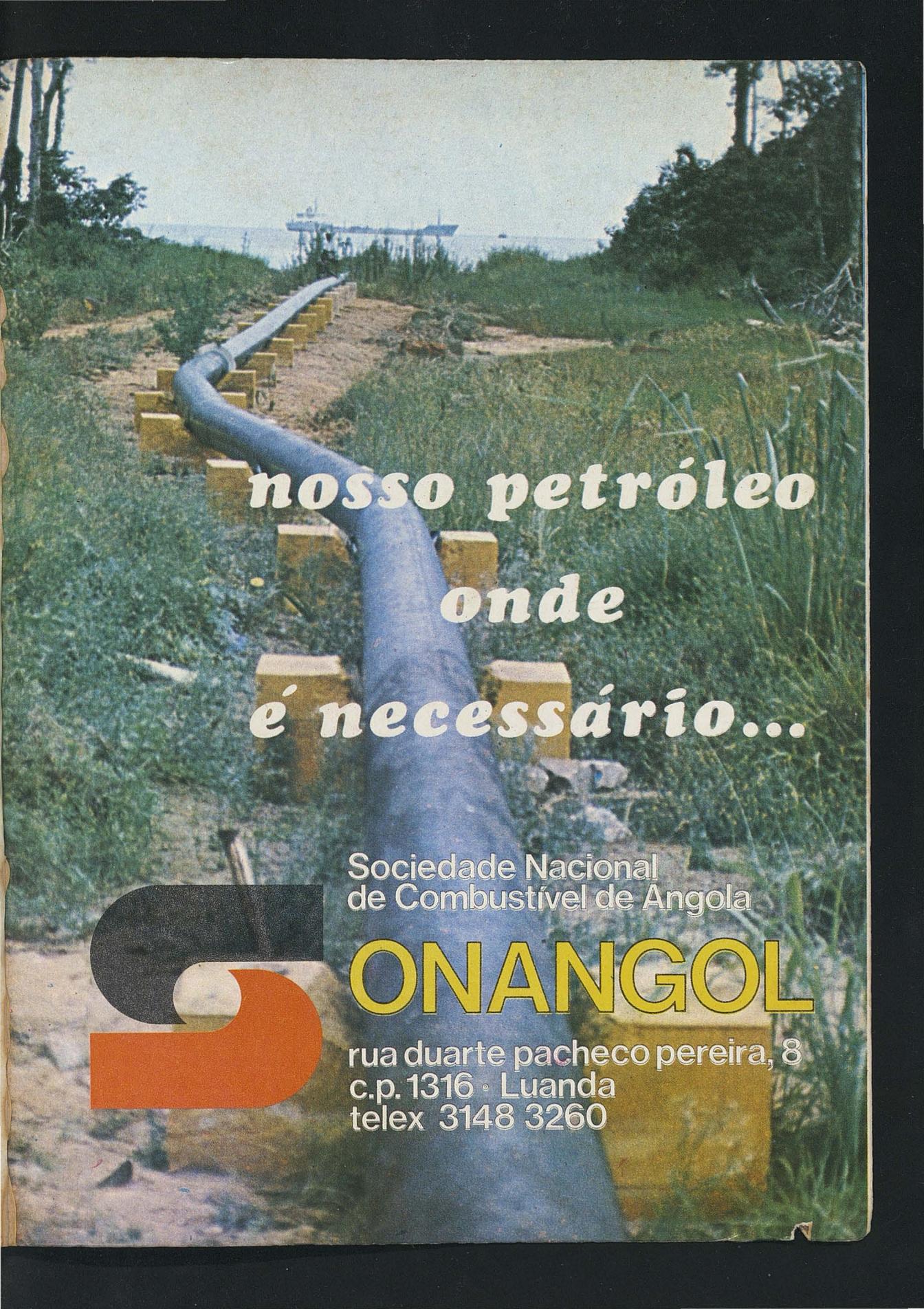
— Especificamente, a mulher intelectual tem que ter o valor de ser honesta com ela mesma e até quebrar-se por isso. Aí temos uma Gioconda Belli, poeta nicaraguense, visceralmente honesta com ela mesma. Sua poesia dói. Você a sente. Ela rompeu com todos os cânones estabelecidos. Seus poemas são um hino à sua libertação e à do seu povo. Para isso teve que desgarrar-se. É só um exemplo. É preciso romper barreiras, lançar-se ao espaço vazio. □

NEGÓCIOS
COM O BRASIL?

CONSULTE-NOS!!!

emesa
trading

Rio de Janeiro
Brasil
Telex (021) 23649IESA BR
(021) 30257 MEEM



**nosso petróleo
onde
é necessário...**

Sociedade Nacional
de Combustível de Angola

ONANGOL

rua duarte pacheco pereira, 8
c.p. 1316 · Luanda
telex 3148 3260

*Os diamantes
de Angola
são mais
brilhantes*

*Estão agora a serviço do povo
e da reconstrução nacional*

Companhia de Diamantes de Angola